



Universidade Federal do Amazonas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História

Ludimilla Gomes Pereira  
Dilemas do Abastecimento na  
Província do Amazonas  
1852-1889

Manaus  
Novembro de 2018



Universidade Federal do Amazonas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História

Ludimilla Gomes Pereira

Dilemas do Abastecimento na  
Província do Amazonas  
1852-1889

*Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História*

Orientador:  
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Manaus  
Novembro de 2018

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P436d      Pereira, Ludimilla Gomes  
Dilemas do Abastecimento na Província do Amazonas 1852-1889  
/ Ludimilla Gomes Pereira. 2018  
129 f.: 31 cm.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Província. 2. Abastecimento. 3. Desenvolvimento. 4.  
Alimentação. I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto II. Universidade  
Federal do Amazonas III. Título

## TERMO DE APROVAÇÃO

A dissertação foi apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas, no dia 10 de novembro de 2018, sendo considerada *aprovada*. A Banca Examinadora foi constituída pelos Professores Doutores Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (Presidente - UFAM), Davi Avelino Leal (Membro - UFAM) e Luciano Everton Costa Teles (Membro Externo - UEA).

## RESUMO

O período provincial no Amazonas (1852-1889) foi observado pelos seus administradores, os presidentes, como um contexto em que diversos projetos necessitavam ser elaborados visando a concretização do desenvolvimento local, bem como a implantação de uma sociedade civilizada com novos hábitos e características. Ocorre que a estratégia dos governantes também estava relacionada com a intenção de inferiorizar e desmerecer os costumes e as características já estabelecidas pelas populações que habitavam as margens dos rios na província, comunidades estas que constantemente foram rotuladas como atrasadas e os seus hábitos tidos como um entrave para o desenvolvimento local. Um dos temas mais citados nos relatórios provinciais é o abastecimento local e de acordo com os administradores a alimentação na capital era precária ocorrendo até mesmo período de escassez e fome na cidade, problema justificado, na visão dos presidentes pela ociosidade e outros estereótipos impostos aos habitantes. O objetivo da pesquisa é elencar na narrativa dos relatórios o que era percebido como necessidade de mudança, as soluções impostas e a forma como a população foi retratada, ao mesmo que outras fontes compõe a análise na tentativa de problematizar o que era julgado como verdade no discurso oficial.

**Palavras-Chave:** Província; Abastecimento; Desenvolvimento

## ABSTRACT

The provincial period in Amazonas (1852-1888) was observed by its administrators, the presidents, as a context in which several projects needed to be elaborated with a view to achieving local development, as well as the implantation of a civilized society as new habits and characteristics. The rulers' strategy was also related to the intention of lowering and demeaning the customs and characteristics already established by the populations that inhabited the river banks in the province, communities that were constantly labeled as backward and their habits considered as a hindrance for local development. One of the most cited topics in the provincial reports is local supply and according to the administrators, food in the capital was precarious and even a period of scarcity and hunger in the city, a justified problem, in the view of the presidents by idleness and other stereotypes imposed on the inhabitants. The purpose of the research is to list in the narrative of the reports what was perceived as the need for change, the solutions imposed and the way the population was portrayed, as other sources compose the analysis in the attempt to problematize what was judged as truth in the official speech

**Keywords:** Province - Supply - Development

## SUMÁRIO

<i>LISTA DE TABELAS</i>	7
<i>AGRADECIMENTOS</i>	8
<i>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</i>	10
<b><i>CAPÍTULO 1:</i></b>	
<b><i>O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS</i></b>	<b>16</b>
1.1. <i>VIAJANTES E NATURALISTAS:</i>	
<i>UMA PERSPECTIVA DA ALIMENTAÇÃO NO AMAZONAS NO SÉCULO XIX.</i>	31
1.2. <i>O “ESTORVO” DA ALIMENTAÇÃO</i>	
<i>NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA</i>	42
<b><i>CAPÍTULO 2:</i></b>	
<b><i>NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O DESABASTECIMENTO</i></b>	<b>60</b>
2.1. <i>PROJETOS IDEALIZADOS PELOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA</i>	62
<b><i>CAPÍTULO 3:</i></b>	
<b><i>DILEMAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA</i></b>	<b>86</b>
3.1. <i>CRÍTICAS AO EXTRATIVISMO</i>	88
3.2. <i>DEFESA DA AGRICULTURA</i>	101
3.3. <i>PROJETOS DE COLONIZAÇÃO</i>	112
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	120
<i>REFERÊNCIAS</i>	125

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Exportação de Café da Província do Amazonas	48
Tabela 2	Produção Extrativista de Borracha na Província do Amazonas	48
Tabela 3	Gêneros Alimentícios Importados Pela Província do Amazonas	49
Tabela 4	Quantitativo de Gado Existente na Província do Amazonas	57
Tabela 5	Gado Vacum Transportado para Manaus	58
Tabela 6	Despesas e Receitas dos Marchantes em Manaus	69
Tabela 7	Produtos Exportados do Amazonas – 1830-1864	91



## AGRADECIMENTOS

Concluir uma dissertação também pode ser considerada uma grande missão que demanda tempo, responsabilidades e se compõe com muitas ajudas necessárias. Seria impossível finalizar tal trabalho sem contar com a ajuda de pessoas que prontamente se fizeram presentes em ajudar de diversas formas. Mesmo que buscasse detalhar cada uma dessas colaborações, ainda assim correria o risco cometer omissões importantes, razão pela qual antecipo aqui meus sinceros pedidos de desculpa.

Gostaria de iniciar agradecendo a minha família, sobretudo aos meus pais, já que foram meu esteio e meu *norte* desde que, ainda na adolescência, mencionei minhas pretensões em cursar a faculdade de história. Desde então, eles se posicionaram ao meu lado e a cada pequena conquista se alegraram com a minha caminhada. Espero que meu empenho e dedicação a este mestrado possa, de alguma forma, orgulhá-los, tanto quanto me orgulho deles.

Quero agradecer aos meus professores do Curso de Graduação em História da Universidade Nilton Lins, em especial à Professora Nasthya Garcia e ao Professor Luciano Everton da Costa Teles, pela acolhida e oportunidade de estabelecer com eles um rico diálogo que em muito contribuiu para o meu posterior ingresso no Mestrado em História na Universidade Federal do Amazonas.

Ao meu orientador, professor Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, sou grata por ter aceitado me acompanhar ao longo dessa pesquisa, estando ciente de que ele muito contribuiu em cada momento da orientação, e em todas as informações que buscava repassar para aperfeiçoar e/ou corrigir tudo o que lhe enviava. Aprendi também com a sua postura de professor engajado, debatendo tão bem os temas da história e da vida que nos cerca, que quiz ser o mesmo para os meus alunos.

Agradeço aos membros da banca da qualificação, professor Almir Diniz de Carvalho Júnior e professor Davi Avelino Leal, por naquele momento terem o cuidado de repassar diversas informações que foram bastante úteis no decorrer da pesquisa, assim como também acreditar na importância do tema que abracei.

Também agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa, já que sem esse recurso financeiro as limitações para o desenvolvimento da pesquisa seriam bem maiores.

Quero, com muita gratidão citar uma importante companhia que tive durante o processo de escrita. Àquela que tem minha amizade e respeito, Silvana Nunes. Uma década de amizade acompanhando o seu crescimento profissional, me senti na responsabilidade de fazer o mesmo. Agradeço por sua atenção e cuidado.

Menciono também os meus colegas de departamento que, entre disciplinas e conversas de corredor abrilhantaram o tempo em que passei na UFAM. Não poderia deixar de citar o Jailson, secretário do PPGH, sempre procurado nos momentos em que as dúvidas burocráticas se faziam presentes.

Deixei por último, não por ser menos importante, mas, ao contrário, pela relevância que tem para mim e por minhas crenças cristãs, um agradecimento à Deus, responsável pela luz que orienta meu caminho e pela inestimável ajuda espiritual que me proporciona a cada minuto de minha vida.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tendo em mãos um cardápio de um importante restaurante da cidade, a multiplicidade das opções dos pratos envolvidos em diversos termos gastronômicos logo cria uma sensação de indecisão em optar por qualquer um dos itens oferecidos. Uma variedade de fotos perfeitas salta aos olhos, deixando a missão da escolha ainda mais complexa. Fazer a leitura do que está à disposição nem sempre ameniza a dúvida, pois podem haver incontáveis palavras, das quais nenhuma se fará familiar, porém cada uma delas parece embelezar mais ainda as opções e, por fim, despertar a curiosidade.

Um mesmo tipo de ingrediente com tantas possibilidades: Peixes à *belle meuniere*, à *parilla*, à *provençal*, à *amalfitana*, ou outros termos menos conhecidos. Por fim, pela necessidade da situação escolhe-se um deles e quando se recebe o prato, a curiosidade de termos tão peculiares se transforma na familiaridade com todos os ingredientes servidos. Farofa, farinha, pirão, banana frita ou assada, peixe assado, frito ou cozido, acompanhado por uma porção de batatas ou castanhas.

O que chama a atenção é a forma tão requintada no qual os produtos regionais são oferecidos. Isso também justifica o aumento nos preços cobrados, afinal, o prato foi *gourmetizado*, a receita tradicional passou por modificações, onde um profissional alterou pequenos detalhes, julgando o resultado final como superior à formulação inicial. Essas transformações vêm alcançando diversas especialidades gastronômicas, sendo uma delas a cozinha amazônica, onde diversas peixarias e restaurantes, cada vez mais requintados, vêm servindo elementos regionais sob o argumento de terem sido aprimorados.

Contudo, nem sempre a visão do que é regional, principalmente em se tratando dos alimentos locais foi percebida como elementos significativos para a região. Foi o que ocorreu durante o período provincial (1852- 1888), sobretudo na visão dos mais importantes administradores locais, os presidentes de província. Naquele contexto, elementos associados ao tradicionalismo regional – eufemismo que escamoteia a influência indígena e mestiça da população local –, tais como os

hábitos alimentares dos seus habitantes – tão fortemente associados à farinha de mandioca, ao pescado e aos quelônios – foram sistematicamente desmerecidos. Nada mais dissociado, portanto, do contexto atual em que o regional passa a ser uma dimensão atrativa e valorizada.

Se essa comparação pode causar surpresa a muitos, não será senão pelo fato de que nossa história ainda carece de estudos sobre inúmeras dimensões do viver urbano, sobre a vida cotidiana do povo e, obviamente, sobre os problemas, inúmeros, que ele enfrentava. Mais ainda, o pouco que se produz ainda encontra dificuldades significativas de chegar nas mãos da população, permitindo que ela incorpore tais experiências e vivências a seu próprio patrimônio.

O propósito inicial da pesquisa estava voltado para identificar e analisar quais os projetos idealizados e implementados no sentido de trazer desenvolvimento para a região durante o período provincial. Logo percebeu-se que as expectativas dos governantes estavam ligadas a temas diversos, como educação, colonização, agricultura, estradas, navegação e povoamento. Cada um deles considerado pelos representantes do poder como essenciais para modificar a região visando lhe garantir o status de local *civilizado e próspero*, distanciando-o dos *arcaísmos e barbarismos*, que tradicionalmente caracterizavam os habitantes da região.<sup>1</sup>

Especificamente um desses temas se tornou notório: a necessidade do abastecimento local com gêneros alimentícios de primeira necessidade. A notabilidade se deu na medida em que foi possível elencar diversos estereótipos acerca da região e do habitante local. Por vezes os planos idealizados pelos presidentes dificilmente entravam em sintonia com os hábitos já estabelecidos nas diversas comunidades da região. Ou seja, a província, recém-criada pelo receio das invasões estrangeiras, tinha agora a missão de buscar se equiparar às mais desenvolvidas.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Esta proposta foi pensada inicialmente no âmbito de minha graduação em História na Universidade Nilton Lins, a partir do diálogo estabelecido com a Professora Nasthya Garcia, que me apontou sugestões a partir de sua própria pesquisa: GARCIA, Nasthya pereira. *Relações homem-natureza: o Discurso Político sobre a agricultura e extrativismo na Província do Amazonas. (1852-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). ICHL/UFAM, Manaus, 2008.

<sup>2</sup> MEDEIROS, Vera Alarcon. *Incompreensível colosso: A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese de Doutorado. Barcelona (Espanha), Universidade de Barcelona, 2006.

Ocorre que, ao mesmo tempo em que se somavam falas cristalizadas nos documentos escritos pelos presidentes da província, também surgia o questionamento acerca de outras visões que, vindo à tona no mesmo período, podiam não concordar com àquelas opiniões. Nesse ponto, considerou-se a imprensa como uma fonte capaz de dar lugar e voz a outros atores sociais, diferentes daqueles que se apresentavam como representantes maiores ao poder. Partiu-se do princípio que “o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade”<sup>3</sup>. Na verdade, para nós, era exatamente nessa subjetividade da fonte imprensa que residia sua maior e mais importante contribuição.

Assim, os jornais que surgiram no período provincial se estabeleceram enquanto veículo de informação e de formação da opinião pública ao mesmo tempo em que a cidade de Manaus passava por um período de mudanças estruturais<sup>4</sup>. O contexto de finais do século XIX, marcava o início de um período associado, no discurso historiográfico, ao desenvolvimento, à modernidade e à transformações na cidade, embora elas pouco evidenciassem o elemento humano.<sup>5</sup>

Utilizar a imprensa como fonte requer ultrapassar antigas concepções já muito questionadas pela historiografia. Os moldes antigos de pesquisa defendiam a utilização apenas de fontes confiáveis, que pudessem trazer informações de caráter inquestionável e dados seguros. A partir da difusão de novas perspectivas historiográficas, como aquelas associadas à *Escola dos Annales*, assistiu-se a um processo de renovação e alargamento da concepção de fontes históricas, valorizando no interior deste processo, o uso dos jornais pelos historiadores.<sup>6</sup>

Apesar da pesquisa se utilizar em grande parte de documentos oficiais, se caracterizando, neste sentido, por uma busca de elementos políticos que dessem conta de explicar o contexto das ações administrativas provinciais, evitamos incorrer numa perspectiva mais tradicional de História Política que se ocupava, basicamente, da narrativa dos fatos articulados às ações do “grande homem”. Para

---

<sup>3</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994. p. 21.

<sup>4</sup> CALIRI, Jordana. *Folhas da Província: A imprensa amazonense durante o período imperial (1851-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). ICHL/UFAM, Manaus, 2014.

<sup>5</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Manaus: EDUA, 2015.

<sup>6</sup> BLOCH, March. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2001.

Pierre Rosanvallon, a História Política não segue mais tal concepção, de se debruçar sobre longos textos oficiais e produzir comentários a seu respeito. Na modernidade, argumenta o autor, deve-se incorporar todos os elementos que produzem este objeto complexo que é o político; um campo de ação e disputas de onde podem ser extraídos conhecimentos acerca da história cultural, social, das instituições políticas e das ideias.<sup>7</sup>

Para análise da fala dos presidentes da província foram utilizados os diversos documentos provinciais, sendo que, dentro do contexto delimitado, tem-se: *Relatórios, Falas e Exposições dos Presidentes da Província* que, juntos, totalizaram treze registros que foram previamente delimitados por estarem disponíveis na base digital da Biblioteca Nacional e, em especial da Hemeroteca Digital Brasileira.

Quanto aos objetivos, a pesquisa concentrou-se em elencar informações e proceder a análises dos diversos projetos que visaram solucionar dificuldades no abastecimento da capital amazonense, sobretudo quanto aos alimentos ditos como de primeira necessidade, a exemplo da carne verde, dos produtos agrícolas e dos pescados. Nesse ponto, observou-se que na província, embora existissem terras cultiváveis e campos percebidos como ideais para a criação de gado, havia falta de elemento humano capaz de implementar os processos produtivos necessários para a obtenção dos produtos de qualidade e em quantidade suficiente para as populações, principalmente as da capital.

As percepções de viajantes e naturalistas que passaram pela Província se tornam imprescindíveis para a análise, já que nos permitiram adensar informações acerca do contexto provincial amazonense. Relatos das expedições de Alfred Wallace (1849), Paul Marcoy (1847) e, em especial, do casal Agassiz (1865) trouxeram a possibilidade de iluminar detalhes importantes do abastecimento e dos hábitos alimentares no cotidiano provincial, mesmo que suas viagens tivessem como objetivo principal a descrição de elementos da fauna e flora e a perscrutação das potencialidades econômicas regionais.

É certo que tais relatos devem ser encarados com as devidas ponderações, já que seus autores eram de origem europeia, fazendo com que os olhares por eles lançados aos costumes locais fossem na maioria das vezes rotulados como

---

<sup>7</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 44-46.

inferiores. Portanto, numa comparação com o contexto europeu tomado como modelar, toda a cultura local era descrita de forma a parecer incivilizada, inculta e inferior. Seja como for, não subestimamos a importância das informações, pois elas possibilitaram uma maior proximidade com objeto pesquisado, mesmo que a partir da percepção eurocêntrica de quem o vivenciou e a registrou.

Visando dar ênfase à busca dos objetivos algumas problemáticas foram elencadas na medida em que se propunham a resolução de itens importantes para a pesquisa. A princípio, questionou-se quais seriam os projetos acerca do tema do abastecimento que se estabeleceram como necessários para a dinamização da província. Nos preocupou também perceber que entraves ocorreram durante a realização daqueles projetos que acabaram impedindo a sua plena concretização.

Assim, a dissertação se dividiu em três capítulos, sendo que o primeiro deles faz menção a maneira na qual, desde a criação da província, em 1852, os relatórios de administração já apresentavam uma fala negativa relacionada ao desenvolvimento local, onde muitos entraves competiam para o *atraso* da região; um desses entraves, como se verá, era percebido no próprio habitante, rotulado naquelas falas como *ocioso*. Da mesma forma, procurou-se perceber essa problemática do abastecimento e da alimentação regional na fala dos diversos viajantes e naturalistas que passaram pelo Amazonas, dele deixando suas impressões.

No capítulo dois será tratada de forma mais específica o assunto da carne de gado, isso porque se tratava de um produto entendido como de importância vital para o abastecimento da cidade. Em um primeiro momento, serão mostrados os projetos realizados para viabilizar a chegada dos animais até Manaus; enquanto, num segundo momento, serão apresentadas e discutidas as dificuldades encontradas, notadamente ligadas às precárias condições do transporte fluvial ligando as áreas produtoras, no longínquo rio Branco, até a capital da província. Da mesma forma, também será abordado o tema da qualidade e do preço daquele produto nos mercados da cidade.

Por fim, o terceiro capítulo trará informações e análises acerca da necessidade dos produtos agrícolas, os projetos idealizados para suprir o mercado citadino e os entraves que tiveram que ser enfrentados. Também será ali discutido a forma pela qual o habitante regional foi percebido pelas autoridades públicas,

que muitas vezes os tomava como incapazes para o trabalho agrícola, razão pela qual passaram a defender a vinda de migrantes para a região e a montagem de colônias agrícolas.



## CAPÍTULO 1

### O ABASTECIMENTO DE GÊNEROS NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS

Em função da necessária organização das informações relativas à pesquisa histórica aqui desenvolvida, incluindo a busca por fontes, a alocação de dados e a delimitação precisa do período em que nosso objeto de pesquisa está inserido, importa dizer que o período provincial no Amazonas foi instaurado em 1852 e que o mesmo se estendeu até o final da época imperial, quando o regime republicano, estabelecido em 15 de novembro de 1889 reconfigura integralmente o cenário político administrativo brasileiro e as antigas províncias, aderindo de imediato ao novo regime, passam por importantes modificações e adaptações.<sup>8</sup>

Convém lembrar também, que em 5 de setembro de 1850, de acordo com a lei nº 582, ao norte do território imperial houve uma modificação no interior do Grão-Pará, pelo fato de que parte dele receberia autonomia política. Outrora Comarca, foi o Amazonas naquele momento elevado à categoria de província e em 1852 recebia seu primeiro presidente, Tenreiro Aranha, destinado para a administração. Estava instalada a autonomia desse território que desde os tempos coloniais se figurou subordinado administrativamente.

Ocorre que, para contextualizar esse cenário da autonomia, apenas se ater às datas mencionadas não satisfaz a necessidade de se compreender as características gerais do processo. De fato, o que concorreu para tornar possível a ascensão da Capitania é algo de difícil averiguação, razão pela qual o tema permanece envolto em dúvidas e especulações de toda ordem. No entanto, como assevera Marc Bloch, “o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”<sup>9</sup>, tornando possível a observância de outras informações e abordagens que possam elucidar a questão.

Em 1823, anos antes de D. Pedro II autorizar a remodelagem política que se inaugurou com Tenreiro Aranha, a então Capitania de São José do Rio Negro

---

<sup>8</sup> O tema foi abordado pela historiografia clássica amazonense, e atualmente tem recebido a atenção de novos historiadores e historiadoras. Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989; FEITOSA, Orange Matos. *À sombra dos seringais: militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2015.

<sup>9</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 75.

obteve a primeira experiência mais próxima de um governo autônomo. Ao menos essa era a intenção dos membros que se organizaram e formaram uma *Junta governativa*, depois da deposição do governador Manuel Joaquim do Paço. A *Junta* foi presidida por Bonifácio João de Azevedo que, apesar de continuar se correspondendo com o Pará, mantinha o ideal da autonomia como propósito futuro.

Em *Autonomia do Amazonas*, Arthur Reis caracteriza esse período da junta governativa como um momento em que o Pará não identificava a região do Amazonas como *Capitania*, tal qual fora estabelecido desde 1755 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que na época assumia a função de Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Usava então o termo *Comarca*, que segundo o autor, relegava à região uma condição inferior daquela que já ocupava.

Nos dizeres de Arthur Reis, a *Junta* planejou criar as bases necessárias para a concretização do poder local.

Agora era a Província do Rio Negro, privilegiada, dirigindo-se por si, uma vez que elegia as juntas governativas e promovia, sem quase a audiência de Belém o seu bem-estar. Nas juntas governativas havia os filhos da terra. Inegavelmente, as conquistas lhe vinham encher das mais fundas esperanças.<sup>10</sup>

A idealização da autonomia por parte das “elites” locais havia se manifestado ainda em tempos coloniais, quando na presença de D. João VI representantes do Amazonas levaram a pretensão de novos tempos para a política da região. Os membros da junta governativa em 1823 não pensaram diferente e planejaram obter junto ao Imperador, naquele momento D. Pedro I, a autorização almejada para resolver a questão da subalternidade junto ao Pará.

Aguardou-se, portanto, o momento propício e este veio com a Independência do Brasil e a subsequente adesão do Grão-Pará ao império, que impôs a necessidade de formulação de um projeto para uma constituição que estruturasse o novo ordenamento jurídico para o país recém independente. O debate constituinte foi, portanto, uma oportunidade para que os representantes políticos da Capitania do Rio Negro pudessem interceder junto às autoridades nacionais. No entanto, o sem a representação formal necessária, a região não

---

<sup>10</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Autonomia do Amazonas*: Manaus. Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965, p. 41.

conseguiu viabilizar o intento da elevação da Capitania à Província. Arthur Reis justificou tal ausência pelo fato que em Belém, a correspondência que solicitava a presença na constituinte teria sido retida, ficando o Amazonas “esquecido assim, tratado como enteado”.<sup>11</sup>

A junta foi abolida em 1825 atendendo às ordens do presidente da Província do Grão-Pará, Pereira de Burgos. No rol das determinações constava que a Câmara deveria ser instalada em Manaus deixando de ser sediada em Barcelos. Teria poderes mais extensos que apenas os municipais e, desta forma, formou-se um governo civil da Capitania.

As exigências foram cumpridas e a junta governativa foi abolida, pois não era legal perante a constituição que foi outorgada em 1824. Até mesmo o ouvidor da Capitania, Domingos Nunes Ramos Ferreira, sabia que o Pará tomaria providências para dar cabo àquela organização que se instalou provisoriamente. Contudo, mais tarde, iniciou-se uma tentativa de prover ao Amazonas o caráter autônomo almejado.

Em 1826, na capital do império, e diante do parlamento nacional, o deputado Romualdo Seixas formulou o projeto para a elevação do Amazonas à condição de Província. Em seu discurso aos deputados emergiram as situações que faziam da Capitania do Rio Negro, um lugar de abandono, de tristes ruínas e que causava lamúrias aos viajantes, “a agricultura e a indústria, tem sofrido os mesmos vexames: a Fazenda pública na maior confusão... que remédio se poderá opor a tanto e inveterados males? ... He a secção, ou divisão da Comarca do Rio Negro em Província independente do Pará”.<sup>12</sup>

Os debates acerca da criação de uma província no extremo norte do país foram intensos, fazendo emergir posicionamentos divergentes entre os deputados do Grão-Pará, no contexto daquela Província e no próprio Parlamento Imperial, para onde elas posteriormente convergiam. Nesse cenário, os discursos em prol da aprovação de tal projeto não poderiam se restringir apenas a evidenciar os benefícios que trariam para a nova província, tendo também que demonstrar as vantagens que trariam para o Império como um todo, e isso porque a aprovação de tais projetos dependia de um amplo quantitativo de votos no parlamento. Neste

---

<sup>11</sup> *Idem.*

<sup>12</sup> *Discursos Parlamentares do Arcebispo da Bahia, Romualdo Seixas.* Salvador, Bahia: Tipografia Franco Lima, 1836, p. 11.

contexto, o argumento aglutinador necessário foi de ordem geopolítica e, mais diretamente, dizia respeito ao controle e a proteção das fronteiras, como garantia da soberania nacional sobre aquela região.<sup>13</sup>

Luís Balkar Pinheiro, em sua tese de doutorado, já havia enfatizado que a estratégia geopolítica por trás da criação da Província do Amazonas, atendia também a imperativos de segurança interna, já que poderia dotar o Estado Imperial de maior capacidade de ação repressiva à movimentos insurgentes que de forma recorrente assolavam o vasto sertão oriental da região. Além do mais, alega o autor, as recentes dificuldades encontradas pelo governo imperial na repressão à Cabanagem acabaram servindo de claro estímulo à adoção daquela reestruturação administrativa.<sup>14</sup>

Seja como for, tais perspectivas não estavam claras desde o início e, desta forma, os debates no parlamento logo evidenciaram um entrave que poderia dificultar as pretensões dos que apoiavam criação da nova província. Tratava-se da questão dos recursos necessários para a implantação e o funcionamento das novas instituições administrativas, uma vez que, não tendo a futura província os recursos necessários para arcar com suas despesas, esse ônus teria que ser assumido pelas demais províncias do império, da mesma forma que também acarretariam mais encargos tributários para elas.

Foi com base em tais argumentos que parte dos deputados se manifestou contrariamente a proposta de implantação da nova unidade administrativa. Vale mencionar que os mesmos eram provenientes das bancadas do Sudeste, destacando-se o deputado Pereira Vasconcelos de Minas Gerais e o deputado Manuel Franca do Rio de Janeiro.<sup>15</sup>

Contudo, a mudança requerida será somente validade em 1850, já que na ocasião que foi proposta não obteve o apoio da maioria dos deputados, os

---

<sup>13</sup> GREGORIO, Marcos Vitor. *Dividindo as Províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>14</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: Lutas e tensões sociais na Cabanagem*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: PUC-SP, 1998, esp. cap. 3. Para Pinheiro, a ideia de aproximar as instituições do Estado do imenso sertão oriental da Amazônia já havia sido aventada por Lourenço Araújo e Amazonas, em obra que fez publicar em 1852. ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da comarca do Alto Amazonas*. 2ª ed. Manaus: Grafima, 1984.

<sup>15</sup> GREGORIO, Marcos Vitor. *Dividindo as Províncias do Império*. Op. cit., p. 178-179.

argumentos eram os de que a Comarca<sup>16</sup> não tinha população, lavouras, indústrias que pudessem lhe trazer vantagens econômicas ou mesmo civilização que justificasse se tornar uma província do Império Brasileiro.<sup>17</sup>

Para além dos debates políticos que não evoluíram quanto a aprovação do projeto, é preciso também evidenciar que eventos ocorridos na então Comarca do Amazonas revelam a intenção de grupos locais quanto suas pretensões para a autonomia política.

Em 1832 houve um importante episódio que agitou a Vila da Barra e que em suas agitações observa-se que os esforços foram direcionados na tentativa, uma vez mais para benefício da autonomia local. Tratou-se de um movimento iniciado pelos soldados do quartel. Os motivos do ocorrido foram noticiados por ser pela falta do soldo, em revolta os prisioneiros foram libertos e o capitão assassinado. Bertino de Miranda comenta o episódio, por ele descrito como “a abrilada de 1832 em Manaus”:

Ao anoitecer de 12 de abril de 1832 estala o motim, que se planeja com grande habilidade e certeza absoluta de êxito. Mas o assassinato de Felipe dos Reis dentro do quartel não preocupa muito os espíritos e até os une intimamente na ideia de aclamar a província.<sup>18</sup>

A análise acerca desse cenário torna-se menos simplista se não for considerado o fato de que naquele momento estava na Comarca, para cumprir as punições de degredo, frei José dos Inocentes, um dos personagens inseridos no contexto da Confederação do Equador, revolta que ocorreu em 1824, e que teve um caráter separatista, em que províncias do Nordeste almejavam a declaração de uma república em meio ao cenário imperial brasileiro.

Discursos na câmara da Vila da Barra proferidos pelo frei e a exaltação de ideais liberais, somados ao objetivo da autonomia das elites locais resultou na declaração de criação da Província do Amazonas. Mais uma vez, no cenário local ao

---

<sup>16</sup> O termo “comarca” já vinha se estabelecendo, e usado como sinônimo ao de Capitania, mas sua efetivação se dá em 1833, quando da aplicação do Código do Processo pelo governo da Província do Grão-Pará, quando então a antiga Capitania de São José do Rio Negro foi transformada em Comarca do Alto Amazonas. O assunto é discutido e esclarecido em: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos subterrâneos da revolta: lutas e tensões sociais na Cabanagem*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 1998, esp. capítulos 3 e 4.

<sup>17</sup> REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *Autonomia do Amazonas*. Op. cit., p. 47.

<sup>18</sup> MIRANDA, Bertino de. *A Cidade de Manóos: Sua história e seus motins políticos, 1700-1852*. 2ª ed. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1984, p. 31. Para uma leitura diferenciada do episódio, ver: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832. Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Fortaleza, 2009.

menos, o Amazonas estava independente e na busca de concretizar tal decisão era necessário comunicar a Corte no Rio de Janeiro.

No Pará as notícias que chegavam revelavam uma situação de caos. Habitantes que seguiram para Belém diziam estar procurando proteção e solicitavam solução junto ao presidente para reestabelecimento do cenário anterior. As tentativas para pôr fim ao movimento foram, sobretudo de caráter militar. Uma Barca, ironicamente chamada *Independência*, foi enviada à Vila da Barra com ordens de estancar as tentativas autônomas requeridas já em outros contextos.

O desfecho desse episódio não é visto por Arthur Reis como uma morte ao movimento pela independência. Fica claro em toda fala do autor o quanto esse defendia os ideais da autonomia, mesmo nos instantes que eles pareciam não lograrem resultados positivos. Na narrativa detalhada e bastante colaborativa para a historiografia o autor demonstra entusiasmo em contar os fatos sabendo que os propósitos de criação da Província serão alcançados em 1850 a partir da sanção do imperador.<sup>19</sup>

Não somente os esforços dos grupos locais devem ser analisados para contextualização dos fatos, como também é preciso inserir nesse cenário os propósitos defendidos naquela ocasião. Em sua tese, Vera Medeiros Alarcon questiona o porquê da criação da Província do Amazonas numa época em que os lucros econômicos estavam concentrados no Sudeste do país.<sup>20</sup>

Quanto a essa região, Caio Prado Júnior afirma que na segunda metade do século XIX a economia brasileira terá resultados significativos, por estar ela naquele momento colhendo os frutos do que o autor chamou de *evolução agrícola*<sup>21</sup>. O termo foi usado para definir o cenário político e econômico que contribuiu para um expressivo crescimento de tais atividades que se tornaram expressivamente lucrativas no império.

Em São Paulo, por exemplo, a cultura do café toma grande significado na balança comercial de exportações brasileiras. A região do vale do Paraíba se caracterizava pela concentração de diversas fazendas cafeeiras, que pela possibilidade da utilização de mão de obra escrava havia se tornado um

---

<sup>19</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Autonomia do Amazonas*. Op. cit., p. 47.

<sup>20</sup> MEDEIROS, Vera Alarcon. *Incompreensível colosso*. Op. cit.

<sup>21</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

importante centro econômico do país, elevando São Paulo ao posto de região mais rica.

Contudo, uma preocupação tornava-se cada vez mais emergente para o império brasileiro e a resolução dela pareceu encontrar lugar nos debates e nas atitudes governamentais. Tratava-se das fronteiras brasileiras localizadas ao norte do território. O Grão-Pará era a província que possuía a maior linha de fronteira, tornando a situação preocupante, em especial depois que tropas francesas e inglesas invadiram o território brasileiro no Cabo do Norte e no alto Rio Branco, ambos na província do Grão-Pará, durante o século XIX.<sup>22</sup>

Após a apresentação do projeto de Romualdo Seixas, em 1826, uma situação de indefinição perdurou até 1839, quando então outro deputado retomou a defesa da necessidade de autonomia do Alto Amazonas. Tratava-se de João Candido de Deus e Silva, também representante da Província do Pará. Os argumentos utilizados pelo parlamentar concentravam-se nas necessidades de proteger o território nacional quanto a presença estrangeira em suas regiões limítrofes, como também era necessário assegurar o controle sobre as populações indígenas que deveriam ser catequizadas e utilizadas como mão de obra.

Novamente a base da argumentação favorável ao projeto se sustentavam na quadra território, distância, vigilância e mão de obra (...) Assim como nos debates de 1826-1828, aproximar a administração dos pontos remotos da Amazônia surgiu como a melhor estratégia para garantir um maior desenvolvimento de todo aquele território.<sup>23</sup>

Uma das tentativas de proteger a faixa das fronteiras foi com a instalação de colônias militares. Uma delas, a colônia que recebeu o nome D. Pedro II, foi formada em 1840 na região do rio Araguari e mesmo com a intenção do governo imperial em continuar abastecendo-a, as epidemias deram cabo aos planos colocando em risco os objetivos de proteção ao território.<sup>24</sup>

As preocupações quanto à segurança do território nacional não poderiam ser negligenciadas, pois o temor não se restringia apenas ao fato de tropas de países europeus terem se instalado no Cabo Norte, buscando redesenhar as fronteiras. Havia também o perigo de que as repúblicas vizinhas também tomassem a mesma iniciativa. Os limites geográficos estavam, portanto, em

---

<sup>22</sup> MEDEIROS, Vera Alarcon. *Incompreensível colosso*. Op. cit., p. 79.

<sup>23</sup> GREGÓRIO, Marcos Vitor. *Dividindo as Províncias do Império*. Op. cit., p. 194.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 137.

discussão, mas é preciso reconhecer que as tentativas de implementação de colônias militares não promoveu o resultado esperado. Outras questões acerca do tema também apareceram em cena.

No senado imperial, em 1850, discutia-se a situação em que se encontravam os índios da Comarca do Amazonas e como eles eram reconhecidos como necessários para o funcionamento de diversas atividades onde eram empregados, como marinheiros, soldados, trabalhadores nas lavouras e nas obras públicas, dentre outras. Reconheciam-se as habilidades de navegação fluvial que os índios possuíam como essencial, principalmente quando empregados na Armada Imperial. Daí, muitas vezes, se decretar o recrutamento forçado de indígenas, o que aterrorizava as populações locais e fazia com que, muitos desses habitantes indígenas das vilas e povoados acabassem por fugir ou mesmo migrar para outras regiões, dando vazio a uma das formas mais comuns de resistência dos povos nativos.

A preocupação era que essas fugas e migrações ocorriam, muitas vezes, para os países vizinhos; ou seja, para além das fronteiras do império. Dessa forma, “os recrutamentos militares ensejavam perturbações da ordem e o êxodo de populações indígenas, desordenando o já frágil e intrincado tecido social no Grão-Pará”.<sup>25</sup>

A maneira mais creditada de evitar a evasão dos povos indígenas para as repúblicas vizinhas residia na expansão da catequização e das missões pelas regiões amazônicas. Ao mesmo tempo, se garantiria a ocupação dos extensos territórios considerados despovoados nas falas políticas, será pertinente o desejo, da parte do governo imperial, de manutenção da ordem por meio da organização administrativa e um mais amplo controle do território. Fazia-se necessário a criação de uma província, não somente para amenizar entraves de proteger as fronteiras, mas também para favorecer o desenvolvimento e a ocupação de regiões amazônicas.

Assim, uma das soluções para as crises que se sucediam, crises de toda a ordem e espécie, em especial as de natureza econômica, pois o decesso da região não se podia controlar, era a autonomia<sup>26</sup>. A Comarca, vista como atrasada,

---

<sup>25</sup> *Idem*, p. 152.

<sup>26</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *Autonomia do Amazonas*, p. 10.



necessitava da independência administrativa para conseguir sanar as dificuldades que impediam um desenvolvimento notório.

Para contento das elites locais e também para os membros do Partido Liberal que se identificavam pela defesa que faziam em prol da autonomia das Câmaras municipais e das províncias, o império brasileiro instalou em 1850 a Província do Amazonas. Para governar o mais novo território autônomo do país foi nomeado João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que chegou na Vila da Barra em 1852 com diversas questões a serem percebidas.

A configuração política estava mudada no Amazonas, no entanto a população que o formava ainda se ligava às épocas coloniais:

O traçado 'irregular' das vilas, a presença teimosa da casa comunal, a indumentária, a permissividade das relações extraconjugais, a língua; tudo enfim, remetia muito mais ao universo indígena regional que ao mundo do conquistador europeu.<sup>27</sup>

Às vistas do Presidente do Pará, Fausto Aguiar, na ocasião de informar ao primeiro líder do Amazonas da situação que o lugar se encontrava, foi bastante claro em dizer que haviam problemas a serem enfrentados, e que eles eram, “em resumo, a carência de missionários esclarecidos, e animados de fervor religioso, e de patriotismo; a insuficiência dos meios pecuniários, de que se tem disposto; e a falta de um sistema de educação mais apropriada”.<sup>28</sup>

A educação almejada pela fala do presidente excluía os saberes das populações indígenas, a real intenção era ensiná-los a língua portuguesa, a pronúncia e a gramática, ou seja, ensiná-los para que alcançassem o nível da requisitada civilização. Contudo, como bem demonstra a tese de José Ribamar Bessa Freire, a tarefa de levar o letramento pelo vasto território da província não era simples, e nem sempre foi exitosa.<sup>29</sup>

Em 1850 havia uma total “inexistência de quadros profissionais capazes de exercer a docência” e essa dificuldade era mais evidente nos interiores, caracterizados pelo difícil acesso, mas também existia até mesmo na região

---

<sup>27</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Manaus: Edua, 2015, p. 39-40.

<sup>28</sup> *Exposição do Presidente da Província do Pará, Fausto de Aguiar*. Belém: Tipografia Santos e Filhos, 1851, p. 7.

<sup>29</sup> FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: A história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica/Eduerj, 2004.

urbana<sup>30</sup>. Compartilhando da delicada situação de instrução escolar estava a produção intelectual e cultural que chega a ser caracterizada por não ter nenhum brilho, havendo poucas produções de livros e com lugares limitados para realizações atividades culturais.<sup>31</sup>

Contudo há controvérsias quanto ao quantitativo de escolas implantadas na província, já que, este número saltou de 8, no ano de sua instalação (1852), para nada menos que 124, em 1889. Houve também um cuidado no que se refere à educação voltada para a formação profissional, sendo criado em 1858 o Estabelecimento dos Educandos Artífices, com a implantação de oficinas de alfaiate, sapateiro, torneiro, charuteiro e chapéus.<sup>32</sup>

Em relação ao aspecto financeiro da nova Província, caracterizado anteriormente por Fausto Aguiar como “insuficiente”, pode-se dizer que também foi uma questão que logo na inauguração da província foi objeto que recebeu bastante atenção. Se outrora a Comarca era dependente das receitas do Pará, agora o Amazonas “autônomo” precisava de fortes bases econômicas para gerar seus próprios lucros e possibilitar vantagens em prol de uma boa administração pública. Logo, a população local precisava ser mobilizada para fazer parte desse projeto.

No contexto da criação da Província do Amazonas, estavam também incluídas as falas de seus governantes que narravam a região como ainda necessitada de diversas realizações para que resultados melhores, acerca dos mais variados temas fossem possíveis. Uma nova província se instalou, um novo sistema de governo se iniciou, mas o Amazonas não começou ali. Já havia uma população, junto dela havia os seus meios de sobrevivência, de costumes e de organização próprios. No instante da autonomia política, a população foi percebida e recebeu a missão de conseguir o progresso almejado nos relatórios.

A província – tão pobre de braços, como rica de recursos naturais – com a civilização dessas hordas numerosas, que por seus extensos ermos vagueiam, arredadas da nossa sociedade, mais fáceis, em geral, pela docilidade de sua índole, de serem para ela conquistadas.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 43.

<sup>31</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1989, p. 201-203.

<sup>32</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit., p. 45-46.

<sup>33</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Batista Figueiredo Tenreiro Aranha*. Manaus: Tipografia de Manuel da Silva Ramos, 1852, p. 17.

Ao mesmo tempo em que Tenreiro Aranha afirmava ser essa população “dócil”, de “boa índole”, ele também a responsabilizava pelo fato da região ainda não ter alcançado resultados positivos quanto ao desenvolvimento, e isso se devia ao peso dos costumes locais, que não eram por ele encarados de forma positiva. Para Tenreiro Aranha, “a população, dividida em bandos, todos os anos vai para as grandes praias... ou para as matas... e tudo que tirão e destroem é para os chamados regatões das feitorias, a troco de aguardente”.<sup>34</sup>

Os costumes locais, sobretudo a extração de produtos nativos, foram vistos nessa fala como um entrave para o progresso. Ao mesmo tempo, uma atividade encarada por ser fundamental no desenvolvimento dos povos – a agricultura – pareceu estar ameaçada no Amazonas. Desta forma, o primeiro relatório de Presidente da Província do Amazonas já inaugura uma série de falas que se ocupariam em desprezar os costumes locais – acentuadamente indígena – e percebê-los como perigosos para o futuro da mais nova província, que também era a maior do império.

Contudo, as conclusões dos administradores presentes nos relatórios precisam ser atentamente contextualizadas e mesmo questionadas, no que traziam de inverdades e de posições preconceituosas contra os grupos indígenas e os habitantes locais. Um dado que nos parece relevante é o do caráter exógeno dessa elite política transmigrada ao Amazonas, fato que a punha, mais facilmente, em contradição com as práticas e costumes da população da nova província. Ao todo, passaram pelo Amazonas 30 presidentes, e entre eles se intercalaram outros 16 vice-presidentes. Não se faz aqui necessário, nesse momento, relatar os nomes de todos, mas é importante ressaltar que, apenas cinco desses administradores eram amazonenses, sendo os demais originários de outras regiões do país que não o Norte.

Por outro lado, os vices tendiam a ser residentes locais e que, apesar de terem assumido o governo por inúmeras vezes (ao todo 28 vezes), não contabilizaram no geral, um longo período enquanto administradores políticos, pois assumiam nos intervalos de trocas de governos, até que um novo presidente assumisse.

---

<sup>34</sup> *Idem*, p. 31.

O contexto da elevação do Amazonas à categoria de província em 1852 ocorreu diante de um cenário econômico nacional definido por Caio Prado Jr como um momento de transformações e de resultados positivos. Diversas regiões do Brasil Imperial traziam características econômicas com resultados positivos devido ao sucesso percebido na implantação de diversas atividades, sobretudo agrícolas.

Pelo fato de boa parte dos presidentes não ser de residentes locais, implica dizer que na maioria das vezes os mesmos advinham de regiões economicamente mais desenvolvidas e vantajosas em termos de desenvolvimento, quando comparadas com o Amazonas. Este é o caso da região do Sudeste que se destaca pelos notáveis lucros advindos de uma agricultura promovida pelo trabalho escravo nas lavouras de açúcar e, principalmente, de café.

Um expressivo quantitativo de sacas exportadas, sobretudo para Europa e aos Estados Unidos, que cada vez mais se afirmavam como grandes compradores do produto brasileiro, contribuiu significativamente para que essa cultura se alavancasse e se firmasse como o item que marcou a evolução econômica no Brasil.

Portanto, é nossa perspectiva que tais administradores já possuíam uma percepção acerca de projetos que consideravam essenciais por terem trazido benefícios para suas regiões. Muitas dessas propostas serão também encontradas nas falas provinciais, como prova de que os presidentes planejavam repetir os mesmos feitos realizados na região das quais provinham. Significa também dizer que as características peculiares do Amazonas não agradavam aos presidentes que na maioria das vezes as viam com empecilho para o desenvolvimento local. Tal percepção já havia sido discutida anteriormente por Nasthya Cristina Garcia Pereira, para quem:

Eram as práticas de sobrevivência e produção da população que, na visão dos presidentes, não eram condizentes com o projeto civilizador do Império; era a utilização da natureza pelos índios, caboclos e tapuias que não se enquadrava no projeto de uma agricultura diversificada e lucrativa, planejado para o país pelos dirigentes do Segundo Reinado.<sup>35</sup>

Os presidentes na maioria das vezes ocupavam os cargos em curtos períodos de tempo, logo sendo substituído por vices até a chegada de um novo

---

<sup>35</sup> PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Relações homem-natureza: O discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2008, p. 137.

sucessor. Vera Medeiros afirma que a nomeação desses administradores por parte do governo imperial, na maioria das vezes, fazia parte de uma caminhada política até o nível mais alto, que seria alcançar os cargos no gabinete imperial.<sup>36</sup>

Daí ser comum o fato de que um mesmo indivíduo poderia ser presidente de mais de uma província, em momentos diferentes, permanecendo pouco tempo em cada uma delas. Pode-se citar alguns exemplos dessa situação, como o Conselheiro Ferreira Pena, que administrou o Amazonas entre 1853 a 1856, e também foi presidente das províncias de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Maranhão. A lista é grande: João Pedro Vieira, além de governar o Amazonas entre 1856 a 1857, também presidiu a província do Maranhão; Manoel Carneiro da Cunha chefiou as províncias de Paraíba e Pernambuco; Sinval Odorico Moura foi presidente nas do Ceará, Piauí e Paraíba; Adolfo de Albuquerque administrou Santa Catarina e Pernambuco; José Coelho da Gama administrou também o Pará; José Miranda Reis presidiu também o Mato Grosso; Domingos Monteiro Peixoto foi presidente do Piauí e do Espírito Santo; Antônio dos Passos administrou Sergipe e o Rio Grande do Norte; Rufino Galvão chefiou Mato Grosso e Pará; José Queiróz administrou também o Pará; Satyro Dias e Alarico Furtado administraram também o Rio Grande do Norte; José Paranguá administrou também Santa Catarina e José Jansen chefiou o Maranhão, além da província do Amazonas.

O fato de a maioria dos presidentes possuírem experiências em outras regiões do país pode explicar que muitas vezes nas falas dos relatórios apresentados à assembleia provincial, ou nos relatórios de passagem do cargo a outros presidentes, tais registros contivessem expressões de não compreensão aos aspectos de ordem regional, como a natureza e o comportamento dos habitantes. Em outras vezes, as falas revelam a tentativa de imposição de projetos que por alcançarem bons resultados em outros locais deveriam também ser implantados no Amazonas sem levar em conta suas particularidades geográficas e culturais.

É possível encontrar nos relatórios, desde os anos iniciais até os do final do período provincial, inúmeras percepções dos presidentes no sentido de que a região carecia de projetos que trouxessem melhorias e progressos em diversas áreas que aos olhos dos administradores não se caracterizavam de forma positiva

---

<sup>36</sup> MEDEIROS, Vera Alarcon. *Incompreensível colosso*. Op. cit., p. 40.

e agradável. Logo no primeiro relatório, em 1852, no qual Tenreiro Aranha recebia do presidente da província do Pará um relato da situação em que se encontrava o Amazonas, percebe-se uma configuração textual em que os problemas são discutidos nas rubricas próprias em que se estruturam esses relatórios.

Com efeito, os relatórios de presidentes de província apresentam uma estrutura padrão em que os temas são apresentados e debatidos em tópicos que, quase sempre, remetem para a pasta das secretarias específicas em que se subdivide a administração pública: Segurança; Instrução Pública; Navegação; Diretório dos Índios; Colonização; Imigração; Fazenda Provincial, dentre outros.

É fato que essa maneira escolhida pelos administradores de organizar as informações tratadas como relevantes muito ajuda os pesquisadores que se objetivam a procurar dados pertencentes ao período provincial. Tal organização, a respeito da escolha dos tópicos tratados podem sofrer modificações, mas de forma geral eles mantêm os mesmos tópicos em todos os relatórios.

A semelhança mantida nas escolhas dos tópicos desenvolvidos nos relatórios passa a noção de que os temas que careciam de melhorias e maior atenção do poder público encontravam proximidade entre os diversos administradores que assumiram a gestão provincial, havendo concordância entre eles que tais áreas eram essenciais para o desenvolvimento e que, portanto, as tratavam como assuntos que mereciam destaques.

A continuidade dos temas nos relatórios reforça a ideia que esses assuntos, durante todo o período provincial não alcançaram soluções satisfatórias que viessem a agradar os administradores. Eram temas que sempre demonstravam precisar de mudanças, e que, nessa “vasta província”, a visão dos presidentes era de que diversos entraves dificultavam a resolução e alcance das melhorias necessárias.

Mesmo com o extenso território, os locais de ocupações urbanas se resumiam a poucos. No momento de instalação da província existiam quatro municípios: Vila da Barra, Maués, Barcelos e Ega. Já as freguesias totalizavam vinte e oito. Com as sucessivas mudanças de estatuto jurídico desses núcleos populacionais, no início do período republicano a quantidade de municípios chegou a vinte e três. O povoamento, levando em conta a extensão do território, não era muito significativo, já que, em 1852 a totalidade dessas localidades

contabilizava apenas 29.758 habitantes, segundo dados apresentados nos relatórios.<sup>37</sup>

Havia, portanto uma grande diversidade de assuntos permeados nas páginas dos relatórios dos presidentes da província que foram considerados essenciais para trazer ao Amazonas o tão almejado progresso. Não se podia, portanto, comparar os indicadores, bem mais modestos, da Província do Amazonas, com os de tantas outras que, naquele mesmo contexto já se destacavam com avultados números, tanto na quantidade populacional, quanto nos lucros que advinham de suas diversificadas atividades econômicas. Essa assimetria também se mostrava perceptível quando se tratava de discutir características de ordem social, como índices de alfabetização, disponibilidade de serviços públicos nos centros urbanos, qualidade das habitações e/ou da dieta alimentar, dentre outros indicadores.

Solucionar os entraves do desenvolvimento socioeconômico e “alcançar prodígio” em tantos assuntos parece ter sido a missão primordial dos administradores da Província do Amazonas, ou pelo menos foi assim que eles se perceberam, como os responsáveis por implementar estruturas de desenvolvimento até então precárias e/ou inexistentes, favorecendo a população regional.

Dentre tais tarefas estava a de garantir o abastecimento de gêneros de primeira necessidade aos moradores de Manaus e das outras cidades, entendendo-se que o fornecimento de alimentos deveria ser regular e contínuo, além de ter garantia de qualidade e de preços acessíveis, que pudessem ser disponíveis aos residentes nas cidades, que à vista dos relatórios, não estavam amparadas quanto a essa questão. Como nas localidades interioranas, os núcleos “urbanos” tendiam a ser de pouca expressão, com população que, em geral, não ia além de poucas centenas, e onde as atividades como a pesca, as hortas, a criação de animais e o cultivo de tubérculos e de alguns poucos grãos conseguiam garantir níveis de subsistência mínimos, o problema do abastecimento apresentado nos relatórios de presidentes de província acabou se restringindo à Manaus, capital da província e cuja população, mais expressiva, já se diversificava em atividades diversas que

---

<sup>37</sup> Idem, p. 45.

impediam, quase sempre, o desenvolvimento em paralelo de atividades voltadas para a subsistência.

### 1.1. VIAJANTES E NATURALISTAS:

#### UMA PERSPECTIVA DA ALIMENTAÇÃO NO AMAZONAS NO SÉCULO XIX.

A recém-inaugurada província na região Norte do Império logo precisou incorporar elementos que a aproximasse de um território que não mais estaria subordinado a outro centro político. Ao se separar da província do Pará, o Amazonas também iniciou a incorporação de estruturas necessárias para abrigar seu novo status político.

Foi preciso pensar em prédios e instalações onde funcionariam o governo provincial e suas respectivas instâncias administrativas, secretarias e departamentos, além de espaços para abrigar também a Assembleia Legislativa Provincial, todas elas com seus respectivos corpos de funcionários dedicados às atividades burocráticas. Todas essas mudanças, embora lentas, acabaram por confirmar que um novo cenário político havia se iniciado no Amazonas.

Juntamente com esse contexto havia também uma elite sendo formada principalmente quando indivíduos de outras regiões do país chegavam à Manaus em virtude da instalação da província. No contexto citadino, algumas mudanças antecederam, inclusive, a chegada da província. Assim, em 24 de outubro de 1848, a então Vila da Barra de São José do Rio Negro, ascendeu juridicamente ao estatuto de cidade, seguramente como decorrência ao incremento populacional e à uma nova centralidade no comércio do Alto Amazonas, deslocado, desde em fins do século XVIII, do Rio Negro para o Solimões.

A instalação da província configuraria um novo cenário de intervenções do Estado na capital amazonense, com a clara pretensão de lhe dotar dos atributos necessários ao gerenciamento político e administrativo da mais nova unidade política do Império, sem descuidar de, sempre que possível, atribuir-lhe um ar de progresso e de “civilização”.

Em paralelo, a formação de uma elite burocrática se iniciava na província e, no dizer de Ana Maria Daou, diferenciava-se daquela existente no Pará, na medida em que “no Amazonas, inexistiam famílias tradicionalmente ligadas à terra, pois se



tratava de uma elite em formação recente, predominando os segmentos urbanos, de comerciantes e profissionais liberais”<sup>38</sup>. A maioria da população em Manaus era formada por pessoas de classe sociais menos abastadas, sobretudo aqueles de origens tradicionalmente indígenas que traziam consigo os hábitos também tradicionais dessas populações.

Uma cidade rodeada por florestas, entrecortada por igarapés e margeada por um imenso rio trazia consigo costumes que foram bastante reproduzidos por seus habitantes. Tomar banho nas “termas”, comer ao ar livre, lançar-se à pesca nos finais de semana não somente eram praticados pelos de origem indígenas, mas até os considerados “civilizados” na cidade não se distanciavam de tais atitudes.

Ocorre que essa população exógena que formava o corpo burocrático instituído no contexto da implementação da província, não compreendeu Manaus apenas como um templo em adoração às belezas naturais, ao contrário, parecia desprezar essas dimensões. No dizer de Ana Maria Daou, “parte da elite que ali vivia, que falava da cidade como uma ‘aldeia’ e sonhava com um espaço urbano em tudo distante do que ela evocava de mais forte: a presença impertinente da natureza por toda parte”.<sup>39</sup>

Esse grupo da sociedade manauara teve sua voz valorizada entre aqueles que seriam seus maiores representantes, os presidentes da província, que nas páginas dos relatórios indicavam o quanto a cidade necessitava se adequar aos ditames do progresso e da civilização. Essa tendência se ampliaria com o tempo, já que quanto mais ocorria uma movimentação econômica atraída pela extração da borracha, e mais o capital estrangeiro permeava os lucros estatais, mais se atraía para a cidade uma população exógena que incluía desde empresários dispostos a investir na produção e na comercialização daquele produto, até funcionários graduados e com qualificação necessária à assumir postos de direção e controle nas firmas e empreendimentos comerciais da cidade, em tese, todos eles mais próximos do universo cultural europeu ao qual a capital da nova província buscava associar-se.

Contudo, antes mesmo da década de 1870, quando podem ser encontradas as intervenções iniciais do poder público visando o “aformoseamento” urbano, ou

---

<sup>38</sup> DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 9.

<sup>39</sup> Idem, p. 34.

mesmo anteriormente à última década do século XIX, quando a prosperidade começou a mostrar-se a partir de diversas obras públicas que modificaram não somente o espaço público como também os hábitos e as práticas da população local, já era possível perceber o desejo pelas alterações urbanas em Manaus.<sup>40</sup>

Construir o cenário da cidade manauara naquele contexto demanda trazer também além das falas e exposições dos presidentes outros personagens, em especial os viajantes, cuja fala, fruto de uma observação direta da realidade regional, ganhou o registro editorial, chegando aos nossos dias como fontes primordiais. Tais viajantes<sup>41</sup>, ao passarem pelo Amazonas registraram percepções as mais diversas sobre o ambiente natural e também sobre suas dimensões humanas, perscrutando as potencialidades econômicas, descrevendo usos e costumes dos grupos indígenas e também fazendo crítica à sociedade manauara e às elites políticas da época. Ora elogiando a imensidão da natureza, ora criticando a falta de “civilidade” dos habitantes citadinos, deixaram análises primorosas que, sob críticas ou elogios, proporcionaram visões importantes da cidade naquele período.

Alfred Wallace, um naturalista britânico, iniciou sua saga Amazônica em busca de diferentes espécies, entre animais e plantas. Suas observações, mais tarde vieram a somar com as contribuições de Charles Darwin para a construção da *teoria da evolução das espécies*. O naturalista escolheu o Brasil como o ponto inicial de suas pesquisas e a Amazônia como lugar específico, haja vista ser já naquele instante mundialmente conhecida pela fama de possuir diversidade no que confere à fauna e flora. Wallace realizou suas explorações tecendo um caminho que se iniciou em Belém, passava pela Barra do Rio Negro e desta, seguia rumo a outros interiores.

Em 1849, ao entrar na cidade de Manaus<sup>42</sup> o naturalista notou que “as suas ruas são regularmente traçadas; não têm, no entanto, nenhum calçamento, sendo

---

<sup>40</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: Trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. 3ª ed. Manaus: Edua, 2015, p. 36-37.

<sup>41</sup> O espectro é, na verdade, bastante amplo, podendo incluir nesta rubrica desde naturalistas e homens de ciência, até religiosos e militares de diversas nacionalidades.

<sup>42</sup> A denominação Cidade de Manaus foi atribuída em 1848.

muito onduladas e cheias de buracos, o que torna a caminhada sobre os seus leitos muito desagradável, principalmente à noite”.<sup>43</sup>

A cidade era formada por cinco bairros: Campinas, São Vicente, Remédios, Espírito Santo e República. Até 1890 a população se constituía, em geral, por tapuios, mamelucos, portugueses, imigrantes nacionais e estrangeiros, além de negros (em números reduzidos), que se espalhavam por essas áreas sem distinção de classe, cor ou profissão.<sup>44</sup>

Vila da Barra, que no futuro seria a capital do novo governo provincial encontra-se presente nas descrições elaboradas também por Paul Marcoy, que no ano de 1847 navegou pelo rio Amazonas cruzando o território da América do Sul do Pacífico até o Atlântico. Interessado nos dados acerca dos elementos naturais tais como os rios e as vegetações, Marcoy não esconde admiração quando chega à Barra. Ao avistar o local escreveu: “a cidade moderna em que acabamos de chegar é chamada pelos brasileiros de A Barra do Rio Negro”<sup>45</sup>. Mais adiante, o viajante descreve que deixou para trás a barbárie, referindo-se às outras vilas que encontrou durante o percurso, quando percebe a moda francesa sendo usada pelas pessoas abastadas do local. Surpreende-se também com o fato de ali os índios estarem usando camisas.<sup>46</sup>

O que contentou o viajante no local a ponto de utilizar o termo “moderno” como elogio foram os elementos da cultura europeia percebidos entre os hábitos da população. Desmerecendo as outras localidades que haviam sido visitados, mesmo que fazendo um elogio, se percebe na fala de Marcoy um desmerecimento ao que não era considerado *civilizado* e uma noção de superioridade do europeu ao caracterizar de forma positiva apenas o espaço em que o lembrou aspectos de seu lugar de origem.

Continuando o seu relato, Marcoy expõe que o local era habitado por três mil habitantes e a quantidade de casa chegava a 147. Afirma que os habitantes se dedicavam a atividade de comércio, onde recebiam das populações do Alto Amazonas produtos de natureza extrativista que eram enviados para o Pará e que

---

<sup>43</sup> WALLACE, Alfred Hussel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979, p. 214.

<sup>44</sup> DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 2007, p. 34.

<sup>45</sup> MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: EDUA/Governo do Estado do Amazonas, 2001, p. 167.

<sup>46</sup> Idem, p. 169.

diversas pequenas lojas vendiam no varejo uma infinidade de artigos de notória utilidade.<sup>47</sup>

Aí estava a demarcação de um dado econômico importante na capital amazonense, qual seja, a ênfase nas atividades ligadas ao comércio, principalmente com o objetivo de exportar a produção regional de borracha. Mas havia também um comércio varejista local, espaço disponibilizado para que a população adquirisse os gêneros necessários para sua alimentação, sendo o mais importante ponto de venda a “ribeira dos comestíveis”, criada por uma lei provincial de 1855. Ainda não havia na cidade um porto moderno, mas era nessa ribeira que as mercadorias vindas de localidades do interior ficavam à disposição da população citadina.

Nesta área aportavam embarcações pequenas, chamadas de catraias e alvarengas, que traziam do interior diversos gêneros alimentícios para serem comercializados na cidade. Essa rampa se localizava em frente à Igreja dos Remédios, no bairro do mesmo nome e sua construção demonstrava a existência de uma preocupação em dar conta de um florescente comércio.<sup>48</sup>

A tal ribeira seria instalada ao lado da rampa de desembarque, localizada na praça da Imperatriz. A iniciativa revela a intenção de promover uma organização e concentração da atividade comercial dos produtos comestíveis que favorecesse maior controle fiscal.<sup>49</sup>

A cidade não alcançou elogios de todos que a viram, já que, enquanto Marcoy a percebeu e a descreveu dispendo de traços positivos; em 1865, Elizabeth e Louis Agassiz a descreveram em traços depreciativos e irônicos:

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência.<sup>50</sup>

É possível perceber a partir dos olhares de alguns viajantes que navegaram pelo rio Amazonas no século XIX, nos anos próximos à criação da Província, como viviam as povoações e vilas às margens dos rios. Não tomando os relatos como

---

<sup>47</sup> *Idem.*

<sup>48</sup> PINHEIRO, Maria Luzia Ugarte. *A Cidade sobre os Ombros*. Op. cit., p. 35-36.

<sup>49</sup> MESQUITA, Otoni. Armazém Quinze. *Somanlu*, ano 11, nº 2, jul./dez. 2011.

<sup>50</sup> AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Carry. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983, p.196.

verdades absolutas, mas questionando as informações contidas neles, pode-se encontrar elementos da realidade local daquele contexto, uma vez que há uma diversidade de assuntos que foram por eles tratados de forma bastante similar.

Os relatos dos viajantes variam entre um tom científico e técnico da descrição dos seres e da geografia dos lugares e que, ao mesmo tempo, havia o vivo interesse em escrever o cotidiano dos nativos e da população aqui residente. Essa mistura de estilos ocorria, pois havia o empenho de que a leitura atingisse um maior público leitor e não ficasse apenas restrita ao meio científico.<sup>51</sup>

Aqueles que pela região amazônica passaram, no período aqui destacado, a província, principalmente os viajantes advindos da Europa e Estados Unidos, narraram a paisagem amazônica como algo que os deslumbrava, os caudalosos rios, a diversidade de animais e a relevante quantidade de plantas naturais encontradas na região, que até então era uma novidade para tais visitantes, produziu elogios acerca das qualidades peculiares à natureza da região.

Ao mesmo tempo esses discursos de viajantes criaram margem para ser realizada uma comparação entre os costumes das populações locais e os hábitos dos habitantes europeus. Costumes como as conversas com amigos, as festas religiosas, banhos em igarapés foram criticados pelos viajantes e até mesmo uma parte da população, a elite branca nem sempre reproduzia tais modos da cultura local.<sup>52</sup>

Os relatos dão conta de outros locais no tão vasto território. Os viajantes sempre percebiam uma pequena agricultura nas comunidades às margens do rio. É fato que, em toda extensão desse território havia atividade agrícola, mas não de uma forma que agradava os presidentes da província. As populações indígenas na América detêm o conhecimento da agricultura desde 12 mil anos, caracterizada por ser uma atividade de subsistência. De igual forma, até mesmo os habitantes das cidades no Amazonas cultivavam em seus quintais, possuíam hortas e uma pequena plantação e criação de porcos ou galinhas.

O que desejavam os administradores era uma agricultura de grandes proporções, que cultivasse em escala e obtivesse vantagens lucrativas. O fator que incomodou o primeiro presidente da província acerca da necessidade de uma

---

<sup>51</sup> VILLANOVA, Simone. Pescas, piqueniques, banhos: A cultura e os lazeres locais no olhar dos viajantes do século XIX. In: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (Orgs.). *A Amazônia dos viajantes: História e Ciência*. Manaus: Edua, 2011, p. 129.

<sup>52</sup> Idem, p. 125.

agricultura em maior escala, pode ter vindo de uma situação também mencionada pelo naturalista Alfred Wallace em 1848.

Assim, nas primeiras linhas escritas sobre a Barra do Rio Negro, enquanto era acomodado na casa de um morador local, Wallace escreveu que “a farinha de trigo, queijo, vinho e outros gêneros de primeira necessidade, são sempre muito caros, e, por vezes, não se pode obtê-los, quando chegam a faltar”<sup>53</sup>. Seria essa a consequência da distância de Belém, de onde a maior parte dos alimentos era proveniente, ao considerar o tempo de viagem de uma cidade a outra sendo até de dois meses, estaria a Barra do Rio Negro sendo prejudicada por não ter esses alimentos tão essenciais na visão do naturalista.

A falta de alimentos de “primeira necessidade” surpreendeu o naturalista a ponto de ele descrever detalhes comprometedores na alimentação de habitantes locais. Para ele, o múltiplo uso da farinha de mandioca – sendo empregada em mais de uma refeição diária –, a grande quantidade de frutos que eram consumidos e a carne de caça, provocaram a descrença do viajante quanto a saúde e o vigor da população, ao mesmo tempo manifestando dúvidas se os alimentos regionais poderiam de fato sustentá-los durante todo o dia.

Vivem de maneira mais frugal possível.

A princípio, fiquei deveras confundido com isso, procurando então descobrir o que é que eles comem em suas refeições.

Pela manhã muito cedo, cada um come uma cuia de mingau.

Ao meio-dia, comem um bolo de farinha seca ou um inhame assado; e, à tarde, outra vez uma cuia de mingau de farinha ou de banana.

Eu não podia imaginar que realmente nada mais do que isso tivessem para comer.

Afinal de contas, fui obrigado a chegar à conclusão de que as suas variadas preparações de mandioca e de água é que constituem, na verdade, o seu único alimento.

Uma vez por semana, mais ou menos, arranjam um pouco de peixe ou uma ave.

Isso, porém, tem que ser repartido entre tantas pessoas, que serve somente como uma variante ao pão de mandioca.<sup>54</sup>

Para além da cidade da Barra, Wallace também estendeu suas observações para as populações fixadas às margens de rios próximos. Ao detalhar as informações acerca dos trabalhos realizados por esses habitantes ao longo do dia destacou mais uma vez o que estava disponível e o que era utilizado como alimentação. Percebeu assim que esses indivíduos se dedicavam à coleta de raízes

---

<sup>53</sup> *Idem.*

<sup>54</sup> *Idem*, p.222

como mandioca e inhame, tal como também formavam suas roças para uma agricultura, sobretudo de subsistência.

Mantendo a todo tempo um tom de superioridade em detrimento dos costumes locais, o viajante não vê nessas atividades a obtenção de lucros ou mesmo de proveito que resultasse em algo mais vantajoso.

Com isso, todavia, nada mais fazem do que produzir senão aquilo somente de que mais precisam... disto resulta que cada um faz tudo que é preciso para si mesmo, mas vagarosamente, com um grande desperdício de trabalho e de tempo, em vez de ocupar-se com uma indústria qualquer e trocar os seus produtos pelas mercadorias de que tiver precisão.<sup>55</sup>

Wallace é um dos viajantes que mais atenta para os detalhes diversos que envolviam os locais em que visitava. Informações de variados campos envolvendo hábitos de lazeres, alimentares e da urbanidade se emaranham em suas descrições, para além das anotações puramente científicas que mais tarde dariam embasamento e influenciariam a construção da teoria evolucionista de Darwin.

Enquanto esteve em Belém, Wallace relatou o cardápio diário que lhe era servido compreendendo café, chá, manteiga, bananas, laranjas e carne de vaca. Essa última foi descrita envolta de críticas, devido à péssima qualidade e a maneira precária na qual o produto era transportado da Ilha do Marajó até o mercado. Contudo, quando ele observa e descreve o cardápio do homem comum, faz mais do que meras anotações.

O viajante, além de informar sobre o cardápio diário que lhes era oferecido, observava a dieta da população urbana e revelava o que consumiam os negros, índios e brancos. Tais impressões sugeriam a existência de hierarquias sociais a partir do consumo de determinados gêneros alimentícios.<sup>56</sup>

Portanto, ao afirmar que na Cidade da Barra faltava a farinha de trigo, o vinho e o queijo, o viajante já sinalizava os traços da hierarquia alimentar no local, mostrando os produtos que a agradavam uma pequena parte da população, um grupo privilegiado, em detrimento da maioria dos habitantes que na maior das refeições consumiam, sobretudo a farinha de mandioca em suas mais diversas formas de preparo acompanhado por carne de caça, peixe e por muitos frutos.

---

<sup>55</sup> Idem, p. 224.

<sup>56</sup> SILVA, Fabrício Herbeth. "Aos nossos olhos Europeus": Alimentação dos paraenses nas crônicas de viajantes do século XIX. *Projeto História*, nº 42, junho de 2011, p. 382.

Os relatos de Alfred Wallace e Paul Marcoy pertencem respectivamente aos anos 1849 e 1847, cronologicamente ainda não pertenciam à época provincial, contudo servem para evidenciar as questões que necessita serem resolvidas, já que uma vez criada a Província, iniciava-se os desafios para que na visão os administradores atrasavam o desenvolvimento, tais como: o povoamento, os costumes locais e a estrutura da cidade.

A fala de Wallace é muito segura em dizer que “por vezes” chegava a faltar alimentos de primeira necessidade na cidade e, mesmo quando os tinham, ainda havia o agravante de serem “sempre muito caros”. No entanto, a mesma dificuldade será repetida nas falas dos relatórios provinciais. Essa dificuldade não se concentrava apenas com a falta de produtos agrícolas, mas também pela falta de carnes.

Mas a “falta” de alimentos que o viajante relata deve ser aqui percebida e vista com cuidado. Primeiramente, precisa-se compreender o que de fato era considerado alimentos de primeira necessidade por ele, já que os próprios relatos do viajante dão conta de que a população tinha uma prática alimentar diferenciada e já estabelecida, lançado bases para concluir que o essencial, em sua opinião, eram os alimentos comuns a uma realidade mais próxima da cultura europeia e não amazônica.

Os desafios lançados aos administradores da província após a instalação ganharam espaços nos diversos relatórios e exposições produzidos no tempo de governo de cada um deles. Os próprios presidentes julgavam quais os itens necessários a serem resolvidos na busca por melhoramentos. Um desses temas é tratado em todos os discursos produzidos e refere-se ao abastecimento local com gêneros de primeira necessidade para a alimentação.

Para que a necessidade desses produtos não constituísse um problema e agravasse a falta de alimento para a população, seria preciso que duas atividades estivessem em funcionamento constante: a agricultura e a criação de gado.

Instalar a província não resolveria de imediato as questões consideradas necessárias pelos seus administradores, pois o mais novo território autônomo do império era visto como necessitado de prosperidade econômica, bem como de progresso.



No extremo norte do Império, por isso mesmo quase que desligado dele, tomando conhecimento da vida da nação com esforço, sem progresso intelectual e material, desorganizado em sua economia, o Amazonas exigia muito patriotismo e atividade de seus governantes.<sup>57</sup>

Um dos entraves para o desejado progresso estava na resolução para o abastecimento local em Manaus. Disponibilizar produtos de primeira necessidade para a alimentação na cidade foi uma dificuldade repetidamente pronunciada pelos administradores em seus relatórios que se apropriavam de um discurso superior, afirmando que a cidade de Manaus necessitava se adequar à diversas questões para resolução de problemáticas que a abalavam. A alimentação pública era um desses temas.

Quando o casal Agassiz veio ao Amazonas para realizar análises científicas diversas, a natureza local parece os ter encantado, pois nas páginas do relato a região é mencionada positivamente por conter diversas espécies de peixes, afirmando-se ter passado de 300 a quantidade de espécies observadas naquela mesma viagem.

Inicialmente os relatos não se dispuseram a elogiar a cidade e as características que a definiam. Suas observações gerais da região eram algo desanimadoras. Para eles, ainda tardaria o dia

em que uma população numerosa venha se fixar nas margens do Amazonas, em que embarcações a vapor venham circular dos seus portos aos do Mississipi e em que todas as nações do globo venham buscar a sua parcela nos ricos produtos desta bacia.<sup>58</sup>

Mas essa afirmação não se distancia muito das páginas onde a natureza local será descrita alegando ter causado admiração, alegria e encantamento nos viajantes. As “cortinas de florestas”, a beleza dos habitantes que buscavam água, as “termas” que convenceram os olhares diante da admiração pelo que se presenciava. Tudo isso, ao mesmo tempo permitindo um discurso ora de superioridade, ora creditado que tal região de tão extensa teria entraves no progresso, onde um pouco de “civilidade” impressionava.

É o que se percebe nos relatos quando o casal visitou uma escola onde crianças indígenas recebiam instruções consideradas adequadas para elas e a hora da refeição causou felicidade no casal europeu, quando tiveram a oportunidade de

---

<sup>57</sup> REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*, p. 197.

<sup>58</sup> AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Carry. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983, p.107.

servir àquelas crianças “uma excelente refeição, composta duma enorme tigela de café com um grande pedaço de pão acompanhado de bastante manteiga”.<sup>59</sup>

Não há um detalhamento no texto, mas se pode acreditar que a manteiga mais usada pela população naquele momento era a que se produzia com a gordura da tartaruga, atividade essa que foi também percebida nos relatos, sendo eles escritos por Elizabeth Agassiz, que diversas localidades ao longo dos rios que exploraram praticavam intensamente, juntamente com a salga do peixe que chega a ser mencionado como um dos grandes artigos do comércio local.

Mais um episódio relacionado à alimentação em Manaus, também presenciado pelos Agassiz, pode exemplificar a admiração com um hábito local atrelado à fala de superioridade dos costumes europeus. Diante do cenário de um importante jantar, reunindo vários nomes da elite de Manaus, o casal anotou a uma série de carências:

Não havia, na verdade, nem gelo, coisa pouco fácil de se obter neste clima, nem champanha; essas duas exceções eram, no entanto, sobejamente compensadas por uma profusão de frutas tropicais que em outro lugar qualquer não se conseguiria por preço algum: ananases enormes, abacates verdes e vermelhos, pitangas cor de púrpura, atas (frutas- de-conde), abios, saptis, bananas das mais disputadas espécies, bem como grande variedade de maracujás.<sup>60</sup>

Para Elizabeth Agassiz o luxo do jantar só poderia estar completo se o gelo e a champanha fizessem parte daquele jantar, artigos europeus, comuns aos que narravam aquela ocasião, mas ao mesmo tempo “foi a delicadeza e a policromia das frutas que triunfou no baile, o que estabelece uma relação com a proposta de gosto reformado do século XVIII, em que o olhar destrona o nariz”.<sup>61</sup>

O tema da alimentação local permeia as falas dos viajantes demonstrando a clara intenção deles em comparar os hábitos locais com os europeus na medida em que inferiorizaram o cardápio das populações do Amazonas confirmando a superioridade do pensamento da civilização a qual eram originários. A grande quantidade de farinha, a manteiga de tartaruga, peixe seco ou as carnes de caça não foram compreendidos como alimentos essenciais.

Da mesma forma sofreu crítica a falta dos itens vistos como sendo de primeira necessidade, a champanha, o queijo, a carne verde ou o vinho. Já se

---

<sup>59</sup> Idem, p. 198.

<sup>60</sup> Idem p. 277

<sup>61</sup> SILVA. Fabrício Herbeth. *Nas tramas da escassez*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 82.

percebia uma visão dos hábitos locais como inferiores, o cardápio apenas reforça o quanto o Amazonas precisava se modificar aos olhos daqueles eram provenientes de outras regiões. Não somente os viajantes, mas principalmente os administradores da província se alongarão por tantas páginas nos relatórios buscando modificar diversos costumes, a alimentação será apenas um deles.

## 1.2. O “ESTORVO” DA ALIMENTAÇÃO NOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA.

Não há aqui a intenção de tratar de cada um dos assuntos que os presidentes consideravam necessários de serem solucionados, ou mesmo mostrando como cada um desses tópicos foram encarados, alcançando ou não o progresso para a província. Mesmo que uma pesquisa assim pareça interessante, o objetivo aqui é um tanto mais específico. Nela, busca-se tratar da questão de se obter gêneros de primeira necessidade para a alimentação da população local.

A prática mais encorajada nos relatórios provinciais era a necessidade de se alterar determinados padrões de costumes, pois isto seria equivalente a trazer melhorias para a região, sendo o maior interesse dos administradores alcançar um desenvolvimento que se equiparasse ao das sociedades ditas *modernas* e *civilizadas*, constituindo essas no modelo a partir do qual as sociedades locais deveriam ser formadas e constituídas. Portanto se percebe que para os presidentes a região, não sendo *civilizada*, via-se ainda atrelada a um nível inferior de desenvolvimento, fruto de seu legado regional e de sua ancestralidade indígena, e essa era a realidade precisava ser urgentemente modificada.

Essa civilidade, portanto, levava em consideração um parâmetro comportamental surgido nas antigas sociedades aristocráticas da Europa, o que fez com que esses modelos, assumidos de forma explícita ou implícita, fossem reproduzidos e considerados como os unicamente corretos. Os administradores locais se dedicaram às mesmas exigências na tentativa de padronizar e intervir nas práticas da população de Manaus, ao mesmo tempo em que alegavam ser a atitude mais prudente e benéfica para a região.

Porque é precisamente em combinação com o processo civilizador que a dinâmica cega dos homens, entremisturando-se em seus atos e objetivos,

gradualmente leva a um campo de ação mais vasto para a intervenção planejada nas estruturas sociais – intervenção esta baseada num conhecimento cada vez maior da dinâmica não planejada dessas estruturas.<sup>62</sup>

Em 1852, a Província do Amazonas se desmembrava da província do Pará e o presidente desta passara um relatório para o primeiro administrador local, Tenreiro Aranha. Ali já se achava a produção de alimentos como uma questão que foi destacada acerca das melhorias necessárias que deveriam ser então realizadas:

Agora, o café, a mandioca e o algodão mal chega para o consumo, e todos os outros gêneros e artefatos, à falta de cultura, tem desaparecido, e a população, dividia em bandos, todos os anos vai para as grandes praias... ou para as matas.<sup>63</sup>

Para o autor dessas informações a causa para a falta de produção agrícola na região deve ser atribuída aos costumes da população amazonense. Os habitantes mantinham o hábito de, no tempo da vazante, recolher ovos de tartarugas nas praias dos rios, uma vez que nessa época do ano os quelônios iniciavam o período da desova. Esses ovos, além de serem utilizados para alimentação própria dos habitantes, também serviam para a produção de manteiga, a ser destinada à venda.

O habitante local percebia a natureza como espaço apropriado para retirar o sustento necessário, o que lhe fazia, quase sempre, optar pelo extrativismo, de resto, prática econômica largamente dinamizada e incutida na cultura regional pelo conquistador ao longo de todo o período colonial. Chocava os administradores, o fato de que, ao lançarem-se no extrativismo, as populações regionais não demonstravam interesse e/ou preocupação com a implementação de práticas econômicas que pudessem gerar lucros, permitindo assim, o reinvestimento em outras atividades e melhorando a condição de existência dos produtores. O objetivo de obter lucros próprios permeia os relatórios, na inconformidade dos presidentes em perceber que a indústria agrícola – pensada como o cultivo em bases modernas – onde quer que se dinamizasse, tendia a render lucros e a dinamizar a sociedade, mas que, no contexto regional, era sensivelmente desprezada.

---

<sup>62</sup> ELIAS, Nordert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Joge Zahar Editora, 1993, p. 195.

<sup>63</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Batista Figueiredo Tenreiro Aranha*, p. 31.

Havia, de fato, uma prática agrícola secular utilizada na Amazônia, mas não a de cunho comercial, como desejada pelos presidentes.

Ora, a maioria dos habitantes desta região, tão vasta quão virgem ainda, relativamente à agricultura e indústria, até certo ponto, não compreende, não pode, e não quer. Não compreende, porque imbuída de um prejuízo julga que os produtos espontâneos da natureza constituem maior riqueza e à sua colheita entrega-se exclusivamente... Não pode, porque além de outras causas físicas e morais, que diminuem a sua energia, acha-se exposta à ação de um clima ardente... Não quer, porque nenhum esforço próprio faz para sair deste estado de torpor que a condena a retrogradar.<sup>64</sup>

A questão do abastecimento de gêneros de primeira necessidade se mostra latente em todo período provincial e em alguns momentos ela se configura de forma emergente exigindo que os administradores locais tomassem providências negativamente lucrativas para os cofres provinciais, mas ao menos tempo vistas como necessárias para evitar o agravamento da situação.

Logo nos primeiros anos da instauração da província uma solução apareceu viável diante dos olhares de vários administradores, a maneira mais proveitosa de utilizar os vastos campos do território e render o almejado progresso seria a integração de imigrantes, sobretudo os estrangeiros, acreditando que esses grupos eram mais aproximados ao trabalho agrícola e que essa atividade traria resultados positivos para o Amazonas.

Em 1854, Herculano Ferreira Pena externou tal ponto de vista em seu relatório, afirmando que a solução para o abastecimento local estaria na “escolha de lugares para assento de colônia e aldeamentos”, tal como seria conveniente “limitar por ora as colônias de estrangeiros às margens do Solimões e dos lagos próximos, geralmente sadias”<sup>65</sup>. A intenção de incentivar a agricultura foi cada vez mais utilizada como proposta de trazer o desenvolvimento, já que a agricultura tradicional dos povos indígenas não parecia responder às necessidades projetadas pelos administradores que percebiam ser necessário o cultivo de culturas como a mandioca, a cana, o café, o cacau, o milho, o arroz e o algodão.

Nem todos esses alimentos citados faziam parte da dieta tradicional dos habitantes locais, nem mesmo eram cultivados pelas populações às margens dos

---

<sup>64</sup> *Fala do Presidente da Província do Amazonas, Angelo Thomaz do Amaral*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858, p. 37.

<sup>65</sup> *Fala do Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Pena*. Manaus: Tipografia de M. S. Ramos, 1º de agosto de 1854, p. 38.

rios. Contudo, eram elementos que já haviam aparecido em outras regiões do país e que trouxeram muitos lucros a exemplo da cana de açúcar produzida no nordeste e o café cultivado no sudeste. É clara a intenção dos administradores de estender tais cultivos no Amazonas na tentativa de reproduzir os mesmos lucros obtidos em outras regiões.

Formar colônias para serem habitadas por populações estrangeiras, impor o cultivo de culturas que lograram êxito em outras regiões não eram apenas discursos ligados a uma pretensão puramente econômica que apenas visavam lucros. Claramente os interesses giravam em torno de impor hábitos e costumes que deveriam ser modificados, enquanto os tradicionais, indígenas e ribeirinhos, deveriam ser afastados para dar lugar à práticas mais bem vistas que pudessem aproximar o Amazonas do que era considerado como moderno e civilizado.

O estrangeiro era percebido como a população ideal, já que eram “dados ao trabalho”, fixavam moradias em prol de uma agricultura, possuíam um estilo de vida aceitável aos olhos dos administradores, ao contrário da vida das populações locais por muitas vezes criticadas e percebidas como inadequadas. A ideia da imposição de novos hábitos estava em preparar o Amazonas para receber as mudanças encaradas como necessárias. Se essas alterações não ocorressem dificilmente a região se desenvolveria, nem mesmo atrairia as populações estrangeiras.

Sem prévio preparo das terras em ordem a que os estrangeiros não venha aqui lutar com a insalubridade do clima, grande diferença da alimentação e outros estorvos, que logo o descoroção, será ineficaz toda e qualquer tentativa de emigração estrangeira, voluntaria ou contratada para o Amazonas.<sup>66</sup>

Em uma fala apresentada à assembleia no ano de 1860, o vice-presidente Manuel Miranda escreveu o tópico “*Socorro Público*”, ali demonstrando que nele seria explanado um assunto preocupante. O administrador alertava para a falta de gêneros necessários à alimentação na cidade de Manaus, reconhecendo “que a gente menos abastada sofria consideravelmente” e que ele, na condição de

---

<sup>66</sup> *Exposição do Presidente da Província do Amazonas, João Pedro Dias Vieira*, de 26 de fevereiro de 1857. Manaus: Tipografia Francisco José da Silva Ramos. 1857, p.21.

responsável pela administração, não desejava ser “testemunha impassível da miséria que invadiu esta cidade”.<sup>67</sup>

Ordenou que fossem comprados do Pará 500 alqueires de farinha e 200 arrobas de carne seca, sendo que as mercadorias deveriam ser enviadas em pequenas quantidades nos navios da companhia, vendidas de forma equilibrada para a população e com o preço de custo. É certo que tal atitude provocou prejuízos financeiros, fato que exigiu explicações perante o governo imperial, contudo, Miranda parece se contentar com o prejuízo, chamando-o de insignificante, “quando em compensação temos evitado os horrores de uma fome”.<sup>68</sup>

Tal como estava presente no primeiro relatório provincial, também durante a década de 1860 foi possível encontrar a fala que relacionava o problema do abastecimento de gêneros de primeira necessidade com o fato de que as atividades agrícolas na província não rendiam números positivos, nem mesmo conseguiam gerar a quantidade de produtos suficientes e serem dispostos para o consumo da população.

Em 1862 a agricultura é caracterizada por ainda estar na fase de “infância” e que ainda faltava mão de obra para atender às suas demandas. Já em 1864 os termos usados são mais exatos e bem mais negativos ao considerar que “a indústria agrícola que consiste na cultura das espécies vegetais que o homem apropria para seu uso... não a temos”.<sup>69</sup>

As falas dos presidentes também se destinavam constantemente em criticar as práticas extrativistas, de coletar produtos naturais nas florestas, tais como: salsaparrilha, ovos de tartaruga, seringa, castanha e outros, pois essa atividade na visão dos administradores ocupava as atenções daqueles que podiam se empenhar para a produção agrícola, limitando a geração de importantes quantidades em alimentos para o abastecimento do mercado da cidade. A ideia de criticar os hábitos das populações locais se fez presente em diversos relatórios.

Em sua obra “*Ideologia da decadência*”, Alfredo Wagner Berno de Almeida trabalha com análise dos relatórios, falas e exposições feitas pelos presidentes de

---

<sup>67</sup> *Fala do Presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Correa de Miranda, de 3 de novembro de 1860.* Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1860, p. 21.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>69</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.* Recife: Tipografia de Manoel de Faria & Filho, 1º de outubro de 1864, p. 40.

província no Maranhão durante o século XIX. O autor afirma que a ideia de *decadência* se faz presente nos discursos dos administradores numa tentativa de justificar as dificuldades existentes na região. O que chama a atenção é que muitos administradores ficavam pouco tempo no governo, sendo difícil crer que obtinham tantos conhecimentos para apresentar nos relatórios.

Daí se observa a reprodução de ideias já adotadas pelos presidentes que os sucediam, preferindo estender a ideia de decadência tal como já se percebia em relatórios anteriores. Pareciam crer que quanto mais repetida uma ideia mais ela se fazia segura perante aos que a reproduziram.

A expressão desta rotatividade dos administradores provinciais permite que se imagine um corpo permanente de funcionários ou burocratas provinciais especializados em produzir documentos oficiais ou então que se suponha a cristalização de uma prática burocrática de repetir indefinidamente imagens, metáforas e figuras de retórica evocadas em documentos anteriores.<sup>70</sup>

Aos olhos dos administradores, o fato da população se ocupar das atividades extrativistas era uma questão que não alcançava compreensão, não se justificava deixar de lado a agricultura, atividade considerada digna, lucrativa e benéfica para optar por adentrar as matas e tirar delas o que o necessário para a alimentação. Não somente os administradores políticos, mas também Louis e Elizabeth Agassiz em 1866, em viagem pelo Amazonas, perceberam o mesmo comportamento:

E os hábitos dos índios são tão poucos regulares, tão pouca importância dão ao dinheiro, tendo mais para viver quase sem fazer nada, que quando se consegue contratar um dele é mais do que provável que desapareça no dia seguinte. Um homem dessa raça é muito mais sensível ao bom trato, à oferta dum bom copo de cachaça.<sup>71</sup>

Os níveis baixos da agricultura eram apresentados como fatores preocupantes para os presidentes. De acordo com os dados mostrados nas tabelas da tesouraria provincial, determinados produtos mostravam um decréscimo no quantitativo das exportações. Um desses produtos que pode ser exemplificado é o café, e os dados apresentados na Tabela 1 revelam que no ano de 1864, em

---

<sup>70</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner. *A Ideologia da Decadência*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8. 2008, p.64.

<sup>71</sup> AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 221.



comparação aos anos anteriores, o produto estava sendo produzido em quantidades bem menores.

Tabela 1:  
Exportação de Café da Província do Amazonas

ANOS	ARROBAS
1830	6.200
1861	630
1862	646
1864	621

Fonte: *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Op. cit.*

No mesmo relatório há informações acerca do aumento da indústria extrativista, utilizando os mesmos períodos do quadro acima, os números provenientes da extração da borracha, que então começava a despontar, estão dispostos da seguinte forma:

Tabela 2:  
Produção Extrativista de Borracha na Província do Amazonas

ANOS	ARROBAS
1830	
1860	
1861	16.777
1862	19.628
1864	36.625

Fonte: *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Op. cit.*

A intenção do presidente em mostrar ambos os dados numa mesma página, foi para deixar claro aos seus interlocutores, a Assembleia Legislativa Provincial, que a razão pela qual a agricultura não prosperava na província devia-se ao fato de que os habitantes locais não davam preferência a atividade que garantiria mais segurança, seriedade e que traria mais vantagens econômicas, e até morais.

Fica notória a necessidade de apresentar uma causa que justificasse o fato de uma atividade considerada imprescindível no restante do país, mas que não foi satisfatoriamente desenvolvida no Amazonas. Na maioria das falas o agente

responsável pelo empecilho ao crescimento da agricultura era, claramente, o habitante local, revelando uma forma encontrada pelos administradores para amenizar a culpa, ao mesmo tempo mostrando que a agricultura era algo necessário e indispensável para o fortalecimento moral e econômico da província.

No dizer de Almeida, “na repetição palmilha-se um terreno comum e se incide em fixar termos e expressões que asseguram a ilusão da certeza e da exatidão, mesmo quando são maiores as incertezas e o desconhecimento por parte dos administradores”<sup>72</sup>. Portanto, há solidariedade entre os presidentes em definir a alimentação como uma problemática, assim como solucionar essa questão deixaria à mostra diversos entraves para serem enfrentados. Contudo, todos concordaram que aquele contexto exigia mudanças, todas elas em prol do progresso.

A saída emergencial encontrada para a falta de certos gêneros importantes para a alimentação na capital da província estava em comprar tais produtos de outras praças comerciais. Contabilizando o primeiro semestre de 1866 ao segundo de 1868 os dados da Fazenda Provincial informam que uma avultada compra de arroz, farinha, peixe seco, carne seca, feijão e milho se fez necessária para o abastecimento local.

Tabela 3:  
Gêneros Alimentícios Importados Pela Província do Amazonas

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
Arroz	Alqueire	2.160
Carne seca	Arroba	1.031
Farinha	Alqueire	2.737
Feijão	Alqueire	553
Milho	Alqueire	828
Peixe seco	Pacote	637

Fonte: *Relatório do Presidente da Província do Amazonas*,  
*Jacinto Pereira do Rego*. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1868.

Todos os produtos mencionados acima foram provenientes da província do Pará, mostrando que mesmo duas décadas após o desmembramento ocorrido entre elas, o Amazonas ainda se via com vínculos de dependência com a província vizinha. As mercadorias que do Pará vinham, chegavam no mercado local de

---

<sup>72</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner. *A Ideologia da Decadência*. Rio de Janeiro: Editora Casa 8. 2008, p. 64.

Manaus com preços muitas vezes elevados, justificados, quase sempre, na alegada distância entre as duas praças e nas dificuldades de transporte.

No relatório anteriormente citado, também é possível verificar a listagem de produtos que eram exportados pela província, destacando como os mais lucrativos o azeite de peixe, o cacau, a castanha silvestre, a goma elástica, o pirarucu e a salsa. Portanto, são eles em sua maioria de origem extrativista, não constando, mesmo que em pequena quantidade, nenhuma mercadoria das que foram necessárias serem adquiridas do Pará.

Quando comparados os números de compras e vendas da província do Amazonas, levando em consideração o período de 1864 a 1868, é possível perceber que a quantidade das mercadorias que foram importadas em todos os semestres se mostra superior em relação às exportadas. O que se considerava importado nos dados dos relatórios se referia não apenas aos produtos que eram essencialmente estrangeiros, mas também àqueles de origem nacional.

Esses dados revelam que os lucros obtidos com as vendas de elementos das práticas extrativistas não superavam as despesas necessárias com o abastecimento do comércio local. É perceptível o fato de que havia produção e vendas das mercadorias, enquanto que por outro lado também se fazia necessária a demanda por produtos considerados gêneros de primeira necessidade e que estes eram adquiridos de locais distantes, reforçando mais uma vez nos relatórios a necessidade em se pensar em melhorias quanto ao abastecimento na província.

Tal como ocorreu com os produtos de origem agrícola, quando em vários momentos há relatos indicando a falta dos gêneros alimentícios no mercado municipal, e ao mesmo tempo argumentando que isso acarretaria problemas para o desenvolvimento local, também a carência desses alimentos foi justificada em muitas falas por ser consequência da inaptidão ao trabalho do habitante amazonense. Ocorre que, não apenas as atividades agrícolas, mas também a necessidades de carnes bovinas foi enfrentada como uma problemática a ser encarada pelos administradores.

Tal qual ocorreu nos tópicos anteriores, será aqui também exposto, como nas primeiras décadas da província o problema da carne foi tratado nas falas dos presidentes. A intenção é diferenciar as informações que serão agora descritas

daquelas referentes ao período posterior, ou seja, as décadas de 1870 e 1880, quando se juntarão à análise os dados e as falas encontradas na imprensa local.

Deve-se, portanto, iniciar mostrando ao leitor que a questão do abastecimento local era um apelo que sempre permeou as falas oficiais. A preocupação mostrada com a alimentação dos habitantes da cidade de Manaus foi ponto em que a maioria dos presidentes e vice-presidentes se ocuparam em discutir e colocar em debate com a assembleia legislativa.

Contudo, não se pode deixar lembrar que apenas os alimentos provenientes da atividade agrícola é que eram os considerados necessários no mercado local. A carne sempre foi lembrada como item de extrema importância e aparece no mesmo cenário de críticas e preocupações nos relatórios quando o assunto se refere às problemáticas do abastecimento em Manaus.

Já no primeiro relatório de presidente de província, escrito ainda enquanto ocorria o desmembramento com o Pará, o presidente daquela província incluía a carne como elemento importante a ser considerado nas vendas do mercado local. Ele sugeria que para próximo de Manaus deveriam ser trazidos europeus já que estes eram mais propícios ao trabalho rural em comparação ao habitante local, e que estando esses imigrantes instalados, eles poderiam auxiliar na produção de alimentos para serem destinados à cidade.

“Tão perto está deste povoado, que em duas horas de viagem, pelo rio ou por terra podem trazer-se diariamente os legumes, o leite, o peixe, a carne, as frotas, hortaliças e todas as verduras em abundância para o mercado”<sup>73</sup>. Sugeriu também que Tenreiro Aranha, na condição de primeiro presidente da província deveria utilizar de forma eficiente as características geográficas existentes, pois nela havia muitas campinas verdes que podiam facilmente serem destinadas como local para pastagens de gado.

Mas a criação de gado nesse primeiro relatório é mostrada como atividade que exigiria a presença e o auxílio da experiência de pessoas provenientes de outras regiões do país. De Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, foi a sugestão feita a Tenreiro Aranha, já que estes tinham as “qualidades precisas para melhorarem as raças, até dos gados”.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Batista Figueiredo Tenreiro Aranha*, p. 35.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 30.

A expressão “até dos gados” chama a atenção, pois as intenções não parecem ser apenas melhorar o abastecimento local, aprimorar a qualidade dos produtos, elas se estendem também para “melhorar” o perfil do habitante local, pois mais uma vez estes são vistos como culpados – por sua natureza racial inferior – e responsáveis pela falta de desenvolvimento. Há, portanto, a nosso ver, um componente racial, que se entranha na fala governamental e que pode ser traduzido como expressão das ideias de eugenia que, então, passavam a argumentar em favor da imigração de populações brancas (europeias, preferencialmente) como forma de corrigir e/ou atenuar o peso das “raças inferiores” como componentes do povo brasileiro.<sup>75</sup>

Trazer migrantes advindos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul pode ser explicado também pelo fato que esses locais se destacaram na história econômica do país exatamente pela alta incidência das atividades ligadas ao gado. Os mineiros ganhavam destaque na produção de leite e os gaúchos por produzirem charque, ambos os produtos sendo distribuídos por várias partes do território nacional.<sup>76</sup>

É necessário refletir sobre a questão de as falas provinciais colocarem a carne como um alimento importante para a população do Amazonas. Dos tempos antigos até os dias atuais a alimentação do habitante local é, na maioria das vezes, constituída sobretudo de peixes. Pode-se dizer que:

O homem da Amazônia é por natureza pescador... É d'água que ele arranca seu alimento predileto, como ser ictiógrafo. À proa da montaria, em pé, ele sabe o que precisa comer, o que deseja comer e conhece onde está a espécie que o leva à pesca.<sup>77</sup>

Além da pesca a atividade de caça também foi e ainda é bastante comum nas comunidades amazônicas, embora seja a farinha de mandioca o elemento principal na alimentação do habitante local. Em tempos provinciais é possível perceber que esses itens eram essenciais para as comunidades.

---

<sup>75</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio: Ed. Fiocruz, 1996.

<sup>76</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., 157-167.

<sup>77</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Introdução à Sociologia da Amazônia*. 2ª ed. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 2003, p. 268.

Alfred Wallace observou a alimentação das pessoas que o acompanhavam durante a expedição bem como de outros moradores das comunidades amazônicas e expôs o seguinte relato:

Meu caçador, quando saía para o mato, nunca levava consigo qualquer outra coisa mais, a não ser um saquinho de farinha seca. Quando voltava, após ter estado quatorze horas na canoa, sentava-se em sua rede, e ali ficava a palestrar, como se o seu sentido estivesse muito longe de pensar em comer. E daí, quando lhe traziam uma cuia de mingau, muito calmamente o comia, parecendo ficar deveras satisfeito somente com esse alimento. Com isso só ficava pronto para partir de novo rumo da floresta antes do romper da manhã, no dia seguinte. Todavia, ele parecia ser tão vigoroso e tão resistente como o próprio John Bull, que come diariamente suculenta carne de vaca ou de carneiro.<sup>78</sup>

Aqui se percebe que a carne tem espaço nos itens de alimentação de comunidade do Amazonas, mas é uma carne que provém das atividades de caça e não a carne bovina, da qual se referem às falas dos relatórios provinciais, ou seja, a carne verde. Esse termo é usado para diferenciar da carne que era vendida seca, que costumeiramente era importada de outras regiões do país.

A observação do viajante auxilia na afirmação de que havia uma hierarquia na alimentação da população local, e, como vimos, os gêneros consumidos também servem para perceberem as diferenciações sociais no âmbito da sociedade local. Os habitantes de baixa renda, os ribeirinhos e as populações se alimentavam da caça, do peixe, raízes, frutos e outros elementos disponibilizados de forma natural. Nem sempre para obtenção desses alimentos se exigia um mesmo ritmo de trabalho que aqueles necessários nas grandes lavouras ou em grandes criações de gado.

Ocorre que são justamente esses hábitos, tão puramente livres das populações locais, os que serão incompreendidos e criticados pelos administradores. Comer daquilo que a natureza reservava não era uma prática valorizada, e muito menos tida como civilizada. Na tentativa de mudar esses hábitos, o cardápio local também será criticado. Exigir a carne verde, o arroz ou o café é uma tentativa de impor novos hábitos aos habitantes, principalmente na intenção de que eles abandonassem as práticas consideradas rudes.

Portanto, se percebia que aqueles que viviam em comunidades localizadas nas margens dos rios constituíam sua alimentação com base em produtos que eles mesmos cultivavam em suas roças de subsistências e tinham o peixe e a farinha

---

<sup>78</sup> WALLACE. Alfred Huxell. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Op. cit., p. 222.

como principais itens. Já a necessidade da carne verde, exposta nos relatórios, era exigida principalmente para aqueles que residiam nas cidades, sobretudo na capital, onde se localizavam pessoas da elite local com condições financeiras suficientes para adquirirem a carne que era vendida no mercado local, ao mesmo tempo em que devido ao seu status social esse grupo comprava a carne para se fazerem diferentes das populações locais se distanciando de hábitos ribeirinhos e indígenas.

O hábito de se alimentar vai muito além de necessidades fisiológicas, o que se come, como se come, com quem se come pode revelar diversos aspectos relevantes para percepções de práticas sociais. A alimentação pode ser interpretada a partir do estudo dos hábitos alimentares, de como determinados padrões de consumo se estabelecem e se alteram<sup>79</sup>. Na província do Amazonas, criticar a falta de carne e outros alimentos revela o olhar superior e equivocado dos administradores, em não aceitarem que seu cardápio diário fosse igual ao das populações locais.

A questão da necessidade do abastecimento de carne para a cidade de Manaus foi, em 1853, ligada à fatores sazonais. Na ocasião, Herculano Ferreira Penna sinalizava aos deputados que as dificuldades para aquisição de gado precisavam ser superadas, pois essa mercadoria “cessará a penúria que sentem os habitantes de várias povoações, e desta mesma capital, quando a enchente dos rios torna escasso o peixe e as tartarugas, de que se alimentam quase exclusivamente no tempo da vazante”.<sup>80</sup>

Se os moradores de comunidades às margens não dependiam tanto da carne bovina, as falas e relatórios demonstram que aqueles que moravam na capital viviam em estado crítico pela dificuldade de produtos para a alimentação, como a carne. Na década acima citada, precisamente em 1857, no tópico “Gêneros alimentícios”, se destaca a expressão: “parece incrível, mas é a pura realidade”<sup>81</sup>. Por meio dessa expressão, o presidente da Província do Amazonas descrevia que a situação do abastecimento em Manaus havia chegado ao ponto de haver

---

<sup>79</sup> CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 4.

<sup>80</sup> *Fala do Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Pena*. Manaus: Tipografia de Manuel da Silva Ramos, 1853, p. 33.

<sup>81</sup> *Exposição do Presidente da Província do Amazonas, João Pedro Dias Vieira*. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1857, p. 31.

dificuldades em encontrar peixes no mercado da capital, cidade cercada por vários rios e igarapés.

Sobre as carnes ele descreve que “carne fresca não há, e só com muitas fadigas e esforços se poderão obter algumas rezes do Rio Branco ou de Óbidos e Santarém, na Província do Pará”<sup>82</sup>. Contudo, deve ser lembrado que mesmo parecendo solucionar o problema do abastecimento providenciando gado de outras regiões, isso geralmente acarretava outra dificuldade: a carestia dos produtos.

No relatório acima citado é possível perceber as críticas feitas em relação à necessidade de precisar comprar mercadorias de outras províncias. As dificuldades existentes envolvendo as longas distâncias implicava no alto custo para os transportes, o que acarretava em mercadorias que chegavam em Manaus até duas vezes mais caras, em comparação com a província vizinha.

Daí mais uma vez ser importante pensar a quem mais interessava o abastecimento de carnes e de produtos agrícolas. Uma vez que os produtos chegavam ao Amazonas a preços altos eles eram mais acessíveis a uma parcela da população de Manaus. Essa parcela da população era representada nas falas dos relatórios de onde se extraem inúmeras queixas direcionadas a emergências de produtos para suprir a demanda com a alimentação na capital da província. Portanto, é arriscado generalizar que o problema da crise quanto ao abastecimento, alegando que afetava toda a população da província, pois como lembra Patrícia Sampaio

Sem querer negar a existência destas crises, no decorrer da análise, evidencia-se que determinados momentos de carência de alimentos referem-se apenas a uma determinada parcela da população, faltam produtos, sem dúvidas, porém tratam-se de produtos que habitualmente não compõe a dieta básica da população em geral.<sup>83</sup>

Mesmo que apenas uma parte da população tivesse poder aquisitivo para comprar os produtos alimentícios que eram provenientes de outras regiões do país, é para esta parcela da população que se dirigiam as preocupações e os anseios acerca da dificuldade em se adquirir mercadorias voltadas para a alimentação, como carne verde, milho, café, arroz e feijão, entre outros.

---

<sup>82</sup> *Idem*.

<sup>83</sup> SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: Fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2014, p. 47.



A dificuldade com o abastecimento de carne na província do Amazonas devia-se à pouca quantidade de animais que pudessem ser aproveitados para o abate. Na maior parte das vezes as carnes que eram vendidas no mercado local provinham de outras localidades, sendo que, as mais comumente citadas eram as fazendas nacionais que se localizavam no Rio Branco. Devido à distância e a falta de estradas, trazer o gado para abate em Manaus tornava-se extremamente complicado.

A província do Amazonas se encarregava da administração de fazendas nacionais que se localizavam no rio Branco. Havia duas, a Fazenda de São Bento e a Fazenda de São Marcos, em ambas havia a criação de gado vacum, uma referência aos bovinos, e criava-se também gado cavalariço, ou seja, de espécie equina. Por vezes, dessas fazendas eram retirados alguns animais e transportados até Manaus principalmente para servir de consumo a população.

Em 1861, Manuel Clementino da Cunha informou em seu relatório acerca da quantidade de gado existentes nos campos das fazendas nacionais e sobre a disponibilidade precária que existia em Manaus:

A criação de gado não se acha em bom pé. As maiores fazendas são nas nacionais do rio Branco. Entre os particulares não se nota interesse por esse trabalho. Poucos são os que possuem algum gado. O que produz a Província, não chega para seu consumo. Sobre a criação do gado só tenho os dados seguintes relativos às fazendas nacionais.<sup>84</sup>

A pouca quantidade de gado no Amazonas – ver Tabela 4 – teria impactado também as atividades de indústrias que necessitavam da força animal para o complemento do trabalho. Em 1860 o relatório informa que havia três engenhos de ferro nas proximidades de Manaus que se ocupavam em moer a cana e fabricar aguardente, porém “não trabalham regularmente à falta de animais que, os movam”.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> *Fala do Presidente da Província do Amazonas, Manuel Clementino Carneiro da Cunha*. Manaus: Tipografia de Francisco Ramos, 1861, p. 43.

<sup>85</sup> *Fala do Presidente da Província do Amazonas, Manuel Gomes Correa de Miranda*. Manaus: Tipografia José Ramos, 1860, p. 18.

Tabela 4:  
Quantitativo de Gado Existente na Província do Amazonas

QUALIDADE DO GADO	FAZENDA DE SÃO BENTO	FAZENDA DE SÃO MARCOS
Bois	219	255
Touros	30	23
Vacas	360	863
Novilhos	124	228
Garrotes	190	376
Garrotas	94	230
Bezerros	103	204
Bezerras	93	196

Fonte: *Fala do Presidente da Província do Amazonas*,  
Manuel Clementino Carneiro da Cunha. Op. cit.

O quadro informa haver um número considerável quanto ao gado disponível nas fazendas nacionais do rio Branco, mas isso não significa dizer que essa quantidade era facilmente disponibilizada para ser trazida e abatida para o consumo em Manaus. Como já dito, o transporte era caracterizado pela dificuldade, os maiores trajetos eram realizados por vias fluviais. Exigia-se ainda a existência de boas estradas para desvios de trechos de difícil navegação, o fato poderia ainda se tornar mais grave pois, as rezes que chegavam em Manaus nem sempre estavam em boas condições para o abate, haja vista o desgaste da viagem abalar a condição física do gado.

Em 1864 o problema do abastecimento da carne ainda persistiu nos relatórios quando o presidente Adolfo Lacerda se queixou de uma crise ter acometido a cidade de Manaus. Era uma crise de alimentos que se originou pela razão de na cidade haver trezentos soldados solicitados do Maranhão. Por esse contingente de pessoas a mais já se percebe faltar no mercado muitos alimentos necessários para o consumo e tal fato aos olhos do presidente já confirmava a fraqueza da cidade em disponibilizar alimentos à população.

Na ocasião, para resolução da crise, termo como a situação é rotulada no relatório, foi solicitado à Província do Pará que durante dois meses enviasse cento e cinquenta alqueires de farinha em cada navio a vapor que se destinasse a Província do Amazonas. De igual forma, o Pará também auxiliou quando disponibilizou animais para o abate que saíram das cidades de Óbidos e Santarém em direção a Manaus.

A respeito das carnes verdes, na mesma fala, Adolfo Lacerda informa que o consumo de tal mercadoria estava adquirindo um aumento e que a disposição de animais para o abate não era idêntica à necessidade de consumo, de forma que tornava a questão relacionada às carnes mais sensível e ao mesmo tempo embaraçosa de ser resolvida.<sup>86</sup>

Essa dificuldade de abastecimento não estava, como mostrado nos gráficos anteriores, atrelada à falta de gado disponível no Amazonas. Em 1864 um relatório informa que a quantidade de animais existentes nas fazendas particulares do rio Branco chegava a quantia de 5.941 cabeças. A dificuldade estava em trazê-los até Manaus, dificuldade tamanha que por vezes era preferível optar por comprar o gado da província do Pará, a trazê-los do rio Branco.

Tabela 5:  
Gado Vacum Transportado para Manaus

ANO	QUANTIDADE DE BOIS
1852	105
1853	45
1854	49
1855	57
1856	47
1857	20
1858	35
1859	10
1860	33
1861	84
1862	105
1863	88
1864	34
1865	101
1866	103
1867	94
1868	21
TOTAL	1.031

Fonte: *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Wilkens de Mattos*. Manaus: Tipografia do Amazonas, 4 de abril de 1869, p. 56.

---

<sup>86</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Adolfo Lacerda*. Recife: Tipografia Manuel Figueroa de Faria & Filho, 1864, p. 53.

As fazendas nacionais que havia nessa região geravam gastos aos cofres públicos provinciais e as despesas se concentravam no pagamento aos empregados na atividade de cuidar do gado, na construção e preservação de estruturas necessárias para o funcionamento dessas propriedades, além de todo cuidado que os animais exigiam. Contudo, mesmo arcando com tais despesas, nem sempre a província do Amazonas se beneficiava com a disponibilidade do gado.

Comparando os dados referentes a quantia de animais disponíveis nas fazendas nacionais com o número de animais que foram levados para consumo em Manaus, observa-se que as fazendas não eram usadas em toda sua potencialidade. O número de bois consumidos é bem menor que a quantidade que estava disponível.

De maneira mais direta e sucinta é possível encontrar nas tabelas de importação dos relatórios presidenciais que nos anos de 1864, 1866, 1867 e 1868 foram importados da província do Pará a quantidade de 1.432 arrobas de carne seca. Se usarmos esses mesmos anos para somar a quantidade de bois que foram transportados das fazendas nacionais para Manaus chegaremos ao resultado de 252 animais.

Mesmo com a disponibilidade de animais nas fazendas do rio Branco ainda assim se fazia necessária optar pela exportação da carne através da Província do Pará, o que significa lembrar mais uma vez dos empecilhos que dificultavam o transporte desses animais, conseqüentemente limitando a quantia de gado que se permitia trazer dessas fazendas.

Percebe-se, portanto que a questão do abastecimento de gêneros para a alimentação em Manaus, constituiu em diversos momentos dos discursos dos presidentes como um item passível de entraves que repercutiam em situações caracterizadas pelos administradores pela falta de mercadorias para a população.

Posteriormente, serão mostradas aqui quais as propostas que foram idealizados pelos presidentes na tentativa de limar as dificuldades em transportar o gado para Manaus, bem como os que envolviam o desenvolvimento da agricultura. O objetivo será de perceber o discurso formado acerca desses projetos e se os mesmos alcançaram eficácia.

## CAPÍTULO 2

### NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O DESABASTECIMENTO

Nas duas últimas décadas do século XIX e até o início do século XX as tentativas de se implantar em Manaus políticas urbanísticas voltadas para o “aformoseamento” da cidade, eram vistas como necessário e se tornaram cada vez mais comuns. Os administradores locais viam-se na obrigação de lançar meios para que a capital da província alcançasse o mesmo perfil de organização urbana da qual se percebia nas grandes cidades brasileiras.

Todavia, as mudanças no cenário urbano dependiam de resultados promissores na dinâmica econômica regional e, ao mesmo tempo em que as exportações da goma elástica se tornaram avultosas e o capital estrangeiro era atraído para a região norte do Brasil, logo os lucros passaram a ser mais atrativos e os recursos advindos da comercialização da borracha passaram a fortalecer os cofres públicos. Tudo isso, ao mesmo tempo, era percebido como uma incumbência aos administradores, a quem competia tanto impulsionar a economia de exportação da borracha, quanto modificar a paisagem urbana da capital amazonense, para que ela alcançasse os patamares de desenvolvimento urbano pretendido pela elite que se estabeleceu em Manaus.

Para que tal proeza, em nome da ordem e da civilização fosse alcançada, logo entraram em cena diversas obras públicas, elaboradas pelo poder local. Como exemplo delas pode-se destacar: as obras para a construção de pontes que atravessando os igarapés da cidade a remodelavam com um cenário atrativo, viabilizando a locomoção em moldes bem mais contemporâneos, dispensando as tradicionais canoas.

Caminhar por ruas calçadas, sem a necessidade de desviar das inconvenientes poças de lamas ou mesmo poder adiantar o tempo de deslocamento utilizando o bonde era um sinal inequívoco da modernidade pretendida. Essas mesmas ruas dividiam espaço com os postes de iluminação a gás e passavam a abrigar serviços de escoamento de água e esgotos e coleta de lixo, dentre tantos outros que foram atribuindo à Manaus ares de inspiração europeia.

O fato é que a realidade das inaugurações de obras públicas de envergadura não devem ser encaradas dentro de uma narrativa romantizada fruto dos discursos auto apologéticos formulados por administradores e urbanistas, já que tais discursos tendiam a escamotear as dimensões mais cruentas de uma cidade que tinha ainda muitos problemas a resolver. Edineia Dias<sup>87</sup> deixa claro que, mesmo essas imponentes e elogiadas obras de melhoramentos urbanos atendiam apenas parcialmente a população da cidade, notadamente àqueles constituídas pelas classes mais abastadas.

Ao mesmo tempo em que essas realizações eram concretizadas em prol da opulência em espaços urbanos restritos, os indivíduos encarados como destoantes, compondo os segmentos propriamente populares da cidade, eram colocados à margem, excluídos e retirados para outros espaços, preferencialmente afastados dos locais que recebiam os cuidados estéticos e de infraestrutura.

Logo os banhos nos igarapés dentro da cidade foram proibidos, tal como a lavagem de roupas, ou seja, o local antes usado para lazer da população assumia outro contexto em que as identidades da cidade iam se despindo em prol de um cenário que se assemelhasse as capitais europeias. As residências de palha na região central também não foram mais aceitas. A “vadiagem” encarada como perambular pelas praças de forma ociosa será criminalizada. Os espaços se modificavam, enquanto os discursos de modernização e desenvolvimento tomava lugar.

Durante o período provincial também foi possível encontrar a retórica do desenvolvimento sendo encarada pelos administradores locais como necessários e mesmo urgentes, já que apenas por seus intermédios, os graves problemas que afligiam a cidade e sua população podiam ser sanados. Essa retórica era mais sensível sobretudo nos relatórios elaborados pelos Presidentes da Província que percebiam o Amazonas como local em que deveria haver um espelhamento das atividades que lograram sucesso em outras províncias. Sendo o investimento na agricultura e o fomento à imigração, as ações políticas entendidas como as mais necessárias e urgentes, exatamente porque poderiam atacar um ponto crucial e extremamente danoso para a consagração de Manaus como uma cidade moderna: a fome de seus habitantes.

---

<sup>87</sup>DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*. Op. cit.

## 2.1. PROJETOS IDEALIZADOS PELOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA.

No período que corresponde às duas últimas décadas do século XIX foi possível listar diversos projetos idealizados na perspectiva dos administradores que almejavam modificar estruturas vigentes na província. Alguns desses projetos já haviam sido iniciados em momentos anteriores e lograram êxito, é o exemplo da navegação a vapor. Em 1842 o vapor Guapiassú subiu o Rio Amazonas pela primeira vez, para descrédito daqueles que achavam ser essa uma atividade impraticável e arriscada. No final do século as linhas de navegação subvencionadas pela província haviam se consolidado e chegavam a diversos destinos, como Liverpool e Nova York.

Contudo, outros projetos ainda se arrastavam, e pelas se nas falas dos administradores eram descritos como imprescindíveis, diversos entraves eram registrados como impedimentos para a sua realização e sucesso, fazendo com que os resultados obtidos não agradassem nem mesmo seus próprios idealizadores, que, então, se viam na obrigação de propor modificações importantes para que os mesmos projetos pudessem alcançar desfechos mais positivos.

Este parece ter sido o caso da questão que envolvia o abastecimento da capital com gêneros de primeira necessidade. Para que a população de Manaus pudesse encontrar alimentos em quantidades e preços satisfatórios no mercado público, os apelos formulados nos relatórios envolviam a necessidade de êxito em duas atividades tidas como fundamentais: a criação de gado e a agricultura.

Nenhuma delas foi apontada nos relatórios como até então tendo produzido resultados relevantes, já que, na maioria das falas, os hábitos dos habitantes da província e a lucratividade com as atividades de coleta e extração de produtos da floresta se constituíam como entraves que impediam a geração dos efeitos desejados pelos administradores. Conseqüentemente, o que os presidentes afirmavam era que, com relação ao abastecimento de gêneros para a capital amazonense, os próprios habitantes tinham uma parcela enorme de culpa no atraso que os afligiam.

Mesmo que a postura dos habitantes locais e suas formas preferidas de trabalho não agradassem aos líderes políticos da província, o fato é que a única

maneira de pensar no abastecimento da cidade passava pela utilização da força de trabalho desses indivíduos, daí as críticas serem tão exageradas quanto aos hábitos e modos preferidos da população. Seja como for, concordando ou não com suas práticas, o emprego dos próprios habitantes citadinos parecia ser o modo mais viável para a disposição de alimentos no mercado local. Contudo, isso parecia apenas parte do problema, já que, como sustenta Richard Graham:

Nenhuma cidade se alimenta de si mesma. Diferentemente da aldeia ou da vila, uma cidade depende de uma grande quantidade de gente de fora para plantar ou cultivar alimentos, e sobretudo para transportá-los, e de intermediários para comprá-los e revendê-los aos consumidores.<sup>88</sup>

Seja como for, o caminho que vamos traçar neste capítulo será duplo, já que, primeiramente, será dado espaço para a análise da retórica dos presidentes no que dizia respeito à necessidade do abastecimento da carne. Num segundo momento, serão abordadas as questões que envolviam os anseios dos administradores com relação ao desenvolvimento da agricultura.

Com relação ao primeiro item, convém destacar que, na década de 1870, a criação de gado bovino foi descrita nos relatórios provinciais a partir de uma perspectiva que descrevia a dinâmica dessa atividade nas décadas iniciais da Província como um quadro de resultados insuficientes, algumas vezes descritos até mesmo como nulos. O presidente Wilkens de Mattos não se convencia dessa situação precária e a descreveu como sendo contraditória, pois embora fosse uma das “atividades que mais vantagens oferece... o consumo vai aumentando sem que a criação cresça em porções às necessidades públicas”.<sup>89</sup>

Mesmo quando havia talhos de carnes funcionando e comercializando o produto na cidade, a população sofria, pois nem sempre a quantidade era suficiente para suprir as demandas do público, e isso acarretava o aumento dos preços. Essa variação de preços do produto em função da lei da oferta e da procura, aparece registrada em vários relatos dos presidentes de província. Em 1872, por exemplo, o Presidente José da Silva Reis relatou que uma situação de dificuldade com o abastecimento da carne ocorreu em sua administração:

---

<sup>88</sup> GRAHAM, Richard. *Alimentar a Cidade: Das vendedoras de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780 – 1860) São Paulo: Cia das Letras, 2013, p. 19.

<sup>89</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Wilkens de Mattos*. Manaus: Tipografia do Amazonas, 25 de março de 1870, p. 41.



O meio de conseguir-se que, sem muito gravame dos cofres provinciais, possa a população d'esta Capital obter constantemente e por preços regulares a carne verde de que, por meses consecutivos, se tem visto às vezes privada, comprando-a n'outras vezes por excessivos preços, é uma das questões de interesse público que mais deve continuar a prender a vossa atenção.<sup>90</sup>

Portanto, se havia um problema, ele deveria ser sanado. Ocorre que a questão das quantidades de carne bovina a ser disponibilizada também estava diretamente ligada com a oferta, a quantidade e a facilidade de se obter o gado. Os animais eram, quase sempre, comprado de vendedores de fora da cidade e, portanto, precisavam ser levados dos locais de criação para a cidade, para depois serem levados ao matadouro público e, depois de abatidos e talhados, serem deslocados para os locais de venda no varejo, para que pudessem ser comercializados para a população. Portanto, a falta de gado afirmada nos relatórios estaria ligada, principalmente ao problema de deslocar a produção dos locais de criação, longínquos, para a cidade.

O problema era de grande monta, em especial por que as zonas produtoras mais próximas da capital amazonense ficavam nos “campos do rio Branco”, local onde um número grande de fazendas de criação de gado haviam sido criadas desde o período pombalino, oportunizando os pastos naturais ali existentes. Os presidentes de província anotavam que “as fazendas nacionais do rio Branco contêm grande quantidade de excelente gado que, em hasta publica, na Tesouraria de Fazenda, costuma ser vendido por preços que até hoje não tem excedido de 22\$200 réis por cabeça”.<sup>91</sup>

Ocorre que para fazer com que o gado do rio Branco chegasse até Manaus alguns entraves precisavam ser sanados. As fazendas se localizavam a uma distância de 170 léguas da capital amazonense, nas proximidades da confluência dos rios Tacutu e Uraricuera com o Rio Branco. Claramente haveria dificuldades, mas há otimismo nas falas, pois os locais eram tidos como ideais, e podiam ser uma das soluções para aquele abastecimento.

Efetivamente há grande quantidade de gado naquelas fazendas, todo de bom porte e excelente qualidade, e cerca de seis mil cabeças de gado semelhante nas poucas fazendas situadas abaixo daquelas em magníficos

---

<sup>90</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis*. Manaus: Tipografia de Gregório Jose Manuel, 25 de março de 1872, p. 37.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 38.

campos... é diariamente consumido pelas onças, em razão da falta de suficiente pessoal.<sup>92</sup>

Campos *magníficos* e gado *excelente*; essa forma positiva com que as fazendas de campos naturais do Rio Branco são retratadas remete ao interesse de legitimar essa *alternativa* como *a solução* para a escassez e para a carestia das carnes que afetava a população em Manaus. Foram exatamente essas características positivas atribuídas ao gado das fazendas do rio Branco, que legitimou o esforço posterior no sentido de se enfrentar as distâncias para trazer daquela área os animais até a cidade de Manaus.

Ocorre que a distância de 170 léguas entre as fazendas do rio Branco e Manaus eram apenas parte do problema. Vencer a topografia da área era a outra situação que precisou ser encarada e que desafiou a criatividade dos presidentes de província no sentido da elaboração de projetos que facilitassem o transporte. Mais que criatividade, a questão ainda incluía a necessidade de lançar mão de diversos esforços profissionais e técnicos, nem sempre disponíveis na região.

Com efeito, existe uma parte no rio Branco que possui um trecho encachoeirado com uma extensão de 5 léguas, além de uma extensão de 40 léguas com muitas pedras, que se configuram em áreas extremamente problemáticas para o transporte. O trecho mais complicado ficava localizado a cerca de 65 léguas acima da confluência com o rio Negro. Em termos atuais, pode-se dizer que a navegação no rio Branco entre os trechos das cidades de Caracaraí e Boa Vista é de bastante dificuldade e os relatórios já sinalizavam esse problema.

Somente em períodos chuvosos, de abril a setembro, dado a cheia nos rios da região, é que as embarcações pequenas e sem muita profundidade conseguiam navegar, uma vez que as águas cobriam as pedras. Os batelões eram, naquele momento, a melhor opção para transpor o trecho encachoeirado nesses tempos de maior incidência de chuvas. Mesmo de posse dessas embarcações pouco profundas, seria também necessária a atuação de práticos com conhecimentos suficientes para enfrentar as particularidades dos trechos mais difíceis.

Contudo, a navegação a bordo de batelões ocorria “muito arriscadamente”, mesmo com a ajuda de experientes práticos. Em 1872 quando o presidente José Miranda da Silva Reis fez uma viagem pelo rio Branco durante o mês de julho,

---

<sup>92</sup> Idem

período de cheia dos rios, ele pôde perceber as dificuldades com a navegação e ao mesmo tempo visitar as fazendas de campos naturais e ver a qualidade do gado que lá se encontrava. José Miranda Reis acreditava que no ponto encachoeirado do rio, a navegação deveria ser substituída por outro meio de transporte:

por meio de um varadouro que se conseguirá abrindo-se, em desvio dela (região encachoeirada), ou uma estrada, para a qual melhor se presta o terreno alto e plano e, em grande parte coberto de mata, da margem direita, onde a alguns anos se abriu com o mesmo intento de evitar a navegação sobre as cachoeiras uma estrada da qual não há hoje vestígios.<sup>93</sup>

A estrada deveria ser aberta após haver um preparo com os práticos que de maneira habilidosa conduziriam as embarcações que precisavam ser adquiridas pela província, deveriam ser chatas, ou barcas comumente chamadas de “fundo de prato”, construídas de ferro e revestidas de madeira. Nas contas do administrador a abertura da estrada custaria um valor de 16:000\$000 réis, com a aquisição das embarcações e o pagamento dos práticos, o valor saltaria para 60:000\$000.

Mas ainda faltava a solução quanto aos meses da vazante. Era preciso pensar em adquirir o gado nos períodos da impossibilidade de trazer os animais do rio Branco. Nesse sentido, a solução seria que, de posse das embarcações chatas e sendo elas impulsionadas por um pequeno vapor, seria possível que o gado viesse de outros pontos, como da Província do Pará.

Mesmo projetando maneiras de transportar o gado, a pretensão do administrador era de encontrar uma empresa que fosse subvencionada pela província e assumisse as responsabilidades quanto ao abastecimento para levar carne ao mercado. A permissão para se realizar tal contrato foi disponibilizada na Lei nº 192, de maio de 1869. Por ela, ficava estabelecido que o empresário que fechasse contrato para fornecer as carnes no mercado municipal contaria com o recebimento de um empréstimo sem juros no valor de 20:000\$000 e que o pagamento dessa quantia seria pago em partes ao longo dos cinco anos finais do contrato. O contrato teria a duração de dez anos e nesse período os bens da empresa contratada não estariam sujeitos a impostos, tais como as carroças, prédios, embarcações e outras propriedades.

---

<sup>93</sup> *Idem*, p. 39.

Em contrapartida o contrato exigia que o fornecimento da carne não devesse ser menor que duas rezes diárias e que o valor pela mercadoria não poderia ser maior que 200 réis por libra. A contar da assinatura do contrato a empresa contaria com o prazo de seis meses para dar início ao fornecimento.

A imprensa noticiou por vários dias o edital para convocação de propostas e de interessados no contrato. Jornais como o *Cathechista*, *Amasonas* e *Jornal do Amazonas*, todos com grande circulação na província, reproduziram as propostas dos administradores para encontrar um empresário que se interessasse pelo contrato, bem como mostrar à população quais as atitudes estavam sendo tomadas acerca de um assunto, encarado como extremamente importante para o desenvolvimento da cidade.

Não havendo interessados, um ano depois uma nova lei foi estabelecida e mais benefícios foram dados para o fechamento do contrato. Tratava-se da Lei nº 206, de 18 de maio de 1870. Em setembro do mesmo ano a imprensa publicou o edital para convocação dos que pudessem se interessar em aceitar o contrato. A nota informava:

Por ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, em officio n. 194 do corrente mês e despacho do Ilmo. Sr. Inspector, se faz público, para o conhecimento de quem interessar que se acha novamente em arrematação, por espaço de 30 dias a contar da data deste, o contrato de abastecimento de carne verde no mercado desta capital, de conformidade com o disposto na lei n. 206, de 18 de maio do corrente ano.

Os proponentes deverão apresentar, na secretaria desta repartição, as 10 e meia horas do dia marcado, suas propostas competentemente lacradas.<sup>94</sup>

A lei da qual a publicação se refere estabelecia que a parte contratada recebesse por cinco anos a quantia de 5:000\$000 réis anualmente para proceder com o abastecimento de rezes no mercado público de forma que o “empresário deverá talhar diariamente as rezes que forem necessárias para o consumo, porém nunca menos de três”.<sup>95</sup>

No intuito de motivar o interesse de algum empresário que pudesse se responsabilizar pelo contrato do abastecimento das carnes, a lei nº 206 oferecia mudanças que seriam válidas logo no instante da assinatura do contrato. Seu Artigo 2º assegurava que as subvenções dos dois primeiros anos deveriam ser

---

<sup>94</sup> *Amasonas*, nº 270. Manaus, 24 de setembro de 1870, p. 2.

<sup>95</sup> *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*. Lei nº 206, de 18 de maio de 1870.

adiantados ao empresário no momento que o contrato fosse firmado, ou seja, a quantia de 10:000\$000 réis seria disponibilizada no ato da assinatura.

A lei nº 206 não estabelecia o valor mínimo dos talhos de carne que deveriam ser vendidos, estabelecia apenas que a quantidade mínima de rezes ao dia seriam de três. Ocorre que, mesmo com o alto valor das subvenções, somados com o adiantamento do dinheiro, nenhum empresário se apresentou disposto para assumir o contrato.

Enquanto isso, a imprensa em Manaus noticiou que na cidade havia carência de carnes. No dia 5 de setembro do mesmo ano, o jornal *O Catechista* noticiou que a situação acerca do abastecimento de carne no mercado não era proveitosa para a população:

Continuamos a sofrer com a falta de carne verde. Depois de um mês de abstinência tivemos carne a 400 réis a libra, graças a cinco bois magros que por obséquio vendeu o Sr. Catramby, comandante do vapor Belém, a um marchante improvisado.<sup>96</sup>

Um ano depois da lei nº 206, em 12 de maio de 1871, ela foi aditada pela Lei nº 214. Por ela, além dos benefícios já propostos, os 25:000\$000 réis como subvenção, o empresário que fechasse o contrato deveria receber também mais 25:000\$000 réis na forma de empréstimo. As parcelas para restituir os cofres provinciais seriam pagas somente após o quinto ano do contrato. Nessa mesma lei, em seu Artigo 7º, estabelecia-se que o valor da carne não deveria ultrapassar os 500 réis por quilograma e que, diariamente, no mínimo, duas rezes seriam fornecidas ao mercado.<sup>97</sup>

Contudo, mesmo havendo acréscimo nas vantagens não ocorreu que, dessa vez, as propostas apresentadas pudessem resultar no estabelecimento de um contrato. Na falta de uma empresa que se responsabilizasse pelo abastecimento das carnes, esse produto era oferecido no mercado público de forma que nem sempre a população se agradava.

Como na citação anterior do jornal *O Catechista*, o abastecimento não ocorria de forma regular, as faltas eram recorrentes, a população urbana se via prejudicada principalmente nos períodos do ano em que a oferta de peixes no mercado eram menores. Daí a explicação para os administradores imporem nos

---

<sup>96</sup> *O Catechista*, nº 475. Manaus, 5 de Novembro de 1870.

<sup>97</sup> *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*. Lei nº 214, de 12 maio de 1871.

artigos das leis referidas anteriormente um número de vezes que deveriam ser talhadas diariamente.

Além da inconstância do abastecimento, também havia problemas quantos aos preços cobrados. O gado talhado no mercado era negociado, na maior parte das vezes, a partir das atitudes dos chamados “marchantes”. Eles se encarregavam de comprar o gado dos criadores, transportar até Manaus, providenciar o abate, o talho, finalizando suas ações com a venda do produto final no mercado.

Ocorre que os marchantes de Manaus foram frequentemente descritos como um grupo que praticava o monopólio da venda de carnes e que essa atitude prejudicava sobremaneira a população, sobretudo as classes menos favorecidas. Incomodados com a atitude desse grupo, e na tentativa de mostrar aos habitantes que as práticas dos marchantes não eram condizentes com a moral, o jornal *Amasonas*, em 1871, fez publicação comparando as despesas e os lucros advindos das atividades dos marchantes:

Tabela 6  
Despesas e Receitas dos Marchantes em Manaus

Despesas	\$
Custo de um boi	70\$000
Desembarque para terra a bordo dos vapores	1\$000
Importância paga ao pastoreador do gado, e matador.	3\$000
Condução para o talho	1\$000
Ao talhador	2\$000
Total	77\$000
Receitas	\$
1 boi, pesando 9 arrobas, termo Médio: 288 libras a 400 réis	115\$200
Couro	2\$000
Miúdos	3\$000

Fonte: *Amasonas*, nº 351. Manaus, 13 de maio de 1871.

Na interpretação do jornal, os altos lucros dessa atividade, não eram obtidos de uma forma correta, pois a população estava sendo prejudicada e tal situação deveria merecer a atenção dos administradores públicos:

Ninguém inveja esses grandes lucros, mas tudo tem meio termo, e bom será que a prosperidade de uma dúzia de homens não seja à custa da

miséria de milhares de pessoas. Isso é negócio mais gordo e suculento; e continuará se os dignos Srs. Representantes do povo não derem um corte neste monopólio.<sup>98</sup>

Em 1871, ainda na falta de uma empresa que se responsabilizasse pelo abastecimento de carnes verdes no mercado, outra crítica aparece retratada na imprensa acerca da carne vendida na capital. Ali, a qualidade do produto era questionada e havia insegurança para os compradores no sentido de saber se poderiam ou não consumir a mercadoria.

Há dias em que é mil vezes preferível o clássico pirarucu, porque a carne se apresenta negra e com todos os sintomas das moléstias que se descrevem a respeito dos animais que sofrem a fome e outros maus tratos. Livrar-nos deste mal era objeto da polícia municipal, mas onde está a câmara para fazê-lo? A falta de um depósito onde o gado descansa das fadigas da longa e penosa viagem que suporta, e se alimenta, é de uma urgência que salta aos olhos.<sup>99</sup>

Se as questões que envolviam a duvidosa qualidade da carne, os preços altos e a falta de regularidade no abastecimento, traziam desvantagens para a população e incômodo na imprensa local, a falta de uma empresa que aceitasse fechar contrato e se comprometesse em resolver a questão incomodava, sobretudo os presidentes da província.

Em três anos consecutivos houve alterações nas leis do contrato, mesmo assim ainda não foram suficientes. Na fala presidencial as mudanças ocorridas nas leis foram vistas como benefícios, portanto não havia justificativas para que tais facilidades não fossem aceitas por qualquer empresário. Miranda Reis fez um resumo dessa situação em seu relatório:

O empréstimo de 25:000\$000, por dez anos e sem juros, oferecidos pela Lei n. 214, de 12 de maio do ano passado à que quem quisesse contratar a empresa do corte e venda da carne verde nesta capital e a faculdade de ser vendida até o máximo de 500 reis o quilograma, além da subvenção de outros 25:000\$000 réis adiantados em prestações autorizada pela Lei n. 206, de 18 de maio de 1870 que ampliou a de n. 192, de 26 de maio de 1869, não foram ainda vantagens bastantes para animar o estabelecimento de uma empresa que, com tais favores, se encarregue de abastecer daquele gênero a população desta Capital.<sup>100</sup>

Os termos “vantagens” e “favores” ao mesmo tempo remetem para o fato de que o presidente fazia sua parte para a resolução do problema, bem como a

---

<sup>98</sup> *Amasonas*. nº 351. Manaus, 13 de maio de 1871.

<sup>99</sup> *O Cathechista*. nº 478. Manaus, 1871.

<sup>100</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Rei*. Manaus: Tipografia de Gregório Jose Manuel, 25 de março de 1872.

questão não se resolvia por culpa de nenhum habitante aceitar o contrato, conseqüentemente as dificuldades ainda se prolongariam. Por querer somar mais culpas à falta de interessados no contrato, Miranda Reis afirma que os preços da carne chegaram ao valor de 640 réis a libra, e para ele a cidade se encontrava em dificuldades, por não aproveitar a oportunidade dada pelo administrador para buscar uma solução.

Depois de entregue o relatório para a Assembleia Legislativa, o jornal *A Reforma Liberal* criticou a fala do administrador afirmando que ele havia cumprido um papel de “difamador, de difamador inconsciente, pois nem ao menos teve o mérito da franqueza, negando a verdade de todos sabida e afirmando o que nunca se deu.”<sup>101</sup> Em outro ponto, o jornal criticou a fala proferida a respeito dos preços da carne da capital.

O relatório de S. Exca. é todo escrito neste gosto, nele não há uma ideia útil, só se encontra inexatidões, como a venda de carne verde a 640 réis a libra, o que nunca aconteceu, leviandades, e frases despeitosas... o desespero com que se atira a nós, e manda insultar-nos pelos seus homens *honrados* que façam o que quiserem, não nos alcançarão e não conseguirão tocar-nos, sequer no calcanhar, ainda o fossem firmar um documento como este que se chama relatório!<sup>102</sup>

Há razões nítidas para entender o porquê de um jornal que se identifica como “órgão do Partido Liberal no Amazonas” criticar as falas do administrador local, afinal ele era um funcionário do Império e o partido Liberal em sua gênese foi defensor do sistema político republicano, em favor da autonomia das províncias e de um avanço nos projetos contra o poder centralizador no país.

Na citação do jornal de ideias liberais, o tema do preço da carne citado no relatório presidencial será usado como um fator para incentivar uma crítica contra um representante da monarquia. Mais que isso, o escritor do jornal encara como um desrespeito as informações de caráter duvidoso apresentadas no relatório. Um desrespeito com a população de Manaus.

A fala do presidente apresentada para a Assembleia Legislativa foi no intuito de dizer que ele havia feito o que lhe era possível, deu *vantagens* e *favores* para animar o abastecimento, mas se o problema persistia, isso não caberia culpa ou incompetência. Preferiu lançar culpa à própria população de Manaus, que não

---

<sup>101</sup> *A reforma Liberal*, nº 130. Manaus, 1872.

<sup>102</sup> Idem. A parte em destaque é do próprio jornal que apresenta uma crítica quanto às falas inapropriadas ditas por aquele que deveria respeitar e honrar a população.



se aproveitou de tais favores para resolver uma questão tão importante, e mais ainda, entre essa população havia indivíduos que encareceram o preço da carne a 640 réis a libras prejudicando os próprios cidadãos.

Percebe-se que o tema da irregularidade no abastecimento da carne será apropriado na fala presidencial no intuito de inferiorizar a população da capital. Uma população que recusou “os favores” do contrato e como punição pagavam preços abusivos no mercado. Essa fala abriu brechas para demonstrar as atitudes de um presidente que, em seus termos, *conseguiu resolver o problema e salvar a população*, quando ele afirma que:

para minorar o sofrimento do povo... ordenei à Tesouraria Provincial que, comprando o gado que, por preço regular, do rio Branco viesse ao mercado e o que pudesse ser encomendado aos criadores da Província do Pará, o fizesse talhar e vender aos particulares e estabelecimentos públicos, na razão das necessidades de cada um e pelo preço de 500 réis o quilograma.<sup>103</sup>

O presidente aproveitou de um problema na capital para promover sua imagem como administrador competente, e assim o fez, pois o tema era muito questionado pela imprensa, portanto também bastante lembrado pela população. Eis aí uma qualidade dos jornais, a de apresentar os temas que devem ser lembrados, que mereciam ser pauta das conversas das pessoas. Não sendo neutra e indiferente aos temas a que empresta sua atenção, a imprensa não apenas faz o papel de informar e/ou reproduzir as notícias consideradas principais, ela também seleciona os temas que devem taxados como essenciais e que deviam ser noticiados na cidade. Mais ainda, ela toma partido e defende posições em função dos seus interesses empresariais, políticos ou outros.

O fato principal a se destacar é que as falas presidenciais e da imprensa, por vezes concordaram que havia uma insatisfação na capital quanto aos problemas que rondavam a questão do abastecimento de carne em Manaus. A irregularidade no abastecimento e os preços altos cobrados pela mercadoria se tornaram temas latentes nas páginas dos relatórios e dos jornais durante o período provincial.

Das fazendas do rio Branco era de onde procedia a maior parte do gado consumido em Manaus, como já mostrado, e o transporte dos animais não ocorria de maneira considerada fácil, pois a viagem era demasiadamente longa e tornava-

---

<sup>103</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis*. Manaus Tipografia de Gregorio Jose Manuel, 1872.

se dificultosa em virtude do trecho encachoeirado pela existência de várias pedras no rio, fazendo com que até mesmo para os práticos mais acostumados a navegação fosse difícil.

Há concordância da imprensa a respeito das dificuldades em transportar as rezes das fazendas do rio Branco até a capital, e já anotamos que nos relatórios aquelas fazendas são elogiadas e caracterizadas como indispensáveis para resolução dos problemas que envolviam as questões do abastecimento, sendo a navegação daquele rio um projeto que acarretaria “vantagens de máxima importância para esta rica extensa Província, que, por pouco populosa, é ainda pouco explorada, e mal conhecidos seus vastos e ubérrimos sertões”.<sup>104</sup>

Já o jornal *O Cathechista*, não acreditava que depender dos campos e das fazendas do rio Branco se configurava como uma opção positiva para Manaus, já que até aquele momento, em 1871, ainda se verificavam as inconstâncias da presença de rezes no mercado. O otimismo dos relatórios presidenciais a respeito daquela região não foi repetida na publicação do jornal.

Considerando-se ainda que os campos do rio Branco, que nos fornece algum gado em pé além de se acharem mui distantes, estão acima das cachoeiras d'aquela rio as quais são um verdadeiro óbice à livre navegação, se não um gravíssimo perigo; pelo que em quanto o abastecimento desta capital depender do pouco gado, que dali nos vem, e, do ainda menos que recebemos da província do Pará, há de continuar a sentir-se a falta que ora se experimenta de alimentos de primeira qualidade.<sup>105</sup>

O ano era 1872 e ainda nenhuma empresa havia fechado o contrato se responsabilizando pelo abastecimento da carne. Os motivos pareciam claros, as dificuldades com os transportes necessitariam gastos onerosos, ainda se contavam com as despesas no abate, bem como para talhar as rezes. É certo que esse trabalho já era realizado pelos marchantes, mas eles não eram limitados por preços mínimos a serem estabelecidos tal como se via nos contratos que o governo provincial desejava fechar.

É fato que além da carne bovina, ou carne de gado vacum, como se referenciava, no século XIX a população de Manaus podia encontrar diversos outros produtos no mercado como a carne de porco, galinhas e principalmente

---

<sup>104</sup> *Exposição do Presidente da Província do Amazonas, Jose Miranda da Silva Reis*. Manaus: Tipografia de Gregorio Jose de Moraes, 1872, p. 8.

<sup>105</sup> *O Cathechista*, nº 478. Manaus, 1871.

peixes. No entanto, diversidade não significa grandes quantidades. A carne verde, por ser um alimento perecível, impede seu armazenamento de forma que diariamente os estoques precisavam ser renovados no mercado.

Em 1871 a imprensa noticiou que a população em Manaus era de 4.000 almas, levando em consideração essa quantidade, e mesmo acreditando que nem todos iriam ao mercado, ainda assim é alto o número diário de compradores. Daí o fato de que nos artigos das três leis que visavam o contrato para o abastecimento, a Lei 192, Lei 206 e a Lei 214, estabelecessem que nunca menos de duas vezes deviam ser fornecidas ao mercado. Contudo, faltava alguém para aceitar as condições.

Em 8 de maio de 1872, uma proposta foi oferecida por José Bento da Cruz. Nela, o interessado manifestava suas propostas pelo contrato, aceitando o empréstimo de 25:000\$000 e mais a subvenção de igual valor. Firmaria o contrato por um período de dez anos. Para tanto, se comprometia a fornecer as carnes ao valor máximo de 640 réis por quilo. Esse valor contrariava o que determinava a lei que autorizava o contrato, o desejo dos administradores era que o preço da carne não ultrapasse os 500 réis por quilograma. Além disso, a proposta de José Bento da Cruz tinha um concorrente.<sup>106</sup>

José Paulino Von Hoonholtz propunha fornecer por vinte anos o gado necessário ao consumo da população de Manaus, sob a condição de obter o empréstimo de 100\$000 réis que deveria ser pago em prestações semestrais durante o tempo do contrato. Como garantia, ofereceria todos os estabelecimentos e materiais da mesma empresa ou fiança idônea. O empréstimo previsto pela Lei 214 era no valor de 25:000\$000 e uma subvenção de 25:000\$000, ou seja, José Paulino propunha o contrato na condição de receber o dobro do valor das gratificações.<sup>107</sup>

As duas propostas passaram por análise realizada por uma comissão de funcionários da fazenda provincial e ao final o resultado foi que a proposta de José Paulino Von Hoonholtz era a que mais trazia vantagens e o objetivo em assinar o

---

<sup>106</sup> *Amasonas*, nº 432. Manaus, 1872.

<sup>107</sup> *Idem*.

contrato seria para “tornar o mercado abundante deste gênero de primeira necessidade e pô-lo ao alcance de todos pela sua barateza”.<sup>108</sup>

O contratante José Paulino Von Hoonholtz era empresário e havia nascido no município de São Gabriel, no ano de 1828. Foi superintendente do Estabelecimento de Fundação e Estaleiros Ponta d’Areia, que era propriedade do Visconde de Mauá. Depois, estabeleceu-se na Província do Ceará, onde viveu durante 14 anos. Empresário, teve exclusividade sobre o abastecimento de água em Fortaleza, conseguiu o contrato em 1862, válido por cinquenta anos. O objetivo era levar água encanada para os chafarizes espalhados pela cidade. No entanto, em 1866 o governo da província firmou contrato com a “The Ceará Water Company”. Posteriormente mudou-se para Manaus e em 1872 assinava o contrato para abastecimento de carnes bovinas no mercado.<sup>109</sup>

A Lei nº 243, em 1872 autorizava a província do Amazonas a contratar o empresário José Paulino. A lei foi sancionada nos seguintes termos:

- O fornecimento deveria ocorrer em um prazo de vinte anos.
- Nos primeiros cinco anos, 150 rezes deveriam ser talhadas por mês ao preço fixo de 600 réis quilo.
- No segundo quinquênio seriam 200 rezes por mês ao preço fixo de 500 réis o quilo.
- 300 rezes mensais nos últimos dez anos ao preço fixo de 400 réis o quilo.
- O empresário teria um ano para iniciar o fornecimento.
- Para a falta de gado registrada a empresa pagaria 10:000\$000 réis como multa.
- Concessão de um empréstimo de 100:000\$000 réis, que seriam pagos a província a partir do décimo ano de contrato em parcelas de 10:000\$000 réis.
- O empréstimo seria pago ao empresário em quatro parcelas espaçadas por período de seis meses.
- Qualquer estabelecimento da empresa estaria isento de impostos por vinte anos.

No mesmo ano em que o contrato se estabeleceu houve grande otimismo na ocasião em que a administração da província era passada de José de Miranda Reis para Domingos Peixoto. No texto se observa o quanto se esperava de benefícios que a nova empresa pudesse trazer ao Amazonas.

A frequente navegação a vapor no baixo e alto Rio Branco, que o contratante vai estabelecer para desempenho do seu compromisso; as fazendas de criação que, às margens daquele rio, nas imediações desta Capital e em outros pontos da Província, pretende fundar, a importação

---

<sup>108</sup> *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*. Manaus, 1872, p. 15.

<sup>109</sup> *Abastecimento de água em Fortaleza*. Disponível em: [www.fortalezaemfotos.com.br](http://www.fortalezaemfotos.com.br). Acesso em 23 de março de 2018.

enfim do pessoal, que tem de empregar em seu serviço, são vantagens de máxima importância para esta rica e extensa Província.<sup>110</sup>

As vantagens almejadas eram praticamente irresistíveis aos olhos dos administradores da província, que sempre almejaram modificá-la aos moldes do desenvolvimento alcançado em outras capitais, e que tanto pretendiam “importar” pessoas empreendedoras que teriam maior empenho e dariam mais valor ao trabalho e, desta forma, aproximaria o Amazonas de uma ética do trabalho oposta às das populações locais. Com efeito, os presidentes de província sempre defenderam em seus discursos que a Província do Amazonas, embora rica em recursos naturais, só alcançaria patamares de desenvolvimento mais elevados se incorporasse pessoas que dispusessem de tino empreendedor e contribuíssem, com tais empreendimentos, para fomentar no Amazonas uma lógica do trabalho metódico, mourejado e produtivo.

É interessante perceber que dois meses antes da lei voltada para o abastecimento ser autorizada pelo presidente José de Miranda Reis, em 25 de março, aquele administrador apresentava seu relatório de seus feitos para à Assembleia Legislativa Provincial, e nele o empresário José Paulino Von Hoonholtz foi mencionado de maneira entusiasmada.

Informado que o inteligente e ativo cidadão José Paulino Hoognoltz pretende mudar para esta Capital um importante estabelecimento de fundição de objetos de ferro, serraria a vapor que possui na Província do Ceará, roguei à Exma. Presidência da Província do Pará, lhe concedesse e ao pessoal daquele estabelecimento, as passagens... a realizar-se, como espero, a projetada mudança de tão útil estabelecimento para esta Capital, merecerá ele, me parece... aquela justa proteção que costuma prestar às empresas uteis à Província.<sup>111</sup>

A tal “justa proteção” ao empresário já se iniciava quando foi dado o benefício do transporte sob despesas do governo provincial, e a justificativa para a ação foi o presidente se utilizar de uma fala apelando para o fato de que o empresário prestaria serviços úteis ao Amazonas; ou seja, implantaria um estabelecimento que contribuiria para o tão desejado desenvolvimento da província. Como a população nativa, mais envolvida nas atividades ligadas ao extrativismo, não atribuía importância para as atividades agrícolas e/ou

---

<sup>110</sup> *Exposição do Presidente da Província do Amazonas, Jose Miranda da Silva Reis*, Manaus: Tipografia de Gregorio Jose de Moraes. 1872.p.8.

<sup>111</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis*, Manaus: Tipografia de Gregorio Jose Manuel, 1872 p.23.

industriais, o “inteligente” empresário foi beneficiado com passagens para trazer “seu próprio pessoal”.

De fato, a escolha da proposta parece ter sido um prolongamento das tais proteções prometidas. José Paulino se encaixava em todos os atributos que os discursos dos presidentes se apoiavam, ele representava de modo perfeito todo o discurso que apelava para a ideia de desenvolver o Amazonas. Incentivava atividades poucos exercidas na região, vinha de outras regiões já consideradas à frente economicamente e contava com auxílios de indivíduos dados ao trabalho. Não é de se estranhar que sua proposta para o fornecimento de carnes para a Capital foi logo aceita.

De acordo com contrato estabelecido, José Paulino teve, a contar da assinatura do contrato, o prazo de um ano para iniciar o fornecimento de carnes em Manaus, contudo, na prática, não ocorreu dessa forma. As carnes, sob a responsabilidade do empresário apenas começaram a serem vendidas em janeiro do ano de 1875, ou seja, restando pouco tempo para se completar três anos após o contrato. Mesmo assim as prestações do empréstimo prometidas estavam sendo pagas em dia pela província.

Interessante o fato do atraso no fornecimento das carnes não ter sido criticado nos relatórios, sendo apenas mencionada a necessidade de se conceder algumas prorrogações para que a empresa cumprisse o estabelecido. Maior atenção nas páginas dos relatórios foi dada para o fato das carnes já estarem sendo fornecidas no mercado local, sendo o trabalho do empresário caracterizado por trazer vantagens para a população:

Em consequência da redução dos preços dos talhos particulares tem o contratante acompanhado sempre o menor, facto que sem dúvida é uma prova incontestável do acerto daquela lei sancionada e posta em execução pelo meu antecessor.<sup>112</sup>

Na imprensa local, sete meses após o início do fornecimento de carnes, o empresário José Paulino lançava uma nota nos jornais locais dando conta de problemas relacionados ao recebimento de vales, que em um total de mais de quatro contos de réis não foram devidamente pagos, de acordo com a nota essa dívida prejudicava a atuação da empresa que adquiria o gado pelo pagamento à

---

<sup>112</sup> *Relatório de Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto*. Manaus: Tipografia do *Comércio do Amazonas*, 1875, p. 328.

vista, como também nem mesmo poderia empatar seu pessoal para se dedicar às cobranças desse valor.

Na mesma nota, o empresário informava à população que a aceitação de vales estavam proibidas nos talhos da empresa, e que aqueles que se enquadravam no rol dos devedores que por ora procurassem cumprir com o devido pagamento. Parece, portanto, que a empresa já demonstrava sua fragilidade quanto ao andamento dos negócios. A dificuldade em obter o gado para o abate e fornecer a carne para a cidade de Manaus se mostrava mais uma vez como um ato permeado de dificuldades.

Em menos de um ano de existência a empresa de José Paulino não mais conseguiu cumprir o contrato, e o mesmo foi reincluído em 20 de dezembro de 1875, no mesmo ano em que o fornecimento havia sido iniciado. De acordo com Antônio Passos Miranda, o presidente da província naquele contexto, o próprio empresário pediu para encerrar o acordo de abastecimento, uma vez que não estava mais sendo cumprido em conformidade com as cláusulas.

“Não podia deixar de atender ao pedido, porque a empresa estava completamente desacreditada e o contrato já não tinha execução, pois era um fato que nos talhos pertencentes à empresa se não vendia carnes”<sup>113</sup>. Do empréstimo de 100\$000 contos de réis, faltava apenas uma parcela de 30\$000 e, com o rompimento do contrato, o administrador da província determinou que a quantia recebida pela empresa deveria ser repassada aos cofres provinciais.

A empresa, que meses antes foi saudada como capaz de ajudar a trazer o progresso e o desenvolvimento, não conseguiu cumprir com suas obrigações, e a questão do abastecimento das carnes em Manaus mais uma vez ficou pendente. A cidade não ficaria sem carnes, já que os marchantes seriam, nesse momento, os únicos responsáveis por trazer o gado e disponibilizá-lo para o consumo local. Contudo, em 1876, esse fato pareceu incomodar o novo presidente:

Não tem sido muito sensível a falta da empresa. A carne verde tem-se vendido pelo mesmo preço que a empresa vendia, e o abastecimento tem sido regular. Mas como é provável que mais tarde se estabeleça o monopólio por parte das pessoas que se dedicam a este gênero de comercio e o custo da carne se eleve a preço que a população não possa suportar, acho conveniente que autoriseis a presidência a fazer novo

---

<sup>113</sup> *Relatório de Presidente da Província do Amazonas, Antonio dos Passos Miranda*. Manaus: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1876, p. 614

contrato, quando julgar conveniente aos interesses da população, mediante condições que garantam a fazenda.<sup>114</sup>

As falas do relatório dão conta de que o incômodo do presidente não se remete apenas aos riscos da escassez de carne que por ventura viesse acontecer em Manaus, mas também quanto ao fato de que os preços da mercadoria ficassem em valores tão elevados que a população passasse a ter dificuldades em conseguir adquirir, causando novos problemas com a alimentação na cidade.

“Pelo menos desde os tempos medievais, uma das tarefas do governo de uma cidade na maior parte do mundo ocidental tem sido assegurar aos moradores urbanos o suprimento adequado e seguro de alimentos, a preços acessíveis”<sup>115</sup>. Ocorre que as preocupações dos presidentes não consideravam apenas uma solução em prol da população, já que pensavam também em afastar dos comerciantes locais a obtenção de vantagens indevidas e, dessa forma, passaram a tentar controlar o comércio de carne na cidade.

A melhor solução seria afastar dos marchantes na capital a condição de determinar o preço da carne, uma vez que esses negociantes eram por vezes encarados nos relatórios como responsáveis pelo encarecimento do valor do produto, e mostrados como indivíduos que almejavam o lucro sem se compadecer ou mesmo respeitar a população. Ora, os próprios relatórios concordavam que o transporte e a disposição de gado para a capital era sempre difícil, mas não havia o entendimento dos presidentes de que os marchantes cobravam por essa dificuldade; mesmo havendo os entraves, esses negociantes deveriam, obrigatoriamente fornecer um produto mais barato e acessível.

Ao entregar a administração da Província, em maio de 1877, Jacy Monteiro reforçou o discurso de que os marchantes eram os elementos que prejudicavam a população, elevavam os preços, e que precisariam ser afastados do cenário, deixando de serem os únicos a deter o fornecimento das carnes. Após descrever que em sua administração houve um período em que as carnes encareceram muito, afirma que as soluções para tais dificuldades seriam muitas, e entre elas estavam a mudança de atitude dos marchantes:

E eu estava disposto, si os negociantes de carnes verdes levassem a ambição ao ponto de acabrunharem os habitantes desta cidade com as

---

<sup>114</sup> Idem, p. 617.

<sup>115</sup> GRAHAM, Richard. *Alimentar a Cidade*. Op. cit., p. 24.



suas exigências, a providenciar para que viesse gado afim de tralhar-se por conta da província, cujos cofres, certo não perderiam, ao passo que se acudiria a uma necessidade pública.<sup>116</sup>

Nas páginas que se seguem no mesmo relatório, há uma ponderada preocupação do administrador no que se refere às condições existentes acerca dos problemas que envolviam a questão da alimentação pública, e ela se resumia à necessidade de se obter o gado e também à própria prática da agricultura, que precisaria, naquele contexto, ocupar as preocupações da população, tal como ocupava a atenção dos administradores.

Juntamente com essa proposital demonstração de interesse quanto a resolução dos problemas do abastecimento, muitas vezes falho e que acarretava problemas à população, havia também uma sinalização clara de que a própria população não demonstrava interesse em auxiliar os governos provinciais para alcançar o desejado nível de desenvolvimento tão apregoado pelos administradores. Nas falas oficiais se percebe uma tensão entre a precariedade do abastecimento e a atitude dos que residiam na cidade, parecendo que esses últimos não colaboravam ou mesmo não se esforçavam para a solução de tais questões. “Há povoações nesta província em que não se encontra senão com extrema dificuldade uma ave doméstica. Não se vê ali um pé de milho, nem uma planta de horta, nem uma arvore de fruta. A lavoura alias ainda muito desleixada”.<sup>117</sup>

Observa-se também uma solidariedade entre os presidentes, os que já não eram mais administradores e os que elaboravam seus relatórios, principalmente naqueles que eram apresentados à Assembleia Provincial. Portanto, quando o discurso se direcionava para apontar problemas, demonstrar falhas, falar de projetos que não puderem seguir adiante, ou mesmo apresentar motivos para empresários respeitosa falharem com a administração provincial, dificilmente os presidentes anteriores seriam direta ou indiretamente culpados.

Preferia-se voltar as atenções para a própria população local, população essa que aparece nos discursos oficiais ora como vítimas da falta de desenvolvimento, ora como a grande culpada pelo fato de atividades essenciais como a agricultura, a indústria e mesmo a criação de gado não alcançarem o

---

<sup>116</sup> *Relatório de Presidente da Província do Amazonas, Domingos Jacy Monteiro*. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1878, p. 763.

<sup>117</sup> *Idem*.

essencial desenvolvimento. Portanto, estaria a província longe de alcançar o progresso, sendo que a responsabilidade desse atraso recaiu por várias vezes nos hábitos da população, comumente lembrados e criticados, administradores após administradores. “verdadeiros nômadas, quase ciganos, não são esses que hão de levantar povoados, nem concorrer para aumentá-los. E isto é, até certo ponto, um mal para a província”.<sup>118</sup>

Generalizar hábitos e costumes da população não parecia ser um problema para os administradores que, de forma bastante equivocada, e também destoante de qualquer noção de respeito àqueles que compunham a sociedade manauara. Nos relatórios ocorre uma espécie de padronização dos habitantes locais que passam a ser descritos, em termos negativos, como sujeitos que se lançavam a atividades distantes da moralidade, não se interessavam pelos serviços dignos, e se distanciavam do ideal e da lógica de progresso. Contudo, se demonstrassem interesse em realizar as atividades “respeitosas”, a exemplo da agricultura, não seria garantia de que essa atitude seria bem vista ou mesmo incentivada pelos administradores.

Um bom exemplo de tal situação ocorreu quando da tentativa em estabelecer locais para se realizar a tão necessária e priorizada colonização, abrindo as portas da região para receber outras populações na esperança de que assim, finalmente, entrasse no Amazonas uma proposta animadora para se desenvolver o uso da terra visando a rentabilidade e a decência dos costumes. Neste sentido, em 1876 foi autorizada a construção de uma estrada – denominada de Epaminondas – na direção norte, onde então se planejou a implantação de loteamentos com a construção de pequenas casas, na expectativa de atrair os tão desejados colonos.

O contexto se mostrava animador, o que não perdurou por muito tempo, pois logo o Ministério da Agricultura entendeu que esse projeto era de interesse exclusivo da província e, portanto, não destinaria verbas para ele. Caberia ao poder local as atitudes para dar prosseguimento ao projeto. Foi aí que o discurso oficial se apropriou de um tom desanimador, afirmando-se, então, que não se podia garantir nem autorizar tais despesas, já que o projeto não estava dando resultados.

---

<sup>118</sup> *Idem.*

Na verdade, as casas que foram construídas estavam habitadas, mas todas por brasileiros. Isso pareceu suficiente para reduzir aquelas residências e aqueles moradores à elementos de pouca significância, razão pela qual não alcançariam os benefícios públicos prometidos. Da ocorrência desse episódio, logo outros habitantes manifestaram o desejo em também possuir residência nessa mesma rua, uma abertura para que o projeto da colonização se estendesse alcançando outros moradores. O Presidente da Província podia lograr êxito com essa proposta e, assim, ter alcançado os tão desejados resultados na agricultura, da forma que tanto se afirmava nos relatórios, mas não o fez, pois lhe pareceu uma melhor alternativa parar a abertura e o avanço da estrada, dando aos interessados, no entanto, a opção de que eles mesmos continuassem a extensão da mesma.

Se os anseios de progresso desejados pelo administrador não foram correspondidos com a abertura da Estrada Epaminondas, novos projetos seriam pensados e debatidos visando sanear de vez os problemas de abastecimento de gêneros da capital amazonense. Um desses projetos partia exatamente da ideia formulada para a Estrada Epaminondas e, no dizer do Presidente da Província “o exemplo de uma estrada, como a de que falo, na capital, será certamente profícuo para ser imitado”<sup>119</sup>. Domingos Jacy Monteiro havia encontrado, portanto, uma oportunidade de lembrar à Assembleia Provincial da necessidade em se abrir mais estradas na província, sobretudo uma que ligasse a capital amazonense com o rio Branco, o que, em seu entender, estaria diretamente ligado a uma “questão magna”, que era a alimentação.

Claramente a intenção do administrador era se referir às dificuldades em transportar o gado até a capital por meio de embarcações, principalmente em períodos do ano em que a pouca ocorrência de chuvas competiam para dificultar a passagem dos mais atenciosos práticos por entre os trechos encachoeirados. A estrada seria a solução, embora houvesse “algumas dificuldades naturais que vencer”, mas de certo que seriam superadas com o empenho de “homens de boa vontade”.

O acesso às fazendas dos campos do Rio Branco é também exemplificado por Jacy Monteiro como uma alternativa necessária para dispor de mais quantidade de carnes verdes na capital afastando o perigo dos preços encarecidos

---

<sup>119</sup> *Idem*, p. 736.

e inviáveis para a população local. Alegando que em sua administração o preço da carne havia se elevado, o gado proveniente do rio Branco é mencionado como a salvação diante desse problema:

Chegou então do rio Branco, em uma embarcação tocada a remos, das fazendas nacionais uma certa porção de gado, que de acordo comigo mandou o inspector da tesouraria talhar, para expor-se a carne à venda por preço muito menor do que aquele por que se estava comprando. Alguns interessados procuraram obter de mim que a venda se realizasse por preço superior ao taxado... Não foram atendidos... e o facto é que desde então, posto tenha garantido alternativas no preço da carne, contudo não tornou a chegar ao que fora pouco antes da vinda daquele gado.<sup>120</sup>

Essas informações, contidas nas páginas dos relatórios, estão no contexto do momento posterior à anulação do contrato com a empresa que se responsabilizou pelo abastecimento das carnes, sendo, portanto, o objetivo do administrador demonstrar que a falta de tal intervenção do poder público no assunto da alimentação da capital estava provocando a alta dos preços naquele determinado produto. Por isso a proposta da estrada, demonstrando que os presidentes se percebiam como responsáveis da obrigação de buscar soluções, intervindo para os comerciantes locais não usassem de estratégias para impor altos preços nas carnes.

É bastante clara a percepção dos administradores como sendo eles os únicos capazes de livrar os habitantes de situações consideradas problemáticas. Não havia por ora nenhuma proposta que pudesse buscar a melhoria na comercialização, na facilidade ou na valorização de marchantes e talhadores de carne. Preferia-se pensar em intervenções, tirando destes a responsabilidade ou os benefícios da comercialização das carnes. Isso fica claro na recusa do presidente em não aumentar o preço do produto, mesmo que ainda assim o valor estaria abaixo do que se ocorria antes. A intenção é demonstrar a força do poder político, ousando em determinar um valor para a carne, e assim, propositalmente prejudicando os que a comercializavam.

*O Jornal do Amazonas* se aproxima da mesma fala do administrador, trazendo também no ano de 1876 um exemplo onde a população estava sendo prejudicada desde o momento em que se encerrou o contrato com a empresa de fornecimento de carnes. A notícia expõe que apenas dois comerciantes no mercado

---

<sup>120</sup> Idem, p. 737.

possuíam a mercadoria que a população conseguia através de esforços nada agradáveis. O texto lança aos administradores locais a função de resolver a situação, mostrando acreditar ser essa alternativa mais acertada:

Desde que foi rescendido o contrato de Carnes Verdes, que a população começa a sofrer a falta deste gênero de primeira necessidade. Entregue o comércio desse gênero a dois homens, além do diminuto número de rezes que se corta, aglomera-se o povo, para que seja uns preferidos aos outros, de sorte que dão-se episódios que se podem evitar tomando-se medidas convenientes. Não podemos deixar de solicitar do Exmo. Sr. Presidente da Província pronta providencia. Ontem e hoje no mercado público não houve gênero de que se lançasse mão par a subsistência do povo. Sem uma companhia de pescadores jamais podemos passar. <sup>121</sup>

É perceptível a forma como o jornal local se aparelhou da mesma fala contida nos discursos do representante do poder na província do Amazonas. A imprensa, nesse momento, não cumpriu apenas o papel de informar a notícia, expondo-a para a sociedade de Manaus, cumpriu também, como já mencionamos anteriormente, a função de determinar o assunto que deveria ser lembrado pelos habitantes, aquilo que não se deveria deixar de comentar nas rodas de conversas, o assunto que não deveria ser esquecidos pelos moradores.

A notícia acerca da alimentação vinha reforçar a intenção que o presidente também pensou ao escrever suas palavras, qual seja, a de lembrar à sociedade elitizada, àqueles que estavam na condição de representantes do poder local, de que a intervenção do governo em assuntos tal como a alimentação se faziam cada vez mais necessário.

Indiretamente se propunha que a melhor maneira de determinar que tais problemas e dificuldades não atingissem a população local, seria apenas com o braço do poder público, pois esse se mostrava capaz e preocupado em interferir para livrar o povo da penúria instalada. Os discursos acerca das dificuldades com o abastecimento de carnes não são apenas para sinalizar um problema ou um entrave, eles são também claramente usados para reforçar o papel e a imagem de bons administradores dos Presidentes de Província.

Até aqui, na década de 70 do século XIX, a fala dos administradores provinciais foi utilizada para captar os discursos acerca do fornecimento, da qualidade e dos entraves ligados ao abastecimento da carne no mercado público de

---

<sup>121</sup> *Jornal do Amazonas*, nº 66. Manaus, 1876.

Manaus. Contudo, ainda na última década, há tantos outros dados que precisam ser analisados e inseridos, antes que se possa perceber como a questão foi encarada por jornais e representantes do poder público até o final da província.

### CAPÍTULO 3

#### DILEMAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Onde quer que tenha se desenvolvido, a atividade agrícola passou a ser, de imediato, uma atividade de destaque e entendida como fundamental para o desenvolvimento de toda e qualquer sociedade humana. Não se trata apenas da questão de obter alimentos, o sustento ou de vencer o medo da escassez. Do camponês ao comerciante, do proprietário das terras ao consumidor na cidade, todos são integrantes de uma complexa organização que por vezes na história fez com que o ato de semear e colher determinasse posições sociais, privilégios e até mesmo desencadeasse conflitos e mudanças no interior das sociedades. Todas essas mudanças começaram a ser observadas logo quando a agricultura foi introduzida no cotidiano das civilizações. Quando ocorreu a chamada “revolução agrícola”, no ano 8.000 a.C., foram lançadas as bases de nossa alimentação tradicional: a cultura dos cereais. Naquele momento, no Oriente Próximo e depois na Europa, o trigo passou a ser o cereal mais consumido e logo alcançou importância, revelando o quanto os cereais são imprescindíveis para a alimentação.<sup>122</sup>

Contudo, a questão não se restringe apenas ao que era cultivado, haja vista que cada sociedade – devido a fatores climáticos de suas regiões, à adaptações e à domesticações de variados alimentos – se diversificou quanto aos produtos que eram consumidos em maior quantidade e que ganhavam destaque no modo de vida alimentar dessas populações.

As sociedades amazônicas caracterizaram-se pelo cultivo da mandioca<sup>123</sup>, esse era o principal produto consumido e dele se originou o preparo de outros itens da alimentação dos nativos indígenas. Como já discorrido aqui anteriormente, os viajantes perceberam o largo uso desse produto e de como ele era a base na alimentação das populações ao longo dos rios durante o século XIX. Em algumas situações até se questionavam como produtos como a farinha,

---

<sup>122</sup> MONTANARI, Massino; FLANDRIN, Jean-Louis. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

<sup>123</sup> Trata-se, na verdade, de um cultivo milenar, conforme se pode observar em: LATHRAP, Donald. *O Alto Amazonas*. Lisboa: Verbo, 1975, p. 79.

rotulado como insuficiente, poderia manter o sustento de indivíduos por um dia inteiro.

Se for mantida a busca por relatos de estrangeiros, é possível encontrar já durante o século XX percepções bastante semelhantes aos dos viajantes dos tempos coloniais. Charles Wagley visitou o Brasil no ano de 1939 e, naquela ocasião, ficou por quase dezoito meses entre indígenas. Até 1942 Wagley já havia visitado diversas comunidades no Vale amazônico, fazendo observações quanto aos seus modos de vida. O resultado de tais observações foi apresentado numa perspectiva de síntese, através da descrição da fictícia Itá, delineada pelo autor como uma espécie modelar de comunidade amazônica.

Um dos detalhes colhidos foi quanto à alimentação das 113 famílias residentes naquela localidade. Os produtos consumidos são semelhantes a tantas outras comunidades, tais como a mandioca, o milho, arroz, e o feijão que são culturas de rápido crescimento. Havia situações onde a abóbora, inhame, pimenta, amendoim, pimenta, abacaxi e banana dividiam espaços com as culturas mais comuns, já que de “de maneira geral, entretanto, o lavrador da Amazônia é produtor de mandioca”.<sup>124</sup>

Os hábitos das populações no Amazonas em tempos provinciais podem ser percebidos a partir da leitura dos relatórios. A tabela de importação do ano de 1865 revela os itens da atividade agrícola que eram adquiridos pela província, entre eles estão: farinha, arroz pilado, café moído, milho e feijão.<sup>125</sup>

Ocorre que, o fato desses itens estarem listados em uma tabela de importação foi um detalhe que permitiu diversas críticas dos presidentes em relação a maneira com que a atividade agrícola era desenvolvida e organizada no Amazonas. Importação aqui deve ser entendida como produtos que podiam ser trazidos de outras províncias e não necessariamente de outros países, no exemplo acima as mercadorias eram originárias do Pará.

Nos relatórios os administradores se mostravam, na maioria das vezes, notadamente insatisfeitos com essa situação. Essa percepção se justifica pelo fato de que a agricultura não conseguia se desenvolver no Amazonas tal como eles desejavam, pois a julgavam insuficiente, exatamente porque pouco praticada, já

---

<sup>124</sup> WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977, p. 81.

<sup>125</sup> *Relatório de Presidente da Província*. Recife: Tipografia Jornal do Recife, 1865, p. 44.



que os hábitos tradicionais das populações nativas não se voltavam para a realização de uma agricultura destinada ao mercado de gêneros.

Em contrapartida, os presidentes de província reconheciam, não sem demonstrar contrariedade, que na região era outra atividade econômica que ganhava o interesse da população e que alcançava importância na pauta de exportação: o extrativismo. O adentrar nas matas para recolher aquilo que a natureza ofertava e, então, comercializar com regatões ou outros comerciantes havia se estruturado e ganhado força desde o período colonial. A questão ultrapassava a discussão dessa atividade resultar ou não em lucros significativos. Ela também envolvia o fato da insistência de impor hábitos diferenciados nas populações locais, como condição necessária para a implementação de atividades que eram consideradas vitais para o desenvolvimento da Província do Amazonas.

### 3.1. CRÍTICAS AO EXTRATIVISMO

As dificuldades relacionadas ao abastecimento em Manaus não estavam vinculadas apenas aos fatores que colaboravam para a escassez ou para a disponibilidade de carnes verdes na capital. Mais do que isso, a necessidade dos produtos agrícolas também permearam os discursos provinciais notadamente expondo o quanto essa atividade era percebida e idealizada como capaz de trazer diversos benefícios à população.

Ocorre que o desenvolvimento da agricultura e a necessidade de ela ser a principal atividade econômica da província, tal como se desejava, encontrou alguns entraves que contribuiram para que poucos resultados fossem aproveitados. Na opinião da maior parte dos presidentes da província, como se observa a partir dos relatórios, o maior obstáculo que impedia a realização de lucros para a atividade estava nos hábitos dos habitantes locais, sobre tudo na prática em realizar o extrativismo.

O hábito de adentrar as matas e de lá retirar itens úteis para sobrevivência, já era uma prática identificada no modo de vida de diversas populações indígenas. No período colonial os missionários, posteriormente os diretores responsáveis pela organização das aldeias no contexto do diretório utilizavam das habilidades

dos povos nativos, das práticas e do conhecimento local para comercializar produtos extraídos das florestas e alcançar lucros.<sup>126</sup>

Eram as chamadas “drogas do sertão”, entre elas se encontravam diversos produtos tais como: salsaparrilha, cacau, castanha, goma elástica, anil, baunilha, entre outros. Esses produtos cada vez mais alcançavam lucratividade e o interesse comercial na colônia, concorrendo para a imposição do trabalho indígena e a mudanças de diversos hábitos dessas populações.

Na Amazônia, a produção para o consumo e para a coleta das drogas do sertão interagiu num movimento marcado pela tensão entre a ascensão experimentada pelos preços dos gêneros extrativos no mercado externo e o impacto dessa alta nos gêneros de consumo do cotidiano na colônia.

<sup>127</sup>

Seria praticamente impossível a realização de tais atividades sem considerar a importância da mão-de-obra indígena<sup>128</sup>. As ordens religiosas arregimentavam lucros, principalmente se considerar o fato de que elas estavam isentas do pagamento de taxas essenciais como as de embarque e o transporte nas companhias de navegação. Contudo esse lucro estava atrelado ao uso dos conhecimentos das populações evangelizadas.

Essa situação de perceber o extrativismo como uma atividade lucrativa e a fala de que a realização dessa atividade auxiliava no trabalho dos missionários de tirar essas populações da barbárie e lhes reservar um caráter domesticado e civilizado vigorou em boa parte do século XVIII, sobretudo nas missões amazônicas, infelizmente causando impactos culturais negativos e até mesmo a dizimação de tribos inteiras devido à pressão pelo trabalho exigido.<sup>129</sup>

Ocorre que, ao perceber as falas dos presidentes de província do Amazonas nos seus relatórios, o extrativismo não foi visto como uma estratégia de livrar populações inteiras da falta de civilização. Pelo contrário, ele foi inserido como um fator que influenciou indivíduos a buscarem modos de vida que estavam longe de serem considerados íntegros e morais.

---

<sup>126</sup> BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará*. Belém: Typografia da Livraria Gillet, 1915.

<sup>127</sup> RAVENA, Nirvia. A Teia de relações entre índios e missionários a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 50, p.395-420, mai./ago. 2013 p. 395.

<sup>128</sup> MEIRA, Márcio (Org.). *O Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: NHII/USP, 1993.

<sup>129</sup> Idem, p. 420.

Essa fala taxativa, claramente ignorava os fatores climáticos e as características da flora amazônica assim como ignorava todo o passado das tribos que já há tempos estabeleciam uma relação de proximidade e dependência dos produtos das florestas. Mais ainda, ignorava o próprio legado da ocupação colonial portuguesa, calcado, como vimos, na extração das drogas dos sertões. Portanto, não deveria ser impactante a ideia de se encontrar a realização do extrativismo no período provincial, haja vista ser essa prática algo que se havia quase que se naturalizado na região.

Contudo, para os administradores, originários de outras regiões, essa prática mais prejudicava que contribuía. A questão se relaciona com o fato de que para esses presidentes a agricultura era a atividade que era considerada como prática econômica moderna e, porque não, civilizadora. Além do mais, se bem implementada, poderia ter um caráter lucrativo e atribuir ao Amazonas o desenvolvimento necessário. Além disso, também poderia beneficiar a implantação de bases para uma civilização e uma vida mais organizada, diferente dos modos nômades que por vezes o extrativismo exigia.

Seja como for, desde a instauração da província em 1852, é possível observar nos relatórios críticas voltadas para as atividades que envolviam práticas extrativistas. Elas são escritas de formas pejorativas, utilizando termos que claramente visam desvalorizar os trabalhos feitos, bem como desmerecer os indivíduos que deles se ocupavam. Na mesma fala há um apelo ao fato que tais hábitos estiveram prejudicando economicamente a região, por ocupar uma força de trabalho que deveria está empenhada em algo mais lucrativo.

Agora o café, a mandioca e o algodão mal chega para o consumo, e todos os outros gêneros e artefatos, à falta de cultura, tem desaparecido, e a população, dividida em bandos, todos os anos vai para as grandes praias, com excessos bacanais, fazer a destruição dos ovos das tartarugas e o fabrico de manteigas, ou para as matas, por entre os maiores riscos e privações extrair, os produtos espontâneos da terra, de sorte que nisso gastam os indígenas e trabalhadores quase a metade do ano... sendo a depravação dos costumes todo o ganho que lhes toca, pela perda do tempo e do trabalho, que, a ser bem aproveitado na agricultura.<sup>130</sup>

O prejuízo econômico apresentado na fala se refere ao fato que o extrativismo limitava a realização da agricultura e que essa atitude estava

---

<sup>130</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Batista Tenreiro Aranha*. Manaus: Typografia de M. da S. Ramos, 1852, p. 31.

implicando na escassez de alimentos necessários para o abastecimento em Manaus. Sendo, portanto, imprescindível que a população estivesse engajada em plantios e colheitas já que o resultado dessa prática beneficiaria toda a província.

Contudo, ao se perceber o movimento nos portos do Amazonas na década de cinquenta do século XIX é possível notar que os navios da Companhia de Comércio de Navegação ao voltarem das viagens pelo interior traziam uma grande diversidade de produtos, resultantes do extrativismo, entre eles a manteiga de tartaruga, que foi criticada na fala anterior.

Observa-se, portanto que os produtos ligados ao extrativismo somavam importantes receitas à Província, levando a considerar o fato de que a necessidade da agricultura estava ligada à uma imposição de comportamento e não apenas atrelada à uma necessidade econômica. O jornal *Estrella do Amazonas* anunciou, em 1858, que potes de manteiga de tartaruga estavam sendo vendidos a 9\$000 e que cada um desses pagavam a Tesouraria da Província a quantia de 2\$000 por cada pote exportado.

Em 1864, Alfredo de Barros Lacerda, então presidente da província, em relatório apresentada à Assembleia Legislativa, expõe informações que revelam que os produtos da atividade extrativista estavam alcançando marcas crescentes. As importações, como são identificadas as vendas para outros locais fora do Amazonas, marcavam um ritmo onde se percebia marcas de vendas cada vez maiores.

Tabela 7  
Produtos Exportados do Amazonas – 1830-1864

ANNO.	SALSA.	CACÁO	CARANÁ	SERINGA	PEIXE	CASTA-NHA
	@	@	@	@	@	@
1830.....		2,300	30		13,460	
1860.....		11,975	200		53,200	
1861.....	1,793	9,936	121	16,777	56,740	23,333
1862.....	2,631	4,726	410	19,628	80,963	12,547
1.º semestre de 1863.....	1,205	5,559	117	20,957	32,963	6,251
Exercício de 1863—1864....	3,092	14,100	229	36,625	49,500	18,882

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Alfredo de Barros Lacerda. Manaus, 1864.

Como se pode ver na Tabela 7, os produtos usados para exemplificar o crescimento das exportações foram: salsa, cacau, guaraná, seringa, peixe seco e a castanha. A quantidade informada em medidas de arrobas demonstrou o seguinte resultado:

Contudo, o mesmo presidente alerta que esse resultado aparentemente positivo, ainda assim nada havia nele para se animar. Como administrador local, tal situação estava longe de ser satisfatória, isso porque a sua preferência era que no local de tais produtos extrativistas, o ideal seria a existência de gêneros agrícolas. Logo, afasta-se a ideia de que o extrativismo era um elemento incapaz de gerar ou que não produzia lucros, ele estava inserido em uma crítica mais complexa.

A irresistível tendência da população a empregar-se de preferência na colheita dos produtos que a natureza espontaneamente oferece, é um mal, cujas funestas consequências muitos começam felizmente a reconhecer: como sejam a falta e carestia dos gêneros alimentícios, o abandono dos povoados, a disseminação dos habitantes, o estrago das florestas, as moléstias e a miséria geral; sem falar na perda do ensino, e perversão dos costumes, e em todo o mais que resulta dos hábitos da vida nômade.<sup>131</sup>

A questão do desagrado do administrador encontra-se com o fato de que o modo de vida, já bastante habitual dos que residiam às margens e florestas do Amazonas, estava longe de ser encarado como um fator que poderia trazer desenvolvimento para a província. A argumentação no sentido de se “tirar a província do atraso” foi constantemente utilizada para respaldar a ideia da necessidade de substituir o extrativismo pela agricultura.

Assim como também se percebe a utilização de termos que propositalmente eram usados para depreciar os hábitos das populações locais. Em 1852, no relatório resultante da instalação da província, argumentou-se, a respeito das atividades econômicas desenvolvidas pelos habitantes, que “todos os mais produtos da agricultura e das outras fábricas se acham reduzidas a quase nada, ou de tudo aniquilados. Apenas restam os que à muito custo e risco e toscamente e com desperdícios vão-se extrair das matas e das praias”.<sup>132</sup>

Nas falas dos administradores, como nessas que foram exemplificadas, nota-se que a necessidade de expor os “entraves” para o desenvolvimento da

---

<sup>131</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Adolfo de Barros Lacerda*. Tipografia de Manoel Figueiroa de Faria e Filho. Recife, 1864, p. 41.

<sup>132</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Joao Batista Figueiredo*. Manaus. Tipografia de M. da S. Ramos, 1852, p. 54.

província estavam para além de elencar os fatores que precisavam ser modificados, havia também a preocupação de mostrar os hábitos da população de forma pejorativa, aproximando o extrativismo da ideia de um trabalho inútil, que nada poderia ter de positivo para a região.

Claramente, os hábitos locais incomodavam aqueles homens que estavam no poder. Esses, por terem o privilégio de manifestarem suas opiniões em documentos oficiais e, portanto, eram vistos como inquestionáveis sem necessidade de serem questionados, exibiam sua insatisfação com os habitantes na tentativa de culpa-los pela falta de progresso e de desenvolvimento na província.

Os administradores, na maior parte dos relatórios, se colocavam na posição de explicar os tantos entraves para o desenvolvimento da província. Ocorre que, esses obstáculos se direcionavam aos costumes locais e às atividades realizadas pelas populações. Há uma repetição de críticas, elas sempre estão envolta dos mesmos agentes.

Já mencionamos que Alfredo Wagner Berno de Almeida, quando analisou os relatórios provinciais do século XIX no Maranhão, em suas falas, relatórios e exposições, percebeu que os presidentes julgaram a decadência da agricultura como o fator principal do atraso e da falta de desenvolvimento daquela província, percebeu-se também naqueles documentos uma reprodução de ideias, como se cada relatório produzido fosse uma extensão do que havia sido elaborado pelo administrador anterior.<sup>133</sup>

Essas falas sempre permeadas por críticas e constantemente inferiorizando o modo de vida da população local seguia uma espécie de padrão, como se cada um dos administradores se preocupassem em seguir as falas do seu antecessor, produzindo um discurso repetitivo, caminhando por linhas similares. Culpando o habitante e exigindo o desenvolvimento, havia uma caracterização de falas bastante próximas, o que foi definido por Michel Foucault como sendo os rituais existentes em um discurso.

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a

---

<sup>133</sup> ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno. *A Ideologia da Decadência*. Op. cit., p. 64.

eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção.<sup>134</sup>

As mesmas críticas ao extrativismo também são percebidas na província do Pará, tal como os administradores do Amazonas, as falas direcionavam no sentido de implantar a ideia da necessidade de substituir os costumes da coleta de produtos das florestas para a atividade de plantio e colheita, uma vez que essas sim trariam a moralidade dos costumes, bem como tornariam os habitantes bem mais próximos da civilização.

A atividade extrativista se mostrava nas falas de autoridades e agentes públicos, portanto, como um sério problema quanto à constituição de propriedades, principalmente pela constante mobilidade da população extratora, o que legitimava os discursos em defesa da superação do extrativismo pela agricultura como estratégia para garantir a ocupação regular das terras e a posterior valorização econômica.<sup>135</sup>

Na Província do Pará, as críticas dos presidentes também são elencadas em um contexto de tentativas para se alcançar uma valorização às terras, para que economicamente os preços fossem mais elevados. A partir de 1850, com a Lei de Terras, o governo imperial definiu o conceito de terras devolutas e estabeleceu que o acesso a elas pudesse ser feito apenas por meio de compras. Daí a preocupação dos presidentes em elevar os valores.

Ocorre que, o extrativismo era percebido como o grande causador da desvalorização dessas terras. Alegava-se que os habitantes que praticavam essa atividade se dirigiam a uma determinada localidade, permaneciam nela por poucos meses, devastavam a floresta em busca de produtos para coleta e posteriormente levados pelo hábito da mobilidade retiravam-se do local. As técnicas usadas eram, na maioria das vezes predatórias, inviabilizando as plantas ou árvores voltarem a produzir os mesmos produtos. Dessa forma, estaria o interesse pela compra dessas terras prejudicado.<sup>136</sup>

A única forma viável para impedir a ocorrência desses entraves seria a implantação da agricultura. Essa atividade colocaria fim à vida nômade, bem como possibilitaria o povoamento das terras, a valorização dessas e principalmente causaria o crescimento econômico desejado pelos administradores somado à

---

<sup>134</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 37.

<sup>135</sup> NUNES, Francivaldo Alves. O Valor das terras amazônicas no século XIX: Questões sobre agricultura e extrativismo. *SÆCULUM: Revista de História* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p. 93.

<sup>136</sup> Idem.

substituição da barbárie que viviam às populações do interior pela moral de uma vida com mais civilidade.

Nos relatórios também se encontram falas que direcionam as críticas não apenas para o fato do extrativismo dificultar, ou até mesmo “roubar” os braços, que deveriam ser empregados no cultivo de gêneros alimentícios. Outra forma elaborada de menosprezar a coleta de produtos espontâneos das florestas foi evidenciar que até mesmo as atividades dos artesãos e das oficinas estavam comprometidas, ou até improdutivas devido aos hábitos nômades dos que deveriam se envolver em tais manufaturas.

Até os poucos artistas preferem mais estar quase todo o ano nessas orgias do que nos trabalhos de oficinas e obras uteis, e eis a razão porque, dos antigos templos e palácios, das fabricas e oficinas, apenas restam fragmentos para tristes recordações; e se por ventura quiserem restabelecer-se não se acharão mestres, nem operários, nem se quer de telhas e tijolos, para as construções.<sup>137</sup>

Mais uma vez a prosperidade e o desenvolvimento da província são ameaçados diante dos costumes empreendidos pelo extrativismo, concorrendo novamente para afirmar que a concretização do progresso encontrava empecilhos e entraves. Cada uma das problemáticas evidenciadas estava no contexto de reunir todas as culpas para os dos habitantes, sobretudo os das margens.

Paralelamente aos juízos feitos às posturas dos que aderiam ao extrativismo e todo o amplo contexto de menosprezar tal atividade, encontra-se nos relatórios uma opinião diferente quanto à natureza local. Fato digno de atenção, pois o meio onde ocorria o extrativismo foi muitas vezes percebido como positivo e ao mesmo tempo facilitador do progresso.

A província é encarada nos discursos dos presidentes como vasta e no quesito das características naturais, o local é tido como “rico”. As tantas terras, as vastíssimas margens e os caudalosos rios caracterizaram o Amazonas com um perfil diferenciador de outras províncias, estando aí possibilidades para vantagens econômicas lucrativas. Ao mesmo tempo, essa natureza não poderia ser ignorada, ela deveria ser usada em prol de uma atividade que a fizesse desenvolver, e essa, claramente, não seria o extrativismo.<sup>138</sup>

---

<sup>137</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Batista Figueiredo. Amazonas. Manaus. Tipografia M. da S, Ramos, 1852, p. 32.*

<sup>138</sup> PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Relações homem-natureza*. Op. cit., p. 98.



Os elogios aos fatores naturais competiam com os apelos para com a necessidade de controlá-los. As terras baixas deveriam ser usadas para o plantio em grandes escalas, e neste sentido diversas colônias de povoamento foram planejadas, pois um dos problemas para o desenvolvimento estava exatamente no baixo quantitativo populacional. Até mesmo o saber tradicional das populações nativas em utilizar e manejar os recursos naturais precisava ser substituído por populações “dadas ao trabalho”, ao mesmo tempo em que, mesmo se a população estivesse em meio às tantas riquezas naturais, ela poderia estar destinada ao fracasso, caso não possuísse os modos da “civilização”.

Na imprensa local também foi possível encontrar a mesma fala. Elogios à natureza que urgentemente precisava ser tomada por técnicas que a fizessem desenvolver, tal como elevar os hábitos das populações que ali residiam. Na ocasião, os jornais expressavam grandes expectativas dada a ocasião da abertura dos rios à navegação à vapor, sinalizando que seriam incontáveis as tantas vantagens a serem colhidas a partir daquela atitude.

Aproveitados, pela sabia medida, os grandes recursos que oferece o Amazonas, é necessário, é urgente desenvolvê-los, promovendo a navegação nos seus afluentes que, quase desconhecidos entre nós, pela indiferença com que olhamos o que é nosso, são, todavia, de notável importância, pela riqueza dos seus produtos, e pela comunicação que oferecem às populações que lhes bordão as margens, as quais, sem serem refratárias à luz da civilização, tarde e dificilmente romperiam as trevas que as circundam.<sup>139</sup>

Percebe-se uma proximidade da fala do jornal com a dos presidentes da província, e o uso do termo “trevas” para metaforicamente sinalizar o estado de selvageria em que se observavam as populações, também parece ser tão proposital quanto as palavras pejorativas dos administradores do poder provincial. Claramente essa compatibilidade requer explicações que fogem ao perfil de serem apenas coincidências.

A ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa, que foi construída historicamente, deve ser afastada já que ela não se situa acima do mundo ao falar dele<sup>140</sup>. Vale ressaltar que o periódico citado publicava diversos anúncios de caráter oficial, tais como editais públicos, além das próprias *Falas*,

---

<sup>139</sup> Amazonas, nº 36. Manaus, 1869.

<sup>140</sup> CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007

*Relatórios e Exposições* do governo provincial. Pode-se, com isso, imaginar que havia uma clara associação de interesses entre proprietários e redatores dos jornais e seus patrocinadores, e isso para além das afinidades que poderiam igualmente existir a partir de um lugar social de origem, que fosse também comum a ambos.

Em 1876, publicou-se a segunda edição da *Revista do Amazonas*. O objetivo era trazer detalhes quanto às informações da Província, principalmente em referência aos seguintes temas: Exploração de rios, catequese, civilização dos índios, colonização, agricultura e indústria. Seu idealizador, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, no cargo de promotor público da Comarca do Rio Negro era, portanto, conhecedor vila de Barcelos e de suas localidades adjacentes, região que visitou por mais de uma vez como cumprimento de seu dever de ofício. Fazendo um balanço do que observou, definiu a situação da localidade como *abandonada*, argumentando que todas as demais vilas da comarca estavam na mesma situação. Para ele, a causa de tal abandono era uma só: “As condições em que então achava-se Barcellos eram devidas as mesmas causas, que a todos os pontos da província trazem o isolamento, no período do decrescimento das águas do Amazonas e seus tributários: a salga do peixe e a extração da goma elástica!”<sup>141</sup>. Além dessas duas atividades, os moradores também haviam se retirado para o fabrico da manteiga de tartaruga, da conserva de peixe boi e para a extração do óleo de copaíba e salsa.

Sabe-se que tais produtos alcançavam importância quanto às exportações feitas pela província, pois todos eles eram devidamente taxados e somavam números lucrativos para a economia local. Na segunda metade do XIX, por exemplo, a goma elástica era tributada em 12 %. Além disso, uma grande parte era vendida para cidade de Manaus e se caracterizava como necessários para o consumo dos residentes na capital, sobretudo a manteiga da tartaruga e o peixe salgado. Contudo, a lógica comercial era afastada para dar lugar à críticas para o modo como essas atividades eram realizadas, implicando diretamente na mobilidade dos praticantes:

Estavam fechadas quase todas as casas pelo abandono em que as tinham deixado seus donos para entregarem-se à todos os riscos e dissabores de um viver incomodo, mal abrigados e selvagem das feitorias, em miseráveis barracas levantadas nas praias, lagos ou ilhas.

---

<sup>141</sup> *Revista do Amazonas*, nº 2. Manaus, 1876, p. 9.

Precária sorte!

Deixam seus cômodos com o fim de melhoras de condição em busca de fortunas, e voltam a eles ainda mais pobres do que eram e em geral desonrados e vexados por enormes dividas, trazendo estragada a saúde, e contando no vigor da primavera dos anos por momento os dias de sua existência!<sup>142</sup>

Percebe-se, portanto, que de diversos lugares e sobre olhares ditos críticos ou entendidos, as críticas às atividades extrativistas se generalizavam por vários segmentos sociais. Elas estão presentes nos documentais oficiais, escritos pelos que estavam administrando a província; são igualmente encontradas na imprensa local, onde redatores e jornalistas que possuíam o poder de formar opinião e incuti-las na sociedade, se prevaleceram desse fato para condenar as populações locais como sendo as únicas responsáveis pela dinâmica centralizadora daquela atividade.

Cada um desses segmentos formulava suas considerações – taxativas e tantas vezes injuriosas – sempre mascaradas pelo argumento de que, ao assim proceder, tencionavam ver a província, enfim, se desenvolver. Manifestavam-se a favor do progresso e da lucratividade e concordavam que a melhor forma de se obter tal realização seria em impor uma mudança econômica. O extrativismo deveria ser repensado, o Estado deveria intervir na forma como acontecia e sobretudo, introduzir novas populações, pois as que aqui estavam não encontrariam a maneira correta de satisfazer e de alcançar os resultados prodigiosos esperados.

Outro ponto a se considerar é que constantemente o incômodo com o extrativismo se fez atrelado ao discurso comparativo. A província era insistentemente percebida em paralelo com outras regiões que possuíam um processo histórico totalmente diferenciado, como também possuíam características geográficas bastante peculiares, sobretudo as províncias localizadas nas áreas mais desenvolvidas do país, ao menos era assim que percebiam os administradores.

Do lugar onde se produziam as críticas ao extrativismo, lugar privilegiado, sentiam os produtores e reprodutores dessas falas, a ideia de que eram entendidos de diversos assuntos, letrados, cultos e detentores das informações essenciais ao

---

<sup>142</sup> Idem, p. 10.

Amazonas e, portanto, autorizados a estabelecer suas conclusões mesmo que elas atacassem a maior parte dos habitantes locais.

Deve-se notar que um dos pontos a ser questionado na produção dessas falas, principalmente da imprensa, é o público para o qual essa fala era direcionada. O discurso do jornal é produzido dentro de um contexto histórico e dentro de uma relação concreta de classes. O direcionamento das informações que eram produzidas nos periódicos era para alcançar uma parcela da população que compactuava com ela, ou seja, aquela parte da sociedade também letrada, que se percebia como instruída ao ponto de ridicularizar e inferiorizar aqueles que dela não faziam parte.

Ou seja, se a fala dos documentos oficiais era, na maioria das vezes, compactuada com os jornais locais, era porque o público que as recebiam se agradavam e concordavam com tais informativos, funcionando como um ouvinte e aliado em potencial.

O leitor não é passivo porque oferece as bases para o discurso na medida em que o redator opera com conceitos que pressupõe aceitos por aquele. O que justifica o próprio discurso é a possibilidade de que o interlocutor seja portador de ideias diferentes daquelas postuladas pelo articulista. Nesse caso, não sendo considerado como adversário, mas como possível aliado, o leitor é apresentado como iludido pela má fé de terceiros.<sup>143</sup>

Esse mesmo grupo que se percebia como capaz de opinar quanto as atividades das populações ribeirinhas, se prevalecendo do fator de poder falar no ambiente da imprensa, seguia um padrão, uma forma definida de discurso. Equiparavam-se um ao outro e estabeleciam uma forma peculiar de reproduzir suas falas. Ao cabo das críticas, a solução sempre se apresentava de duas maneiras: estabelecer a agricultura e povoar o Amazonas.

Essa proximidade dos discursos e o ambiente onde ele foi produzido podem estar ligados a uma ideia de atuação dos indivíduos que os reproduziram, como se tivessem uma necessidade, um compromisso e uma clara intenção de passar uma imagem de serem percebidos como uma classe capaz de sustentar tais opiniões. Por fazerem parte de um seletivo grupo de privilegiados da sociedade manauara, atos e ideias eram usados como regras para os aproximarem, como uma regra já

---

<sup>143</sup> VIEIRA, Maria do Pilar, et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Projeto História*, v. 3, out. 1984, p. 52.

estabelecida para os que desejavam ser inseridos ou permanecer nesse lugar social.

Quanto à composição desses segmentos sociais no Amazonas, antes de mais nada, cabe dizer que se trata de um tema extremamente complexo. De acordo com o jornal *O Rio-Mar*, em 1877, devido à falta de uma notória produção agrícola, a sociedade provincial não se caracterizava pela forte presença de indivíduos aristocratas. Contudo, havia uma classe que detinha privilégios e essa classe simultaneamente estava ligada a compromissos morais.

Em uma sociedade onde não exista uma aristocracia mantida pela renda territorial, a população se divide em relação à concorrência vital, nestas grandes classes: A que vive do trabalho intelectual ou de posições que trazem responsabilidades morais; à que vive da renda ou emprego de capitais (comércio, manufaturas e agricultura) A que vive do trabalho urbano ou rural (operário, camaradas e escravos).<sup>144</sup>

A crítica ao extrativismo era um elemento em comum a esses indivíduos das classes mais altas. Portanto, a eles era essencial manter essas “aparências” de cidadão esclarecido e que prezavam pelo desenvolvimento regional, crescimento da cultura e limitação aos “costumes bárbaros”. Erving Goffman defendeu a ideia de que os indivíduos vivem em constantes atuações sociais, ou seja, as situações vividas e compartilhadas no cotidiano funcionam como palcos onde conforme a ocasião enfrentada define-se uma forma na qual a atuação ocorrerá.

Quando um indivíduo ou ator desempenha o mesmo movimento para o mesmo público em diferentes ocasiões há probabilidade de surgir um relacionamento social. Definindo papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas.<sup>145</sup>

Assim, os presidentes da província, os redatores dos jornais e outros envolvidos estavam “atuando”, reproduzindo padrões e ideias que a ocasião de “homens do poder” os exigia. A plateia, aquela que os ouviu, deveria ser convencida de que estariam falando a verdade, na verdade deveriam entender de que as tais opiniões eram sobretudo, verdade. Portanto, as características tão próximas dos discursos não são meras coincidências ou produções do acaso.

---

<sup>144</sup> *O Rio-Mar*, nº 2. Manaus, 26 de maio 1877, p. 03.

<sup>145</sup> GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 24.

### 3.2. DEFESA DA AGRICULTURA

Nenhuma outra atividade será tão invocada nos relatórios presidenciais do Amazonas como sendo o caminho mais digno de investimento e atenção como foi a atividade agrícola. É uma fala que se estende por todos esses documentos oficiais e sempre está paralela com um olhar de desânimo à “limitada” agricultura que havia nas margens dos rios. Contudo, como ressaltou Almeida, essa imitação de um dito instaura precauções ao se analisar a documentação oficial: o fato repete-se ou repete-se a expressão que sempre o enuncia? Por isso é preciso que se empreenda uma leitura crítica capaz de colocar em suspenso a legitimidade de se reconstruir a história a partir da decisão de se isolar categorias que lhes são essenciais.<sup>146</sup>

Os presidentes se posicionavam como indivíduos preocupados com as melhorias da província, daí o fato de sempre fazerem menção às atitudes tomadas, às tentativas ou às ideias que possuíam para o estabelecimento do desenvolvimento local. Ocorre que é preciso estar atento a forma de produção de discursos equiparados e semelhantes entre si, já que na sociedade a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.<sup>147</sup>

A agricultura se concentrava ali, como o centro das providências das que os sucessores ao cargo da administração deveriam se preocupar e que enquanto esses projetos não fossem colocados em práticas, estaria a região fadada ao atraso.

Nesse estado lamentável em que achei esta terra e gente, certamente digna de melhor sorte, já dei algumas providências para o restabelecimento da agricultura, e para o ensino das artes à um e outro sexo; mas a falta de homens adestrados e afeitos à cultura das terras, e de mestres hábeis para as obras públicas e mecânicas, por melhores que sejam os meus desejos, e ainda mesmo os dos aprendizes, pouco ou nada poderá se conseguir na necessidade urgente em que tudo isso a Província está.<sup>148</sup>

Para Prado Júnior, nenhuma outra atividade econômica modificou tanto as características na fisionomia do país quanto à agricultura. O autor se refere a ela

---

<sup>146</sup> ALMEIDA, Alfredo Wagner. *A ideologia da decadência*. Op. cit., p. 64.

<sup>147</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Op. cit., p. 9.

<sup>148</sup> *Relatório de Província. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha*. Manaus. Tipografia de M. da S. Ramos, 1852, p. 32.

como um elemento resultante de uma verdadeira evolução que começou a ser assistida desde o início do século XIX, mas sobretudo a partir da metade desse período é que foi possível perceber seu maior avanço. Esse crescimento tem como explicação fatores como o deslocamento da “primazia econômica” das regiões do Norte para as do Centro-sul.<sup>149</sup>

Acompanhando a análise do autor, chega-se a opinião reservada às essas regiões que haviam perdido as características do crescimento e do desenvolvimento agrícolas:

Já na primeira metade do século XIX o Centro-sul irá progressivamente tomando a dianteira nas atividades econômicas do país. E na segunda, chega-se a uma inversão completa de posições: o Norte, estacionário, senão decadente; o Sul, em primeiro lugar, em pleno florescimento.<sup>150</sup>

Não há a intenção aqui de descaracterizar a obra mencionada, mesmo porque as informações contidas nela ainda que já tenha recebido diversas críticas, não têm o poder de menospreza-la a qualquer lugar sem importância na historiografia. É um livro de riquíssimas contribuições, mas que deve ser analisado de maneira cautelosa.

No tocante às províncias da região Norte que foram lembradas pelo autor o mesmo não regionaliza o perfil econômico de forma pormenorizada, ao contrário, exemplificada na maior parte do texto o exemplo do Maranhão, comparando o tempo em que se destacava pela produção do algodão e o tempo em essa atividade não era mais desenvolvida de forma crescente, daí a expressão “decadente” aplicada a uma região inteira composta por outras províncias.

Deve-se também ressaltar que as províncias do Norte eram lembradas pela grande concentração de populações indígenas, mas que essa característica era percebida como um entrave local, enquanto que nas províncias consideradas mais desenvolvidas estava a presença do negro escravizado e, esses sim, era encarado como ideal para o progresso, em detrimento das populações nativas.

Excetuada a Vila da Ega, e essa mesma mui pequena, apenas se encontram lugarejos, e sítios particulares com insignificante cultura, separados por grandes distancias, e habitados quase exclusivamente por índios, pacíficos sim, e bem dispostos pela mansidão da sua índole para a vida social, porem destituídos dos mais triviais princípios de educação, e apegados à rotina dos seus antepassados, que consiste, geralmente

---

<sup>149</sup> PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit.

<sup>150</sup> Idem, p. 114.

falando, em pescar e plantar quanto baste para o sustento diário, e consagrar à ociosidade ou aos folguedos todo o tempo restante, sem o menor cuidado do futuro, sem a menor ambição de interesses que lhe possam provir de qualquer outro trabalho. Assim se explica a falta que o viajante sente de quase tudo quanto é necessário à vida em uma das mais férteis, e mais belas regiões do mundo. <sup>151</sup>

Mas a questão pertinente é perceber a forma com a qual a atividade agrícola é defendida pelas fontes oficiais e também muitas vezes pela imprensa do século XIX, como também ela será engrandecida pela historiografia tradicional e chegará ao século posterior sendo o centro das soluções econômicas e ao seu redor tantas outras questões se relacionaram e por vezes ela foi clamada para respaldar assuntos que provocaram diversos debates na sociedade.

Como já visto anteriormente, a agricultura era evocada pelas vozes dos indivíduos no poder no Amazonas para modificar e limitar os hábitos das populações ribeirinhas. Ocorre que, até mesmo nas regiões do sudeste onde ela já era uma atividade lucrativa, onde as grandes propriedades rurais se destacavam no cenário produtivo e os produtos cultivados, sobretudo o café, encabeçavam as tabelas de riquezas produzidas no país, a agricultura também foi utilizada para respaldar os interesses dos grupos dominantes.

Em 1884, o jornal *A Batalha*, do Rio de Janeiro – que se descrevia como órgão do comércio e lavoura –, preocupava-se com um assunto bastante atual naquele contexto. Tratava-se da questão referente ao fim do trabalho escravo. A fala contida no jornal não estava atrelada à propaganda abolicionista ou defendendo essa postura; ao contrário, o posicionamento dos redatores manifestava uma inquietação acerca da possibilidade cada vez mais notória de se concretizar o fim do trabalho escravo.

Claramente, a voz que evocava nas páginas do dito jornal estava em defesa dos grandes proprietários rurais, bem como do quanto interessava a eles caso a abolição se tornasse realidade, pois acarretaria a preocupação de como a mão-de-obra seria substituída e, portanto, devidamente remunerada. Para fortalecer o discurso da importância do trabalho escravo apelou-se para a importância da atividade agrícola no Brasil. Uma vez que, essa atividade era a de maior lucratividade no país, seria importante lembrar que ela somente se realizava

---

<sup>151</sup> *Falla do Presidente da Província do Amazonas*, Herculano Ferreira Penna. Manaus. Tipografia de M. S. Ramos, 1854, p. 45.



graças ao trabalho do escravo. Daí o jornal se preocupar com o avanço das ideias contrárias:

Em tese, as ideias puras de uma democracia racional são sempre aceitáveis. Há casos que podem mais do que as leis. E quando se legisla e escreve para uma sociedade, tem-se o dever de prever que um pequeno bem não produza um grande mal.

Temos diante de nós e do futuro do império a questão da abolição imediata do elemento servil. A solução desse problema é o que preocupa na atualidade ao país inteiro.

As condições econômicas do Brasil dependem essencialmente da lavoura, a lavoura depende essencialmente do escravo.<sup>152</sup>

Não há dúvidas de que a imprensa carioca também foi de grande importância para a defesa do discurso abolicionista. Afinal, era um tema que sensibilizava a opinião pública e era lhe reservado uma ampla divulgação, mesmo se ela contrariava a orientação das classes mais elitizadas. Os periódicos realizavam diversas denúncias sobre a violência existente nos cativeiros e alertavam cada vez mais para a necessidade de se colocar fim a esse tipo de trabalho em prol da libertação dos indivíduos.<sup>153</sup>

Vozes abolicionistas são encontradas em diversas províncias do Brasil durante o século XIX. Pode-se elencar *A República*; o *Allioth*; *O Libertador*, este pertencente ao Ceará; o *Baependyano*; *O Diário de Belém*; *O Fluminense* e *O Cachoeirano*, da cidade de Cachoeira do Itapemirim. O discurso de abolição combinava ideais de modernidade e civilidade onde a escravização dos negros é vista como colaboradora num processo de crescimento, mas que sua substituição deveria ser encarada e pensada pela sociedade.<sup>154</sup>

Ocorre que, paralelamente, a imprensa também serviu para veicular ideias contrárias, ou seja o posicionamento dos grandes proprietários de terras que se apegavam do trabalho escravo e, como ocorreu no jornal carioca citado anteriormente, uma das formas usadas para afastar o perigo abolicionista e mostrar aos leitores o quanto essa questão os causava tensão estava em apelar para o risco do Brasil ter o seu desenvolvimento sob ameaça, ou seja, argumentar que as atividades econômicas estavam em risco, sobretudo a agricultura.

---

<sup>152</sup> *A Batalha*, nº 1. Rio de Janeiro, 1884, p. 1.

<sup>153</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. A Atuação da Imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, ano 171 (448): 31-62, jul./set. 2010.

<sup>154</sup> FERREIRA, Maria Clara Corsino, et al. *Diários da liberdade: uma análise da imprensa abolicionista do final do século XIX. Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia*. Guarapuava, PR, 28 a 30 de abril de 2011.

É o que aconteceu na província do Maranhão, já que ali, às vésperas da abolição e com o perigo da sua concretização, as elites locais agrárias se manifestaram indagando o quanto o desenvolvimento seria afetado. Era uma ideia que causava indignação, e, em seus argumentos, entre as consequências de perder a mão-de-obra servil na lavoura, se somavam a destruição das plantações e a falta de indenizações por tais prejuízos.

Acreditavam que o negro liberto não iria aceitar mais o trabalho na lavoura, pois iria considerá-lo indigno. Pensar na substituição destes pelos nativos não era algo animador, uma vez que os julgavam preguiçosos e indolentes, e que desprezavam o trabalho manual. Nem mesmo a proposta do imigrante europeu agradava, já que se pensava que eles prefeririam outras partes do império devido às questões climáticas e provavelmente escolheriam o Sul e não as províncias do Norte.<sup>155</sup>

Assim, ao ameaçar a lavoura, a propaganda abolicionista, do ponto de vista dos escravistas, colocava em risco a segurança e a ordem de todo o país, pois seriam vários os setores a ser atingido com o fim do trabalho escravo, causando um efeito dominó em diversos setores da sociedade, isto porque, para os defensores da escravidão, essa era uma questão socioeconômica tanto quanto o era política.<sup>156</sup>

Claramente se percebe que durante o século XIX o fator que determinava se uma região era ou não desenvolvida economicamente estava totalmente ligado à questão se em tal local a agricultura se caracterizava como a atividade mais notória. Ela se constituiu como um item quase obrigatório quando se referia à lucratividade regional, ao mesmo tempo que era percebida como facilitadora do progresso e até mesmo responsável pela imposição de bons hábitos que conseqüentemente estabeleceria a moral às populações.

A valorização da agricultura pode também ser verificada nos privilégios que eram dados aos que se destacavam nesse ramo. Durante o século XIX a elite imperial era composta em sua grande parte pelos grandes proprietários rurais que era visualizada pelo governo como grupo constantemente sendo alvo de benefícios. Um deles estava nas concessões de títulos de hierarquia nobiliárquica.

---

<sup>155</sup> PEREIRA, Marcos Aurélio Santos. Os defensores do escravismo na imprensa ludovicense (1881 – 1888). *Revista Outros Tempos*, vol. 1, esp., 2007, p. 77-97.

<sup>156</sup> Idem, p. 80.

De acordo com José Murilo de Carvalho, os maiores títulos, os de barões, eram tradicionalmente reservados para os grandes proprietários de latifúndios, sobretudo para aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza, mas não por sua projeção na vida política, ou seja, por seu pertencimento à elite política. O baronato era a marca registrada dos grandes cafeicultores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Essa distribuição de títulos era para aproximar os proprietários da monarquia.<sup>157</sup>

O apoio e a permanência da agricultura como uma atividade que gerava importantes resultados para o país também pode ser percebido na série de investimentos que o governo realizava em prol dessa economia.

O exame das despesas do governo central mostra assim a preocupação em atender aos interesses agrários. Os grandes gastos de investimentos, iniciados a partir da metade do século, tinham sempre relação direta ou indireta com a promoção desses interesses. Salientam-se a construção de estradas de ferros e as garantias de juros aos engenhos centrais. Investimentos sociais menos diretamente vinculados aos interesses agrários, como a educação, permaneceram em níveis baixos, apenas da retórica oficial que apontava sua importância para o desenvolvimento do país.<sup>158</sup>

Notoriamente essa preferência por apoiar e privilegiar os senhores donos de latifúndios se dava principalmente nas regiões onde a agricultura alcançou um desenvolvimento notável durante o século XIX, ou seja, no Sudeste do país, principalmente com os produtores do café. Também se percebe como tal atividade se manteve crescente nessas regiões, isso era facilitado por toda política e investimentos voltados para essa área, assim como a valorização dos que estavam ligados a ela.

A agricultura estava inserida dentro de uma compreensão generalizada entre as classes mais privilegiadas do império brasileiro como parte de um projeto que traria progresso e ordem para o país. Logo que se concretizou a emancipação política da colônia em relação a Portugal as bases para o recém-criado Estado deveriam ser estabelecidas, vários elementos precisariam ser padronizados e incorporados pelas novas instituições vigentes. Essa configuração política esteve a cargo das elites que se destacaram em determinar o que deveria ser prioridade e do seria considerado elementar para o desenvolvimento.

---

<sup>157</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Relum e Dumará, 1996, p. 258.

<sup>158</sup> Idem, p. 283.

Esse grupo de dirigentes era composto não apenas por indivíduos encarregados da administração do Estado, mas todo um conjunto de empregados da alta burocracia imperial, assim como os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de ordem e civilização, quanto pela ação visando a sua difusão.<sup>159</sup>

Portanto, logo esse grupo de dirigentes produziu diversas falas no sentido de priorizar e enaltecer elementos imprescindíveis para o ideário de melhorias. Uma das percepções estava no sentido de comparar as populações da “sociedade” do litoral com as do “sertão” sempre observando que essas últimas estariam entregue às barbáries por não terem contanto com os costumes “civilizados” das províncias mais desenvolvidas.

Por outro lado, julgava-se também que a diferença do Litoral resultava das atividades industriais ali realizadas, particularmente a agricultura. Entendiam muitos que, apesar do atraso em que ainda se encontrava – devido essencialmente à sede do ouro que lavrara na maior parte dos aventureiros portugueses que primeiro se estabeleceram no Brasil – a agricultura de gêneros para a exportação era a fonte de Civilização.<sup>160</sup>

Da mesma maneira, é possível compreender, naquele contexto, o porquê da inferiorização feita àquelas províncias que não logravam tantos êxitos na produção agrícola. Com o sudeste agrário, exportador, de barões e senhores respeitados por suas riquezas servia como um elemento de comparação, ou seja, aquelas províncias que não alcançavam os mesmos números econômicos eram percebidas como atrasadas, inertes e longe do progresso.

Há falas nos relatórios provinciais buscando justificar o atraso no Amazonas com o fato dele não possuir os mesmos elementos que justificavam o sucesso da elite agrária do sudeste, ou seja, as grandes propriedades agrícolas, senhores possuidores de diversos escravos, a alta produção de gêneros de exportação e a até mesmo a falta de indústrias que pudessem ser notórias pra aqueles administradores.

Não existe ainda estabelecimento algum de agricultura, ou de indústria que se possa dizer importante, nem haverá talvez em toda a Província um só lavrador que tenha empregados quinze escravos, não obstante ser tão fácil a posse das terras que quem quer abre um sitio onde bem lhe

---

<sup>159</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

<sup>160</sup> Idem, p. 34.

parece, e chama seu todo espaço que lhe apraz ocupar, sem que alguém o perturbe nas suas imaginarias divisas...

Como princípio de uma indústria, que tanto tem de fácil quanto de lucrativa, julgo dever também mencionar a existência de uma fábrica de chapéus de palha... é ainda tão pequena esta fábrica que só conta três aprendizes, mas já tem produzido alguns chapéus que se venderam em hasta pública e se for animada com o aumento do número dos operários, poderá tornar-se importante, e servir-se de exemplo para o estabelecimento de outras.<sup>161</sup>

A região Amazônica fazia parte de um cenário considerado “decadente” durante o século XIX, apesar de que há concordâncias na historiografia de que nem sempre a situação foi a mesma. Roberto Santos atenta para o fato de que durante o século XVIII ocorreu o chamado “ciclo agrícola” onde se produzia cacau, café, algodão, cana-de-açúcar, entre outros. Destes, o cacau tinha muita notoriedade já que o chocolate se figurava como um produto fino nos mercados da Europa.<sup>162</sup>

Ele permaneceu como o eixo da economia regional, da mesma forma que em épocas distintas o açúcar foi para o Nordeste, o café no Sul e a Borracha na própria Amazônia. Porém não há como provar se as técnicas agrícolas desse produto chegaram a superar a quantidade de cacau que era coletada de maneira extrativista nas matas.

De qualquer forma, o que se sabe é que essa experiência não ultrapassou o mesmo desenvolvimento que teve o Maranhão com as plantações do algodão. Quanto à específica situação da província do Amazonas, o autor toma base às mesmas falas ditas por escritores locais ao afirmarem que a produção agrícola não estava em situação atraente e se comparada a outros locais do Norte ela fosse descrita com desânimo.<sup>163</sup>

Os presidentes da província do Amazonas também estavam atrelados a esse pensamento negativo, de perceber as atividades locais como incapazes de fazer valer aqui qualquer tipo de sociedade moralmente constituída e bem organizada. Percebe-se que esses administradores também se percebiam como indivíduos diferenciados, distantes e totalmente opostos àquela parte da população do império que não acompanhava o tão prestigiado avanço econômico e civilizado.

---

<sup>161</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna*. Manaus: Tipografia M. S. Ramos, 1853, p. 44.

<sup>162</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 17-27.

<sup>163</sup> Idem.

A promoção de uma ordem social e de mecanismos para alinhar o Império do Brasil ao nível de civilização alcançada por nações, em especial de países europeus, mas também dos Estados Unidos da América, como necessários para o progresso do Brasil, foi a égide discursiva dos políticos e administradores do Império... Neste período, os parâmetros de civilização e progresso de um país eram associados ao nível de desenvolvimento econômico alcançado e de sua capacidade produtiva.<sup>164</sup>

Na imprensa local uma das vozes que entoavam uma notória defesa às atividades agrícolas foi a *Revista do Amazonas*. Como mencionamos, seu objetivo maior era discutir temas como a exploração de rios, a catequese, a civilização dos índios, a colonização, a agricultura e a indústria<sup>165</sup>. Logo na capa da publicação percebem-se os que são tidos como os colaboradores da revista, sendo eles indivíduos com cargos importantes dentro da província e com privilegiada posição social. A exemplo podem ser citados: Aprígio Martins de Meneses, poeta jornalista, médico, político e historiador radicado em Manaus; Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, poeta amazonense, jornalista e político; Clementino José Pereira Guimarães, político e único a receber o título de barão (Barão de Manaus) no Amazonas; Feliciano Antônio Benjamim, poeta e político; Henrique Barbosa de Amorim deputado e professor e Joaquim Leovigildo de Sousa Coelho, engenheiro e político. Também havia outros indivíduos com patentes militares.

Claramente se posicionando a favor do progresso local, o tom muitas vezes utilizado pela revista é no sentido de descrever o Amazonas como um lugar de grandes proveitos para receber o tão almejado desenvolvimento. Logo na primeira edição, o território da província é percebido nesse cenário, como um ambiente à espera de grandes e possíveis realizações:

Dentre as províncias do Império é incontestavelmente a do Amazonas a que oferece mais elementos de futura prosperidade... dotada de riquezas naturais que o mais rico império do mundo invejaria, bela pela posição geográfica, formosa por suas soberbas bahias, pitorescos lagos, gigantescas selvas que bordam rios que parecem mares, com um terreno fertilíssimo para qualquer produção agrícola e com um clima salubre e em muitos lugares ameno, o Amazonas ocupará mais tarde uma posição

---

<sup>164</sup> MALHEIROS, Rogério Guimarães. *As transformações políticas e econômicas da Província do Grão-Pará e a Escola Normal como instituição destinada a formar professores alinhados aos ideais modernos de ordenamento, progresso e civilização (1840 a 1871)*. Almanack. Guarulhos, n.07, p.95-116, 1º semestre de 2014.

<sup>165</sup> A revista foi publicada apenas durante o ano de 1876 e produziu ao todo seis edições, todas com a quantidade de dezoito páginas. A primeira saiu em 5 de abril de 1876 e a última em 15 de setembro do mesmo ano.

invejável entre suas irmãs, assim sejam suas grandezas conhecidas, suas indescritíveis riquezas aproveitadas de modo proffcuo e vantajoso.<sup>166</sup>

Essas observações estão em concordância com o que os presidentes afirmam, ou seja, que o “vasto e rico território” deveria ser melhor utilizado. No relatório provincial, apresentado meses antes da edição da revista, fica notória a utilização de termos semelhantes e a aproximação das ideias:

A província do Amazonas, cujo imenso território, cortado de rios navegáveis, possui preciosíssimos produtos naturais, além de uma espantosa fertilidade para a produção agrícola... é incontestável que esta rica e encantadora região, para elevar-se ao maior grau de desenvolvimento, precisa somente de populações laboriosas que, aproveitando a fertilidade do solo, aumente com a exportação dos produtos a riqueza pública.<sup>167</sup>

Outra intenção da revista foi desconstruir o pensamento da época em que se percebia o Amazonas com adjetivos negativos. Como era bastante comum equiparar o Amazonas com outras províncias do país, sobretudo com as do Sul e do Sudeste, a fala da revista também se direcionou as essas críticas na tentativa de impedir que a má fama da região continuasse a se expandir:

Supõe-se que aqui a vida é insuportável, que morre-se de calor e de fome, quando se escapa de moléstias que erradamente dizem ser próprias do clima.

Fatal engano, que tem retardado a marcha progressiva da província, prejudicando à ela mesmo e ao Império em geral, que só tem a ganhar com o desenvolvimento da indústria, do comércio, da agricultura, das artes e das ciências.

Para combater tão pernicioso engano... surge hoje a *Revista do Amazonas*, jornal que incontestavelmente em um fim patriótico e por isso mesmo é digno do acolhimento de todos os homens amigos do progresso moral e material do país.<sup>168</sup>

Considerando que o discurso por mais que seja aparentemente pequeno, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, pois o discurso não é apenas aquilo que manifesta ou que esconde o objeto do desejo ou que simplesmente traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual se quer apoderar.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> *Revista do Amazonas*, nº 1. Manaus, 5 de abril de 1876.

<sup>167</sup> *Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Antônio Passos de Miranda*. Manaus, 1876, p. 591.

<sup>168</sup> *Revista do Amazonas*, nº 1. Manaus, 5 de abril de 1876.

<sup>169</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Op. cit., p. 10.

O que se deseja com a produção de falas reproduzidas pela imprensa e pelos jornais da província é a intenção de se apropriarem do privilégio de determinarem o que seria ideal e necessário para a região. As formas para se alcançar as melhorias eram taxadas como “fórmulas” infalíveis, entre elas estavam sempre elencadas as mudanças das formas de trabalho já estabelecidas tradicionalmente nas comunidades ribeirinhas. A pretensão desses discursos, amplamente reproduzidos, era alcançar os mesmos privilégios do Sul e do Sudeste e o *status* de região desenvolvida.

A defesa em prol da agricultura não estava relacionada exclusivamente às tentativas de crescimento econômico. Há também um incômodo em não querer ser habitante de uma região percebida como atrasada e inerte, ocorre que essa percepção era evocada por um grupo que se entendia como diferenciados, distantes e que não concordavam com os modos tradicionais do restante da população. A maneira mais eficiente de mostrarem suas distinções sociais estava em criticar essas populações:

Os gostos são a afirmação prática de uma diferença inevitável. Não é por acaso que, ao serem obrigados a justificarem-se, ele afirmam-se de maneira totalmente negativa, pela recusa oposta a outros gostos. Em matéria de gosto, mas que em qualquer outro aspecto, toda determinação é negação e, sem dúvida, os gostos são, antes de tudo, aversão, feita de horror ou de intolerância visceral, aos outros gostos, aos gostos dos outros.<sup>170</sup>

A defesa da atividade agrícola em detrimento das atividades das populações tradicionais também se relacionam com um fator estético, novas organizações de trabalho deveriam ser implementadas, novos projetos teriam que ser concretizados buscando melhorias e até uma nova população deveriam ser incentivada a colonizar o Amazonas, pois as que já estavam aqui não seriam suficientes para alcançar resultados positivos, não porque estavam em um número necessário, mas sobretudo porque não eram vistos como ideais. Os hábitos, as práticas, os costumes, o “cardápio”, as casas de palhas e as vilas quase inabitadas eram um incômodo para uma classe que estava na esfera mais alta da sociedade da província.

---

<sup>170</sup> BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. Pg.56.



Para além dos discursos, houve também tentativas de concretizar as modificações tidas como tão necessárias. Como se verá a seguir, muitos projetos se inserem no cenário de reafirmar a agricultura e de impô-la como atividade dominante no intuito de elevar o Amazonas ao patamar de progresso já alcançado em outras regiões do Brasil durante o século XIX.

### 3.3. PROJETOS DA COLONIZAÇÃO

Compactuando com as políticas de desenvolvimento do século XIX que incentivavam a entrada de imigrantes no Brasil, principalmente os que eram originários da Europa, os presidentes de província no Amazonas idealizaram diversos projetos que pretendiam criar colônias de povoamento no interior da região, visando aplicar melhorias que elevassem o território a prodigioso nível econômico.

Foi antes da independência que se percebeu a fundação dos primeiros núcleos coloniais. Com a abertura dos portos, em 1808, permitiu-se o estabelecimento de estrangeiros no país, atraindo gente interessado sobretudo nas atividades comerciais de importação-exportação. Mas o interesse pela colonização está mais atrelado para os anos posteriores de 1818, quando D. João VI autorizou a fundação das colônias Leopoldina, na Bahia e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.<sup>171</sup>

Como já mostrado aqui anteriormente, havia uma concordância daqueles que ocupavam o poder e os pertencentes às classes privilegiada no Amazonas quanto a falta de indústrias e de uma agricultura desenvolvida. Cabe lembrar que como reprodutores de um padrão de enunciados, as falas idealizavam que a falta de uma população “dada ao trabalho” era uma das causas centrais para o “estado de abandono” em que se encontravam a maior parte das populações ribeirinhas.

Essas populações de modos tradicionais do Amazonas foram percebidas de maneira inferiorizadas nos relatórios, suas práticas seus costumes eram estereotipados nas falas oficiais em detrimento da proposta de desenvolvimento e “melhorias locais”. Se faz aqui uma oportunidade para se relembrar algumas das

---

<sup>171</sup> SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, v. 2, p. 39.

posições defendidas por Marilena Chauí, em especial, quando a autora argumenta que “a memória que privilegia as ações vindo do Alto, e minimiza as práticas de contestação e de resistência social e popular é, ela própria, uma memória violenta e autoritária.”<sup>172</sup>

Os primeiros projetos resultaram do objetivo de proteger as fronteiras da província. Cabe lembrar, no entanto que as primeiras ações para a construção de colônias deram-se enquanto ainda os territórios do Amazonas estavam reunidos e formavam o Grão-Pará. Naquele instante, as linhas divisórias da região deveriam estar guarnecidas e a melhor maneira estava em ocupar por meio do povoamento, atraindo populações para se fixarem nos locais almejados pelo governo.

Os pontos vistos como necessários para estarem fortificados e ocupados se localizavam pelos rios Nhamundá, Madeira, Solimões, Japurá, Içá, Uaupés, Negro e Branco. Ao mesmo tempo se pretendia, a partir das colônias fundadas, estabelecer comunicação e aumentar o comércio com as regiões vizinhas, sendo estas o Mato Grosso, a Bolívia, o Peru, Nova Granada, Equador, Venezuela e as possessões dos Ingleses e Holandeses.

Ocorre que, por ocasião da Lei nº 582, de 5 de setembro de 1850, a autonomia do Amazonas se concretizou, seus territórios foram desvinculados do Grão-Pará e, por jurisdição, naquele momento, a Assembleia Provincial e os presidentes destinados para ocuparem o cargo de administradores deveriam se ocupar de dirigir os assuntos referentes a administração, e, claramente, dar continuidade a projetos e outras determinações já em vigor desde os tempos de sua antiga configuração vinculada ao Pará, e isso incluía as colônias.

Dos pontos de fronteira vistos como necessários para implantação de colônias, apenas um deles obteve engajamento, a do Rio Branco. As despesas para a criação desta seriam divididas entre o Ministério da Guerra e o Ministério do Império. Além disso ela possuíam um caráter de ser uma Colônia Militar, ou seja, para lá deveriam ser enviados soldados, os “praças” juntamente com suas famílias. Todavia, não foi possível dar seguimento ao projeto:

Embaraços de ordem administrativa, dentre os quais sobressaia a carência de soldados disponíveis, impediram, à última hora, que se

---

<sup>172</sup> CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. Brasiliense. São Paulo, 1985, p. 51.

fundasse a colônia do alto Rio Branco, após terem sido tomadas todas as providências regulamentares, inclusive dotação orçamentária.<sup>173</sup>

Ocorre que em virtude das revoltas que ocorreram no século XIX, a Pernambucana e a Farroupilha, diversos soldados foram incorporados aos batalhões enviados para estas regiões. O quantitativo que ficou presente na província era insatisfatório até para a guardar da própria província, ou seja, não seria conveniente retirar esses soldados e enviá-los ao Rio Branco, uma vez que acarretaria a falta de guardas na capital. Sobre essa situação o presidente Tenreiro Aranha descreveu:

E na verdade, depois da retirada dos dois batalhões, tão pouco soldados ficaram, que foi preciso organizarem-se companhias provisórias, e no serviço da guarnição desta capital e dos fortes e pontos militares das fronteiras aqui achei somente 135 soldados... neste apuro devo aguardar as providências que já supliquei ao Governo Imperial, pelo dito Ministério e bem a consignação de meios precisos para se estabelecerem as colônias militares.<sup>174</sup>

Mesmo diante da situação que se apresentou, e percebendo não sendo possível estabelecer tantas colônias que se determinava o Regulamento, Tenreiro Aranha planejou uma nova configuração para o projeto de ocupação do interior e regiões fronteiras. Em ao menos três pontos seriam necessários concretizar a colonização. A representação para esses estabelecimentos foi solicitada ao governo Imperial.

A disposição do presidente em propor uma nova configuração para o projeto deve-se ao fato de que se seguia as determinações do próprio imperador. O decreto para o estabelecimento de colônias não era exclusivo para o Amazonas, mas sim para todo país. Havia, portanto, uma concordância e um “ânimo” em não desistir desses projetos, claramente o propósito será em empreender tentativas. Mesmo com entraves ou dificuldades o papel do presidente, enquanto nomeado pelo gabinete imperial era fazer progredir as determinações daquela instituição.

---

<sup>173</sup> Júlio Uchoa. Colônias Militares. *Jornal do Comércio*. Manaus, 7 de agosto de 1945. Jornalista e intelectual amazonense, Júlio Uchoa assinou um conjunto de matérias jornalísticas sobre colônias agrícolas e militares no Amazonas. Trata-se de estudos importantes, infelizmente ainda pouco explorados pela historiografia regional.

<sup>174</sup> *Relatório do Presidente de Província do Amazonas, João Batista Tenreiro Aranha*. Manaus. Tipografia Manoel da Silva Ramos, 1852, p. 6.

Na produção dos discursos não se pode dizer tudo o que se quer da maneira que se deseja falar<sup>175</sup>. Os discursos têm elementos que os limitam, dessa forma, os presidentes não iriam negar a importância das colônias, nem mesmo deixar subtendido que não acreditavam em seus resultados, pelo contrário, iriam concordar e encontrar as maneiras de empreender esses projetos. Essa crença no plano imperial deveria, ao menos ficar registrada nos relatórios, as colônias deveriam ser estimuladas, concretizadas ou não, caberia aos sucessores.

Não sendo possível já e de uma vez fundarem-se tantas colônias, quantas se poderem e devem estabelecer nesta vastíssima província, especialmente nos pontos das fronteiras, que reclamam as mais serias atenções, e que tem em si todos os elementos para que a população cresça e prospere na razão da abundância dos produtos espontâneos e preciosos da terra, por enquanto não é possível ocorrer à todos ao mesmo tempo, limitar-me-ei a propor e pedir com a urgência a fundação de três por enquanto. <sup>176</sup>

A primeira colônia seria estabelecida no Rio Madeira, no ponto das cachoeiras do Santo Antônio. Nela deveria ser construída uma estrada de forma a melhorar a comunicação e o transporte, bem como haveria de se desviar das tantas cachoeiras que dificultavam a passagens mesmo que de pequenas embarcações.

A segunda colônia seria construída entre os rios Içá e Japurá, para ela deveriam ir soldados aclimatados com a região para aproveitar as tantas terras férteis e produzir diversas culturas no local. A terceira seria construída no Rio Branco e se deveria destinar para essa região os soldados de Minas Gerais ou do Rio Grande do Sul, que conhecessem sobre o gado bovino, para que aproveitando das vastas paisagens e os campos daquele local poderiam melhorar a qualidade dos rebanhos.

Os soldados que fossem destacados para as colônias deveriam se dedicar à agricultura e à aprendizagem dos vários ofícios, tão necessários à vida rural. Seria feita rigorosa seleção e preferidos os soldados de boa índole e exemplar conduta, que demonstrassem qualidades de rápida adaptação ao meio ambiente. <sup>177</sup>

Uma característica comum dos discursos acerca das colonizações é a ideia da facilidade e espontaneidade do desenvolvimento, ao colono é agregada a imagem de um civilizador, que ao se estabelecer em determinada região com árduo

---

<sup>175</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Op. cit.

<sup>176</sup> *Relatório do Presidente de Província João Batista Tenreiro Aranha*. Manaus. Tipografia Manoel da Silva Ramos. 1852. p.27

<sup>177</sup> *O Jornal*. Manaus, 7 de agosto 1945.

trabalho juntamente com sua família os bons resultados viriam de forma óbvia, como uma consequência obrigatória do empenho que foi gasto.<sup>178</sup>

Em suas colunas jornalísticas, Júlio Uchôa também se agarrou à defesa de que o atraso econômico regional se dava pelo fato relacionado com os hábitos naturais dos habitantes das comunidades ribeirinhas. Em determinado ponto de sua argumentação ele menciona:

Causas diversas ainda não estudadas pelos sociólogos, concorreram, positivamente, para o singular fenômeno. Retornava-se ao nomadismo, e com ele, à perversão moral. Impunham-se medidas radicais, enérgicas, drásticas mesmo, que viessem opor vigoroso dique a tal estado de cousas. Certo, mercê de Deus, existiam reservas morais de fino labor, de costumes ilibados, sobrepairando ao todo e à concupiscência. Desses elementos sãos, se valeu o presidente para corrigir sua obra administrativa, destacar o joio do trigo, já foi uma grade vitória.<sup>179</sup>

No ano de 1879 se achavam instaladas duas colônias na província, a de Santa Izabel e a de Maracajú, além de dez núcleos coloniais situados ao longo da região. A de Maracajú, situada no subúrbio, ao norte da cidade de Manaus, contava com 212 famílias, perfazendo um total de 1.056 habitantes. Era habitada por populações vindas do Nordeste em decorrências das secas que assolaram aquela região. Para Júlio Uchoa:

Existiam na colônia grandes roças de mandioca, de arroz, de milho, de feijão, canaviais imensos, cafeeiros, algodoeiros, árvores frutíferas, etc. Tudo isso atestava de maneira inestimável o grau de prosperidade e desenvolvimento que muito prometia num futuro próximo.<sup>180</sup>

Ocorreu que a pretensão de bons tempos logo foi afastada, e mais uma vez a culpa do fracasso recaiu sobre os nordestinos que habitavam a colônia. As falas que representavam os nativos do Amazonas como *ociosos* e refratários a qualquer forma de trabalho regular, agora encontravam novos alvos, os retirantes da seca cearense, irmanado aos locais na condição de marginalização e pauperismo.

Muitos colonos perderam inteiramente as suas plantações; outros tem plantações, mas delas ainda não tiram a sua subsistência e outros nem plantaram e nem procuraram uma ocupação, que os pudesse por

---

<sup>178</sup> SEYFERTH, Giralda. Imigrantes Colonos. Op. cit., p. 56.

<sup>179</sup> *O Jornal*. Manaus, 28 de janeiro de 1951.

<sup>180</sup> *Jornal do Comércio*. Manaus, 22 de junho de 1952.

cobertos da miséria e estes últimos entregaram-se à inação, vivendo às custas das verbas de socorro público.<sup>181</sup>

Essas falas merecem ser indagadas, já que fazem parecer que as terras no Amazonas estariam fadadas ao fracasso, não importando os braços que viriam lavra-las. Seja como for, é importante lembrar novamente a afirmação de Alfredo Wagner Almeida, já que cada vez que se percebe a repetição de um discurso cristalizado, mais se percebe também a insegurança de quem o produziu para torná-lo verdade.

Os componentes deste mencionado padrão se sucedem nos diferentes documentos elaborados pela burocracia provincial através de uma articulação a mesma. Cumprem com uma eficácia própria do discurso político, dado a redundância, uma função demonstrativa que torna as formulações relativas à decadência dotadas de uma característica de inquestionabilidade.<sup>182</sup>

A colônia de Santa Izabel estava situada no igarapé Tarumã-mirim, à margem esquerda do Rio Negro, a poucas horas de distâncias da capital amazonense. Ao todo se encontravam ali 39 famílias, num total de 199 pessoas. Contudo, a agricultura não havia se desenvolvido ali, o que atribuiu à colônia a condição de um “peso morto para o orçamento da província”. A topografia do local não auxiliou na distribuição dos terrenos, e os que foram demarcados foram prejudicados pelas formigas saúvas que dificultavam a atividade agrícola. Além disso, a região era isolada e se tornava uma tarefa difícil para os fiscais do governo poder auxiliá-la.

Ora, distribuir diversas famílias sob determinado território não lhes reserva a obrigação e muito menos a facilidade para se estabelecerem e desenvolver seus modos de vida. Essas populações, sobretudo de nordestinos pobres careciam da atenção estatal, mas foram alocadas em região mais afastada da cidade e ao mesmo tempo afastada também do contato com aqueles que poderiam ajudar no processo de obtenção dos meios necessários para a produção, como ferramentas, insumos, mantimentos.

Dispor populações advindas do Nordeste em áreas de floresta na Amazônia, cercados por características ambientais e climáticas muito opostas as daquelas da região na qual eles estavam aclimatados, sem que se pudesse lhes dar as condições

---

<sup>181</sup> *Relatório de Presidente de província. José Clarindo de Queiroz*. Tipografia do Amazonas. Manaus. 1879 pg.8

<sup>182</sup> WAGNER, Alfredo. *Ideologia da decadência*. Op. cit., p. 65.

necessárias, e ainda isolando-os em colônias distantes dos núcleos urbanos, não parecia realmente um plano que pudesse trazer bons resultados.

O nordestino trazia consigo muitos sonhos, mas ao mesmo tempo se deparava com uma região percebida por ele mesmo com diversas dificuldades a serem enfrentadas. Franciane Lacerda propôs uma reflexão sobre os propósitos e as motivações que explicariam a migração dos retirantes nordestinos para a província do Pará durante a virada para o século XX. Dentre seus argumentos, um se concentrou na análise das formas pela qual o nordestino percebia a região amazônica, tão oposta da sua realidade, produzindo, ao mesmo tempo, medo e fascínio:

A migração para a Amazônia, entre finais do século XIX e no início do século XX, foi intensa, sobretudo nos períodos de seca. Essa constante ligação entre o Pará e o Ceará permitiu a construção de variadas impressões sobre a região. Tais impressões sintetizam-se em duas questões centrais: a primeira seria um olhar que se volta para a natureza, um espaço em que se destacam a floresta, as muitas águas dos rios, os animais e as doenças possíveis de se desenvolverem nesse ambiente como, o impaludismo; a segunda diz respeito à ideia do Pará como uma espécie de terra da fartura, onde o enriquecimento seria possível.<sup>183</sup>

Em 1889, já em tempos finais do período provincial, uma nova colônia foi pensada para receber populações do Ceará que viviam os dramas da seca, ela seria denominada de *Colônia Campos Sales* e se localizaria ao norte da cidade, sendo delimitada pelas estradas do Tarumã e do rio Branco, a Leste e ao Norte pela divisa setentrional do Igarapé Grande. A escolha para o ponto tinha a grande vantagem de ser mais próximo da cidade de Manaus, e de suas terras, em sua quase totalidade, serem apropriada para a lavoura. Além do mais, haveria facilidade de transporte tanto para escoamento do que seria produzido, como para que os colonos se mantivessem à vista do governo.<sup>184</sup>

A preferência acerca dos que deveriam receber o benefício das terras seria dos imigrantes que anteriormente já houvessem trabalhado nas indústrias agrícolas ou pastoril e que constituíssem famílias. Seria também indispensável que esses indivíduos assinassem um compromisso, no momento do embarque,

---

<sup>183</sup> LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: Faces da Sobrevivência (1889-1916)*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2006, p. 100.

<sup>184</sup> *Jornal do Comércio*. Manaus. 24 de agosto de 1952.

obrigando-se a receber a locação das terras e a ocupá-las efetivamente, no trabalho a que se prestasse o lote que lhe fosse distribuído.<sup>185</sup>

A colônia foi totalmente projetada para abrigar sobretudo, as atividades de caráter agrícola; contudo, ela acabou sendo mais uma no rol de projetos de desenvolvimento que não obtiveram êxito e que, por conseguinte, não trouxeram o desenvolvimento e os lucros almejados. Contudo, não se deve afastar a ideia e a possibilidade de haver ali se desenvolvido produção e movimentação econômica, embora não na forma nem nas dimensões de agradar as vozes do poder.

Com efeito, é preciso ter em mente que o conceito de produção agrícola que aparece valorizado tanto na imprensa quanto nos documentos oficiais dizia respeito à uma produção extensiva e de cunho comercial – portanto, não de subsistência – que pudesse gerar lucros para os produtores. A questão é que, em muitas localidades onde tal tipo de agricultura não prosperou, os colonos tenderam a dispersar-se em busca de empregos na atividade extrativa – então em alta com a exploração da borracha – ou a desenvolver vida pacata, em atividades de subsistência que podiam incluir a pesca, a feitura de pequenas roças e a criação de animais, como galinhas, patos ou porcos.

Na contramão de tais desdobramentos, tem-se que, em todos os projetos idealizadas a agricultura se fez presente como a saída mais urgente e necessária para equacionar o aparentemente insolúvel problema de abastecimento da capital amazonense. Como já dito anteriormente, ao longo de quatro décadas, desde 1852 até 1889, a dinamização de colônias agrícolas foi percebida como como a tábua de salvação contra o desabastecimento e fonte prioritária para as mudanças que se consideravam necessárias e urgentes.

Dada a recorrência com que a crise de abastecimento da capital amazonense é mencionada pelas autoridades e noticiadas na imprensa ao longo de todo o período provincial, é preciso admitir que os sistemáticos projetos desenvolvimentistas idealizados e postos em prática como saída para essa situação resultaram numa sequencia impressionante de fracassos, tornando a vida da população citadina, em especial dos populares, um tormento cotidiano e uma luta contínua pela sobrevivência.

---

<sup>185</sup> Idem.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar o tema do abastecimento na Manaus do período provincial, foi para mim um empreendimento desafiador e bem mais complexo do que imaginei à partida, razão pela qual o projeto inicial foi sendo continuamente modificado e adaptado para dar conta de novas perspectivas que me chegavam, à todo instante, tanto das leituras que efetuei, quanto da base documental que fui compulsando nestes dois últimos anos.

O enfrentamento do arquivo, assim como alertou Arlete Farge, é um processo rico e cheio de sabor, em especial quando da descoberta de registros que iluminam caminhos novos e interessantes; mas o arquivo é também repleto de armadilhas e ciladas<sup>186</sup>, que precisam ser enfrentadas com cuidado. No trato com a fonte histórica o pesquisador sabe que precisa estar sempre atento, já que muito do que ele procura pode estar no detalhe, sempre tão fácil de passar despercebido. Outro perigo vem da capacidade de encantamento da fonte, que pode nos prender em demasia, desviando nossa atenção de outros acervos e registros que podiam ser igualmente interessantes. Há ainda o risco, sempre frequente, desse encantamento gerar a falsa percepção – tão cara ao positivismo – de que o que a fonte nos fala é verdade do passado.

Tanto quando usamos a imprensa, quanto na lida com as fontes oficiais mais tradicionais – *Relatórios, Falas e Exposições dos Presidentes da Província* – caminhamos com a clareza de que elas não eram registros neutros da realidade do passado, mas textos impregnados de intencionalidades, a construir sentidos, por atores sociais que viam o mundo de um lugar social específico. Aprendemos, na própria trajetória da pesquisa, por exemplo, que os relatórios provinciais, menos que falas descritivas e pacíficas do contexto social, eram antes, e, acima de tudo, projetos de intervenção na sociedade, que podiam beneficiar a alguns, embora buscassem legitimidade alegando defender o interesse de todos.

Não há a intenção de citar os relatórios provinciais em desmerecimento das outras fontes pesquisadas, já que cada uma delas contribuiu de uma forma

---

<sup>186</sup> FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

específica, e, em todos os casos, significativa. Contudo, foi a partir das falas oficiais que pudemos inicialmente identificar a problemática da crise de abastecimento em Manaus e visualizar questões intrigantes que deram margem a que empreendêssemos a pesquisa. Seja como for, só foi possível chegarmos à reta final quando aquelas primeiras questões levantadas iam sendo também problematizadas mediante a incorporação de outras fontes disponíveis.

Um primeiro dado que constatamos foi o de que a diversidade de presidentes que passaram pela Província do Amazonas parece desaparecer quando se compara as falas redigidas por essas personalidades do governo local, já que elas se assemelhavam bastante, por inúmeras vezes reproduzindo as mesmas avaliações e propondo as mesmas saídas para os diversos temas que abordavam. Chegam mesmo parecer que pertencem a um único locutor, recitando continuamente as mesmas ideias.

Em meio a essa semelhança estava a maneira de descrever a Província, percebida, em linhas gerais numa perspectiva dicotômica, já que seu território era descrito como extenso e, portanto, propício para a abertura de muitos povoados, cujo acesso se via favorecido pela existência de caudalosos rios, vias idealizadas para a introdução do progresso na imensidão das ricas florestas. Por outro lado, a exuberância natural era contraposta à uma lista infindável de dificuldades, a começar pelo marasmo e inação das populações regionais, percebidas, assim, como vítimas de seu próprio descaso.

O extenso território e suas inigualáveis qualidades só se tornariam em vantagem ao desenvolvimento e ao progresso regional se a população local se mostrasse disposta a explorá-lo adequadamente, desenvolvendo nele atividades perenes e lucrativas, cujo exemplo maior seria a agricultura, pensada em dimensões extensivas e comerciais. Mas tal não ocorria, já que essa população regional, cegamente aferrada ao extrativismo, pouco se interessava em fixar-se à uma localidade e a desenvolver nela o cultivo dos produtos que tanto faltavam na praça de Manaus.

Foi comum que as autoridades públicas, da mesma forma que a própria imprensa – então em uma fase ainda embrionária<sup>187</sup> – preferissem culpabilizar a população local pela preferência ao extrativismo, atribuindo-lhe a pecha de ociosa

---

<sup>187</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte*. Op. cit.

e atrasada, do que tentar entender aquele sistema de produção como um dado histórico que não se ligava apenas às tradições milenares indígenas, mas que também, e sobretudo, havia sido fomentado e levado às últimas consequências pelos colonos e administradores coloniais desde o século XVII.

Outro dado que procuramos discutir foi o de que a agricultura não era, em absoluto, desconhecida das populações locais, assim como também não era desconhecida pelos grupos indígenas. Os próprios viajantes deram notícias de localidades em que ocorriam atividades de subsistência, onde os alimentos cultivados serviam para a manutenção dos grupos residentes. Ocorre que, não era essa agricultura a que interessava aos grupos dominantes e seus representantes políticos, nem aquele tipo de trabalho – entendido erroneamente como eventual e esporádico – era percebido como adequado para sustentar uma produção capaz de garantir o abastecimento para todos os habitantes da província. Tanto para viajantes, quanto para os administradores e para os homens da imprensa, a lógica do trabalho era a capitalista, crivada por elementos como o controle do tempo, do indivíduo e das atividades que deveriam desenvolver.

Até mesmo a qualidade dos alimentos foi questionada, já que, por tais falas de poder, seria impossível viver adequadamente alimentando-se de farinha, de peixe e de frutas. O cardápio local também não agradava os governantes, daí porque sua insistência em trazer gado dos campos do Rio Branco e de outras localidades, mesmo que para isso fosse preciso encarar os problemas de uma topografia complexa, repleta de rios encachoeirados, cuja transposição acabava sempre arriscando a vida dos animais e dos trabalhadores.

A escassez de alimento que se registra na cidade, as vezes, soou bastante intrigante, em especial quando foi possível perceber que havia movimentação comercial de alimentos entre as populações interioranas e regatões ou com pequenos comerciantes, que traziam produtos para a capital amazonense, disponibilizando para a população local gama variada de peixes e também carne de caça as mais variadas. Mais intrigante ainda, foi encontrar indicação de exportação de carne seca para outras províncias. Isso nos levou a perceber que a crítica à falta constante de determinados produtos na cidade – como a carne verde – tinha muito mais a ver com as demandas alimentares dos segmentos mais abastados, aos quais pertenciam tanto os administradores provinciais, quanto os homens da imprensa.

Foi possível perceber que o tema do desabastecimento da capital foi oportunizado para a imposição de novos costumes alimentares à população da província, tornando-os mais próximos dos padrões alimentares ocidentais, cuja assimilação no contexto regional serviria também como elemento comprobatório da expansão do processo civilizatório a suplantando o tradicionalismo – e mesmo barbarismo – dos costumes locais.

Ironicamente, foram as atividades de extração, sempre tão atacadas nas falas oficiais, as que acabaram por trazer, em especial após 1880, os grandes lucros que começaram a encher os cofres públicos da província. O principal problema percebido pelos administradores na atividade extrativa, era que ela acabava por “roubar” os braços necessários ao desenvolvimento de uma agricultura comercial e extensiva na província, e, em função disso, foram propostos diversos projetos visando fixar populações na produção agrícola. Este foi o caso das colônias agrícolas idealizadas em articulação com a importação de braços, atraindo assim parcela de migrantes nacionais – em especial nordestinos –, mesmo quando a figura do colono idealizada pelas autoridades fosse associada à do europeu. Estes, além de uma suposta maior operosidade, podiam ainda, como sustentavam as diversas teorias raciais, corrigir os “males” da presença indígena e africana que comprometiam o povo brasileiro, por meio de um processo sistemático de “branqueamento da raça”.<sup>188</sup>

Ao contrário do que pensávamos à partida, encontramos nos discursos e posições assumidos pela imprensa da época uma proximidade bastante significativa com as falas oriundas dos administradores. Isto nos pareceu ocorrer muito mais em função de uma proximidade de ambos à um lugar social comum, que a perceptível influência de patrocínios estatais aos principais órgãos da imprensa amazonense.

No entanto, podia ocorrer, esporadicamente, tensões e mesmo algum distanciamento entre essas duas falas, com jornais tomando posição e produzindo discursos que passavam a exigir dos administradores novos posicionamentos. Foi nos jornais que pudemos perceber com maior clareza o quanto os preços da carne vendida em Manaus serem altos; na verdade, exorbitantes. Foi a imprensa também quem melhor reverberou o incômodo da população relacionado com a qualidade

---

<sup>188</sup> RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue. Op. cit., p. 48.

da carne e de outros produtos que eram vendidos nos mercados de Manaus. Assim, por exemplo, as folhas jornalísticas traziam insistentes descrições da carne vendida na cidade como *velha, estragada*, quando esta não era carne, na verdade, *de onça*.

A história do abastecimento, assim como a própria história da alimentação, é ainda uma temática que pouco atraiu a atenção dos historiadores no contexto amazonense. Após dois anos de estudos e pesquisas, chego ao final acreditando que firmei, ao longo das páginas precedentes, uma primeira contribuição que, tenho certeza, será adensada e ampliada por novos estudos que, seguramente, virão à tona. Espero que neste momento, em que novas pesquisas e releituras estejam sendo feitas, esta dissertação possa agregar à eles esta modesta contribuição, assim como espero também que o assunto e o trabalho que aqui produzi, possam atrair o interesse e a atenção de um público – acadêmico ou não – ansioso por conhecer um pouco mais de sua própria história. Que assim seja!

## REFERÊNCIAS

### 1 – Periódicos:

- A Batalha*. Rio de Janeiro, 1884.  
*A Reforma Liberal*. Manaus, 1872.  
*Amasonas*. Manaus, 1869-1872.  
*Jornal do Amasonas*. Manaus, 1870-1876.  
*Jornal do Comércio*. Manaus, 1945-1952.  
*O Cathechista*. Manaus, 1870-1871.  
*O Jornal*. Manaus, 1945-1951.  
*O Rio-Mar*. Manaus, 1877.  
*Revista do Amazonas*. Manaus, 1876.

### 2 – Documentos Oficiais:

- Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*. Lei nº 206, de 18 de maio de 1870.  
*Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*. Lei nº 214, de 12 maio de 1871.  
*Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*. 1872.  
*Discursos Parlamentares do Arcebispo da Bahia, Romualdo Seixas*. Salvador, Bahia: Tipografia Franco Lima, 1836.  
*Exposição do Presidente da Província do Pará, Fausto de Aguiar*. Belém: Tipografia Santos e Filhos, 1851.  
*Exposição do Presidente da Província do Amazonas, João Pedro Dias Vieira*. Manaus: Tipografia Francisco José da Silva Ramos, 26 de fevereiro de 1857.  
*Exposição do Presidente da Província do Amazonas, Jose Miranda da Silva Reis*. Manaus: Tipografia de Gregório José de Moraes, 1872.  
*Fala do Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Pena*. Manaus: Tipografia de Manuel da Silva Ramos, 1853.  
*Fala do Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Pena*, de 1º de agosto de 1854. Manaus: Tipografia de M. S. Ramos. 1854.  
*Fala do Presidente da Província do Amazonas, Ângelo Thomaz do Amaral, de 1º de outubro de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858.

- Fala do Presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Correa de Miranda, de 3 de novembro de 1860.* Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1860.
- Fala do Presidente da Província do Amazonas, Manuel Clementino Carneiro da Cunha.* Manaus: Tipografia de Francisco Ramos, 1861.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Batista Tenreiro Aranha.* Manaus. Typografia de M. da S. Ramos, 1852.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna.* Manaus. Tipografia Manoel da Silva Ramos, 1853.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.* Recife: Tipografia de Manoel de Faria & Filho, 1º de outubro de 1864.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Jacintho Pereira do Rego.* Manaus: Tipografia do Amazonas, 1868.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Wilkens de Mattos.* Manaus: Tipografia do Amazonas, 4 de abril de 1869.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Wilkens de Mattos.* Manaus: Tipografia do Amazonas, 25 de março de 1870.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis.* Manaus: Tipografia de Gregorio Jose Manuel, 25 de março de 1872.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto.* Manaus: Tipografia do Comércio do Amasonas. 1875.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Antônio dos Passos Miranda.* Manaus: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1876.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Jacy Monteiro.* Manaus: Tipografia do Amasonas. 1878.
- Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José Clarindo de Queiroz.* Manaus: Tipografia do Amazonas, 1879.
- Abastecimento de água em Fortaleza.* Disponível em: [www.fortalezaemfotos.com.br](http://www.fortalezaemfotos.com.br). Acesso em 23 de março de 2018.

### 3 – Bibliografia:

- AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil: 1865-1866.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. *A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão.* Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

- ARAÚJO, André Vidal. *Introdução à Sociologia da Amazônia*. 2ª ed. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 2003.
- ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da comarca do Alto Amazonas*. 2ª ed. Manaus: Grafima, 1984.
- BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará*. Belém: Typografia da Livraria Gillet, 1915.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- CARNEIRO, Henrique. *Comida e Sociedade: Uma história da Alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Relume Dumará, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1985.
- CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. 2ª Ed. Manaus: Valer, 2007.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.
- FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009
- FEITOSA, Orange Matos. *À sombra dos seringais: militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2015.
- FERREIRA, Maria Clara Corsino, et al. Diários da liberdade: Uma análise da Imprensa Abolicionista do final do século XIX. *Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia*. Guarapuava, PR, 28 a 30 de abril de 2011.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: A história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica/Eduerj, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: Das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780 – 1860)*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- GREGÓRIO, Marcos Vitor. *Dividindo as Províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado*



- nacional brasileiro (1826-1854). Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: Faces da Sobrevivência (1889-1916)*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo. 2006.
- LATHRAP, Donald. *O Alto Amazonas*. Lisboa: Verbo, 1975.
- MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da Imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, ano 171 (448): 31 – 62, jul./set. 2010.
- MALHEIROS, Rogério Guimarães. As transformações políticas e econômicas da Província do Grão-Pará e a Escola Normal como instituição destinada a formar professores alinhados aos ideais modernos de ordenamento, progresso e civilização (1840 a 1871). *Almanack*. Guarulhos, nº 7, p. 95-116, 1º semestre de 2014.
- MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: EDUA/Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MEDEIROS, Vera Alarcon. *Incompreensível colosso: A Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese de Doutorado. Barcelona (Espanha), Universidade de Barcelona, 2006.
- MEIRA, Márcio (Org.). *O Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: NHII/USP, 1993.
- MESQUITA, Otoni. Armazém Quinze. In: *Somanlu*, ano 11, nº 2, jul./dez. 2011.
- MIRANDA, Bertino de. *A Cidade de Manáos: Sua história e seus motins políticos, 1700-1852*. 2ª ed. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1984
- MONTANARI, Massino. FLANDRIN, Jean-Louis. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- NUNES. Francivaldo Alves. O Valor das terras amazônicas no século XIX: Questões sobre agricultura e extrativismo. *SÆCULUM: Revista de História* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012. 93.
- PEREIRA, Marcos Aurélio Santos. Os defensores do escravismo na Imprensa Ludovicense (1881-1888). *Revista Outros Tempos*. Vol. 1 esp., 2007, p. 77-97.
- PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Relações homem-natureza: O discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2008.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos subterrâneos da revolta: lutas e tensões sociais na Cabanagem*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 1998.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. O ensaio geral da Cabanagem: Manaus, 1832. Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH. Fortaleza, 2009.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: Trabalho e conflito no porto de Manaus*. 3ª ed. Manaus: Edua. 2015.

- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do norte: Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Manaus: Edua, 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio: Ed. Fiocruz, 1996.
- RAVENA, Nirvia. A teia de relações entre índios e missionários a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial. *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 29, nº 50, p. 395-420, mai/ago 2013.
- REIS, Arthur César Ferreira. *Autonomia do Amazonas*: Manaus. Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965.
- REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: Fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2014.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800 – 1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, v. 2, p. 39-63.
- SILVA. Fabrício Herbeth. “Aos nossos olhos Europeus”: Alimentação dos paraenses nas crônicas de viajantes do século XIX. *Projeto História*, nº 42. Junho de 2011.
- SILVA. Fabrício Herbeth. *Nas tramas da escassez*. São Paulo: Alameda, 2013.
- VIEIRA, Maria do Pilar, et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Projeto História*, v. 3, out. 1984, p. 47-54.
- VILLANOVA, Simone. Pescas, piqueniques, banhos: A cultura e os lazeres locais no olhar dos viajantes do século XIX. In: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (Orgs). *A Amazônia dos viajantes: História e ciência*. Manaus: Edua, 2011, p. 125-144.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- WALLACE. Alfred Hüssel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.